



REVISTA
ABEMA

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

Nº 2 - Dezembro de 2020

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AMAZÔNIA NA PERCEPÇÃO DOS ESTADOS DA

AMAZÔNIA LEGAL

Conselho Editorial

Eduardo Taveira
Mauren Lazzaretti
Márcia Telles
Magna Helena
Valdez Venâncio
Wilma Nascimento

Projeto Gráfico e Diagramação

Leandro Paiva

Revisão

Eduardo Taveira
Mauren Lazzaretti
Magna Helena
Wilma Nascimento

Jornalista Responsável

Wilma Nascimento
DRT-BA 2456

Esta é uma revista produzida e elaborada pela Abema.

FOTO DE CAPA

Julie Messias - Sedam/RO

MATÉRIA CAPA

Texto: Israel Milani - AC | Robério Nobre - AP | Eduardo Taveira - AM | Diego Rolim - MA | Mauren Lazzaretti - MT | José Almeida - PA | Marcílio Lopes - RO | Ionilson Souza - RR | Renato Silva - TO
Fotos: Frank Nery Menezes - Secom/RO

ACRE

Texto: Katuscia Miranda e Wesley Moraes | Revisão: Onides Bonaccorsi Queiroz | Fotos: Marcos Vicentti, Cleiton Lopes e Bruno Batista

ALAGOAS

Texto: Márcio Chagas e Virna Pereira
Foto: Ascom Semarh

AMAPÁ

Texto: Robério Aleixo Anselmo Nobre - Secretário de Meio Ambiente do Amapá | Foto: Portal Governo do Amapá | Foto Gambarini

AMAZONAS

Texto: Jamile Alves/ Sema | Fotos: Divulgação/Idam, Ricardo Oliveira e Bruno Zanardo

BAHIA

Textos: Samanta Uchôa - Assessora de Comunicação - Sema, Wilma Nascimento - Assessora de Comunicação - Inema e André Reis - Jornalista - Ascom Inema | Fotos: Manu Dias, Alberto Coutinho, Rui Rezende e Ascom Inema

CEARÁ

Texto: Demétrio Andrade e Tarcília Rego
Foto: Diego David

DISTRITO FEDERAL

Texto: Elisa Meirelles com Assessoria de Comunicação da Sema - Ascom | Foto: ASCOM/SEMA

ESPÍRITO SANTO

Texto: Karolina Gazoni/ Assessoria de Comunicação do Iema | Foto: Karolina Gazoni/Iemae Paulo Sena/ Seama

GOIÁS

Texto: Comunicação Setorial da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás
Fotos: Agnaldo Félix

MARANHÃO

Texto: Carolina Prazeres | Revisão: Adriana Moraes | Fotos: Gustavo Menezes/Marcos Caldas

MATO GROSSO

Texto: Juliana Carvalho | Fotos: Tchêlo Figueiredo e Fotos: Mayke Toscano

MATO GROSSO DO SUL

Texto: Ascom Semagro | Fotos: Ascom Semagro e Prefeitura de Bonito

MINAS GERAIS

Texto: Guilherme Paranaíba - Ascom/Sisema
Fotos: Divulgação/Sisema

PARÁ

Texto: Anna Paula Mello/Assessora de comunicação SemasPará | Fotos: Assessoria STF e Ascom/ SemasPará

PARAÍBA

Texto: Hallita Avelar
Fotos: Acervo Sudema

PARANÁ

Texto: Daniel Abreu - Jornalista Sedest-PR
Colaboração: Priscila Paganotto - Jornalista Sedest-PR | Fotos: Denis Ferreira Netto

PERNAMBUCO

Texto: Josie Marja e Franci Palhano | Fotos: Divulgação CPRH | Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente/CPRH

PIAUÍ

Texto: Maria Carvalho Costa
Fotos: Maura Alves e Joaquim Neto

RIO DE JANEIRO

Texto: Aline Lopes e Filipe Augusto de Almeida | Fotos: Rafael Oliveira e Reprodução web

RIO GRANDE DO NORTE

Texto: Danyelle Nunes (Assessora de Comunicação/IDEMA) e Iwaska Isadora (Jornalista/IDEMA) | Fotos: Eduardo Maia e Carol Macedo

RIO GRANDE DO SUL

Ttexto: Bárbara Corrêa | Edição: Vanessa Trindade | Fotos: Luiza Chomenko, Bárbara Corrêa, Vanessa Trindade e ABEEólica

RONDÔNIA

Texto: Cintia Schulze
Fotos: Ederson Brito

RORAIMA

Texto: Julie Messias e Montezuma Cruz
Fotos: Frank Nery/Secom - Governo de Rondônia

SANTA CATARINA

Texto: Mônica Foltran - Jornalista responsável - ASCOM SDE | Claudia Xavier - Assessora de Comunicação IMA, Leonardo Porto Ferreira, Vinicius Constante, Felipe Maia, Gerly M. Sánchez | Fotos: Arquivo Aresc/SDE, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) / Divulgação, Peterson Paul / SECOM. Divulgação IMA-SC

SÃO PAULO

Texto: Ulisses Oliveira
Fotos: Instituto Florestal/SIMA

SERGIPE

Texto: Amanda Melo
Fotos: Marcos Rodrigues

TOCANTINS

Texto: Wanja Nóbrega
Fotos: Naturatins/Divulgação

CT CLIMA

Texto: Samanta Della Bella - Semas/PE

GT GERCO

Ana Maria Teixeira Marcelino/Idema-RN | Gil Scatena/Sima-SP | Fotos: Rosalvo O. Jr. - Sema/BA | Grupo de Integração dos Estados Costeiros - G17 - Gestão Costeira Nacional

GT FAUNA

Márcia Gomes da Silva de Oliveira/ Membro do GT Fauna - Rondônia | Karollina Gazoni/ Assessoria de Comunicação do Iema - Espírito Santo Tainan Bezerra Oliveira/ Coordenadora do GT Fauna - Espírito Santo | FOTOS: Araras: Ana Paula Felício/Imasul-MG | Tucano: Brunno Alves de Oliveira Brito/Semad-GO

Os órgãos estaduais de Meio Ambiente e o enfrentamento ao COVID19 para conservação dos recursos naturais

Caro Leitor,

No ano em que a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema celebrou seu 35º Aniversário, a comemoração pela história dessa instituição que representa os órgãos estaduais de meio ambiente de todo país, fica marcada pela necessidade de reinvenção em razão da pandemia do COVID19.

A Abema foi criada em 1985, e desde então atuou no fortalecimento das políticas públicas ambientais, denotando a união dos OEMAs - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente na trajetória brasileira para conservação dos recursos naturais.

Em um ano histórico, publicamos a segunda edição da revista ABEMA, registrando a superação dos OEMAs em face ao COVID19, que assolou o Brasil e o Mundo. Nesse momento tão particular, a publicação dessa edição somente se mostrou possível pela contínua parceria de todos os associados, que compreendem a relevância de transmitir à sociedade o trabalho desenvolvido nos Estados. Agradecimento especial ao Estado da Bahia (SEMA e INEMA), que mais uma vez consolidaram o conteúdo da revista.

Nessa 2ª edição da REVISTA ABEMA você vai conferir como as 26 secretarias de estado e as 22 autarquias e fundações, sem qualquer exceção, readaptaram seu funcionamento e mantiveram suas atividades, inclusive melhorando suas performances de eficiência, numa demonstração inequívoca da sua importância para a conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, com responsabilidade social. Destaque ainda para o programa 'Amazonas Mais Verde'; novos sistema de licenciamento ambiental como estratégia para eficiência e agilidade na

análise dos processos; ações envolvendo estratégias que combinam, tecnologia, inteligências humana e artificial no combate aos crimes ambientais; projetos de recuperação de nascentes; projetos de sustentabilidade com participação popular; estruturação das Unidades de Conservação e programa de integração turística e ambiental; programa de reflorestamento "Florestas do Amanhã"; mudanças climáticas; mercado voluntário de carbono em Unidade de Conservação; gestão dos Recursos Hídricos e planejamento ao enfrentamento da escassez hídrica; implantação de estruturas de suporte a fauna silvestre; preservação e presença humana em unidades de conservação.

Na reportagem de capa, os Estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira falam do desmatamento ilegal, incêndios florestais e desenvolvimento sustentável na percepção daqueles que vivem e conhecem a Amazônia. A discussão acerca do tema, em nível mundial, está carregada de desinformação, levando a população a formar posição sem a adequada compreensão da dinâmica desse patrimônio brasileiro. Por isso, nessa revista, os OEMAs falam sobre como podemos contribuir, de fato, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com justiça social.

Convidamos você para conhecer o trabalho dos estados em prol da conservação dos recursos naturais no Brasil, em época de pandemia, por meio da leitura da 2ª edição da REVISTA ABEMA! Boa leitura!

Mauren Lazzaretti
Presidente da Abema



A ABEMA

A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema, fundada em 1985, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos. Legítima representante dos órgãos estaduais de meio ambiente, presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, reúne 26 secretarias de estado e 22 autarquias e fundações, responsáveis pela implementação da política ambiental, pela esmagadora maioria dos atos administrativos (licenças e autorizações), além de tantos outros instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente como zoneamento, avaliação de impacto ambiental, infrações administrativas, gestão florestal, biodiversidade, recursos hídricos e mudanças climáticas, concentrando boa parte das responsabilidades pelas políticas públicas de meio ambiente do Brasil.

Sua missão inicial foi fortalecer as posições dos estados no debate nacional, então de orientação progressista em relação ao governo federal. No momento atual, promove a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

Marcada pela pluralidade política, a Associação sempre buscou a unidade e consenso em suas posições, contribuindo decisivamente para os avanços conquistados pelo setor nos últimos 35 anos, participando do fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, impulsiona a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável.

Três décadas e meia após sua fundação, a Abema continua comprometida com as pautas ambientais mais relevantes do país. No exercício do seu mister é apolítica, sendo reconhecida por instituições nacionais e internacionais de diversos segmentos que a procuram como parceira por ser a entidade representativa dos órgãos estaduais de meio ambiente. Para atingir patamares nunca alcançados, a Abema e os Estados associados, vêm se pautando na modernidade de seus processos e ferramentas, no dinamismo de seus gestores e na agilidade de suas análises e decisões, pilares indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



SUMÁRIO

6

CAPA

44

MARANHÃO

68

RIO GRANDE DO NORTE

14

ACRE

46

MATO GROSSO

71

RIO GRANDE DO SUL

17

ALAGOAS

50

MATO GROSSO DO SUL

75

RONDÔNIA

20

AMAPÁ

51

MINAS GERAIS

78

RORAIMA

23

AMAZONAS

54

PARÁ

81

SANTA CATARINA

26

BAHIA

57

PARAÍBA

85

SÃO PAULO

31

CEARÁ

59

PARANÁ

88

SERGIPE

34

DISTRITO FEDERAL

60

PERNAMBUCO

90

TOCANTINS

38

ESPÍRITO SANTO

62

PIAUÍ

95

CT DO CLIMA

41

GOIÁS

65

RIO DE JANEIRO

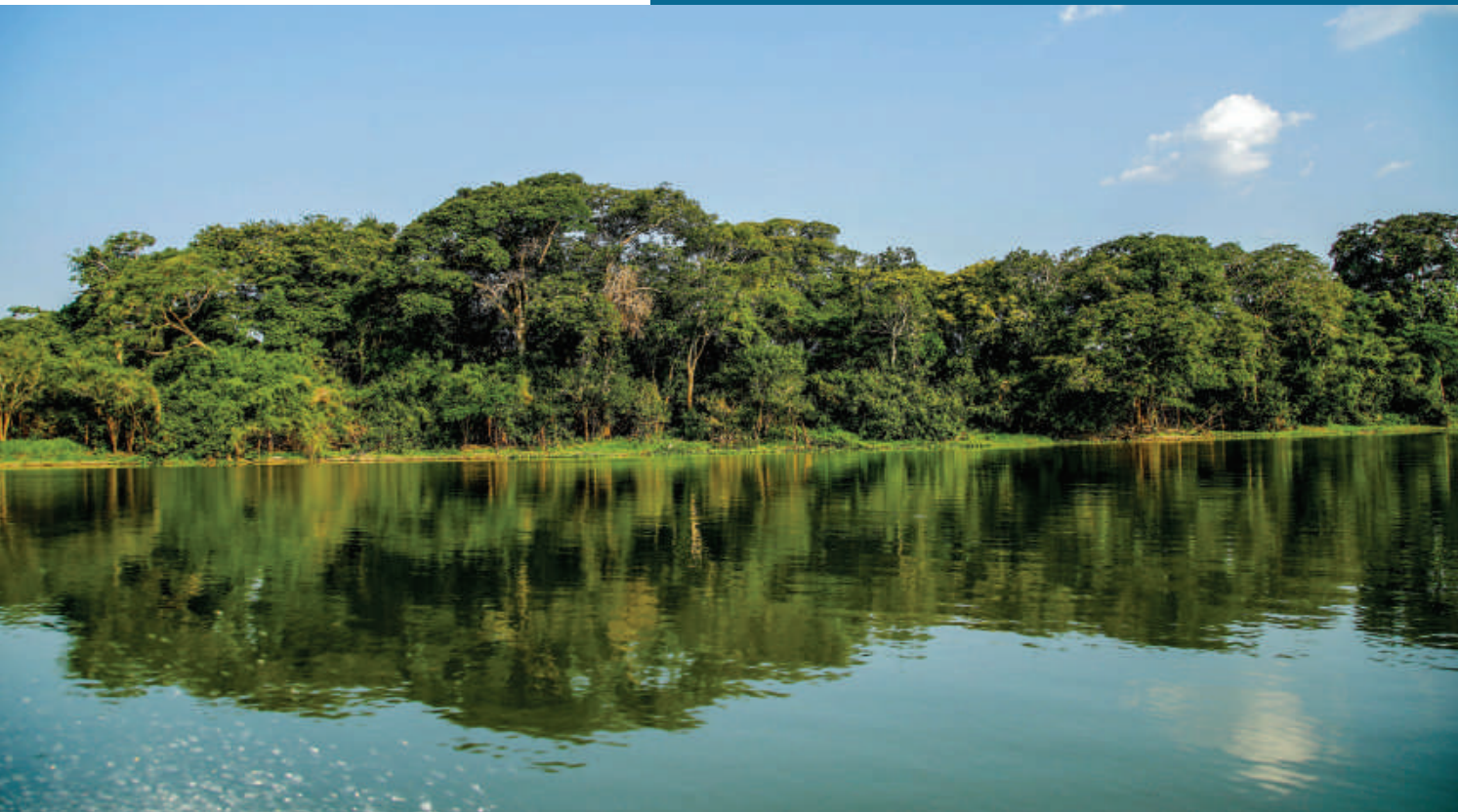
98

GT GERCO

102

GT FAUNA

O Desenvolvimento Sustentável da Amazônia na percepção dos Estados da Amazônia Legal



Operação Hiléia - Rio Guaporé

A Amazônia brasileira está distribuída em 9 (nove) Estados, pertencentes à bacia Amazônica, compondo a chamada “Amazônia Legal”, que abrange a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano a 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 quilômetros quadrados, correspondente à 61% do território brasileiro.

Organizada politicamente em 775 municípios, a Amazônia representa mais de 60% das florestas tropicais do mundo e, se fosse um país, seria o 6° maior do mundo em extensão territorial. Trata-se de uma região ocupada por mais de 27

milhões de habitantes, apresentando Índice de Desenvolvimento Humano - IDH muito abaixo da média nacional. Sua extensão continental se caracteriza, não somente por especificidades e ampla diversidade biológica, mas também por uma vasta diversidade cultural e social, econômica e de condições de infraestrutura de logística e serviços.

A Amazônia está em voga, e sua exploração tem ocupado as capas dos principais jornais do mundo, motivando pronunciamentos dos mais diversos atores públicos e políticos. Inegável que a conservação dessa região desperta não somente o interesse da mídia nacional e internacional, mas principalmente, da sua população local. Mesmo com tanta

atenção, a sociedade tem pouco conhecimento da realidade amazônica.

A compreensão do momento que vivemos impõe reconhecer que existem desafios importantes a serem superados para o combate ao desmatamento ilegal, queimadas ilegais, incêndios florestais e outras explorações ilícitas na Amazônia. Os Estados reconhecem e enfrentam essa realidade com perseverança, na busca pela eliminação do ilícito e legalização das atividades que são desenvolvidas em seus territórios.

O **Acre** está entre os estados da Amazônia Legal que possui o maior percentual de cobertura florestal, e tem sido pioneiro no Brasil e no mundo no

tocante ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável de seus recursos naturais. Nesse contexto o maior desafio tem sido aliar a preservação e conservação ao desenvolvimento econômico e social.

A partir das experiências obtidas, observa-se que há urgente necessidade de se consolidar ações com foco na melhoria de vida do amazônida, o que ainda passa pelo acesso aos insumos básicos à sua sobrevivência, tais como alimentação, saúde, educação, melhoria de renda, o que impactará positivamente no uso racional dos recursos naturais.

Com foco neste entendimento é que o governo do Acre tem fomentado a geração de emprego e renda e o desenvolvimento de cadeias de valor de produtos florestais madeireiros, a exemplo da concessão florestal de florestas públicas, dos planos de manejos florestais comunitários, e de produtos florestais não madeireiros como o cocão, o buriti e o murmurú, por meio do fortalecimento de associações locais.

O governador Gladson Cameli acredita no potencial das cooperativas. “Estamos divulgando as ações das cooperativas aqui no Estado e também fora. Empresários demonstram total interesse nos produtos, que além de desenvolver as cadeias de valor de produtos florestais, levam a marca autêntica do Acre”, argumentou.

Para o secretário de Estado de Meio Ambiente, Israel Milani, aliado ao fortalecimento das comunidades, o investimento na regularização ambiental das milhares de propriedades rurais com o incremento de alternativa de geração de renda tem sido um modelo a ser seguido, como no caso do Programa de Regularização Ambiental (PRA). “O Acre ocupa lugar de destaque no cenário nacional com as ações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o pioneirismo do estado continua na implementação do PRA”.

Importante passo dado rumo a consolidação de um desenvolvimento sustentável do estado é a visão de que meio ambiente é transversal a todas as



Resex Rio Cautário

pastas, de modo que existe uma articulação institucional consolidada na gestão do governador Gladson Cameli. Exemplo disso são as missões integradas para combater crimes ambientais.

Somente neste ano de 2020 mais de 30 missões foram realizadas com a participação de instituições federais, estaduais e municipais. A presença do Estado nas Unidades de Conservação foi fundamental para conter o avanço do desmatamento e queimadas ilegais, motivado principalmente pelas invasões de terras públicas. O sucesso das missões é fruto da criação do Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente e do monitoramento realizado no Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma), coordenados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

O governador Gladson Cameli tem reforçado a importância da conservação ambiental em seus discursos e deixa claro que quem estiver trabalhando dentro da legalidade terá total apoio do governo, cumprindo o compromisso com o agronegócio de baixas emissões. Mas ele também determinou que o que for ilícito deve ser combatido.

Desta forma, o Acre segue cumprindo os compromissos com os investidores internacionais, buscando sempre unificar as ações de Meio Ambiente e

trabalhar pelo desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

No **Amapá**, a partir de 2019, numa revisão das metas de governo, foi estabelecido como prioridade o fortalecimento da gestão ambiental, tendo como foco principal a reorganização do sistema estadual de meio ambiente, o que foi considerado em uma nova configuração deste sistema dada pela Lei nº 2.426, de 15 de julho de 2019, que unificou a estrutura de gestão ambiental, alterando o pensamento que existia no fim da primeira década do milênio, onde o governo central e a maioria dos estados, incluindo o Amapá, passaram a compartilhar da execução da política ambiental. Neste novo cenário de unificação de estrutura, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP) incorporou em suas competências, a gestão do comando e controle ambiental, antes exercido pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP), e também, a gestão das florestas públicas, destinadas e não destinadas, executada antes pelo Instituto de Floresta do Amapá (IEF).

Com a implementação desta nova visão de gestão, se resgatou a participação mais efetiva da sociedade, tanto nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e no de Recursos Hídricos, assim como

nos Fóruns, com objetivo de assegurar a legitimidade na tomada de decisões e credibilidade para o seu cumprimento pela instituição.

Outro aspecto, foi a busca de ferramentas gerenciais que pudessem auxiliar no cumprimento dos pilares da governança corporativa e sustentar um modelo de governança ambiental para o sistema de meio ambiente do Estado do Amapá. A SEMA estabeleceu parceria técnica com o Governo do Amazonas, por meio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, o IPAMM, assegurando o compartilhamento de infraestrutura tecnológica, códigos-fontes e documentação. Possibilitando a implementação de um Sistema de Licenciamento Ambiental Digital, que além dos procedimentos do licenciamento em si, permitirá o acompanhamento dos empreendimentos licenciados no estado e o controle da execução previstas nas licenças emitidas. Este sistema dará ao solicitante a oportunidade de realizar o processo de licença ambiental de maneira 100% eletrônica e auto declaratória, além do acompanhamento de todo o processo de forma remota.

Entre os avanços, está a implantação de sistemas de acompanhamentos de processos com o modelo de gestão de demandas, vinculado ao Sistema de Protocolo do Estado, em que é possível o cumprimento de prazos, assegurando ao empreendedor e usuários da SEMA a entrega dos serviços ofertados pela instituição. Entre isso, está também o Sistema de Protocolo do Estado, o sistema da SEMA e, ainda, a integração à Rede SIM, operada, no estado, pela Junta Comercial do estado do Amapá (JUCAP), que garante a fidelidade das informações e a agilidade na tramitação inicial de processos. A integração com outros sistemas de gestão no Estado é um passo importante para ampliar o acompanhamento de processos e garantir legitimidade na atuação da secretaria.

A reorientação do trabalho da fiscalização, atuando em parceria com órgãos de controle, tanto estadual, como o Batalhão Ambiental e a Delegacia

do Meio Ambiente, como Federal, com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e o Exército Brasileiro, permitirão ao estado do Amapá, ter a garantia do controle do estado no que diz respeito aos ilícitos ambientais, principalmente, o combate ao desmatamento ilegal.

A eficiência em gestão ambiental é uma prioridade para a **Amazonas** - e o Estado tem pressa. Gerir a maior floresta tropical do mundo requer integração de ações políticas e aprimoramento técnico, seja em fiscalização ou no incentivo ao uso dos recursos naturais de forma menos predatória, com respeito às heranças sociobioculturais da região. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) tem realizado o monitoramento diário de focos de calor e compartilha informações georreferenciadas para guiar as ações de fiscalização, lideradas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), por meio da Operação Curuquetê 2. Esta, por sua vez, integrou de forma inédita o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), para reforçar o serviço de Inteligência das missões.

A integração também acontece nas políticas públicas. Após cinco anos, o Estado lançou uma política única para integrar as instituições de Governo e ordenar a gestão ambiental do Amazonas até 2022. É o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM), que coordenada a implementação do Programa Amazonas Mais Verde. Por meio dele, o Amazonas integra suas principais políticas de desenvolvimento econômico sustentável, regularização fundiária, monitoramento, comando e controle ambiental. Todo o trabalho envolve a Sema, outras três secretarias estaduais e dois órgãos de administração indireta. Estão previstas melhorias no sistema de monitoramento da cobertura vegetal do Amazonas: estruturação das forças de fiscalização e segurança contra os crimes ambientais; regularização de 16 mil lotes de terra; fomento a piscicultura e a pesca manejada do pirarucu; implantação de mais de 200 hectares de Sistemas Agroflorestais, entre outras ações para conter efetivamente o avanço do

desmatamento e das queimadas em áreas de intensa pressão. Além disso, O Amazonas avançou na política que viabiliza o manejo sustentável por meio de concessões florestais em Unidades de Conservação (UC). A iniciativa representa uma alternativa econômica sustentável para o estado, na medida em que conserva as florestas e promove geração de renda. A estimativa é que, ao longo de 40 anos, as receitas do Estado tenham um aditivo de R\$ 1,3 bilhão com as concessões de oito florestas públicas no Estado. É esperada ainda a geração de mais de 29 mil empregos diretos e indiretos.

O Governo do **Maranhão** vem atuando, vigorosamente, nos projetos de conservação e recuperação ambiental por todo o estado. Um dos meios utilizados, por exemplo, é o Programa Maranhão Verde, no qual oferece capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional aos participantes.

O Programa Maranhão Verde, implementado desde maio de 2017, beneficiou diretamente, mais de 450 famílias e com previsão de ampliar para mais 400. O trabalho resultou no plantio de mais de 60 mil mudas e com estimativa de serem plantadas mais 60 mil. Além disso, o Programa incentiva a defesa do meio ambiente e a valorização da cidadania e melhoria da qualidade de vida e renda dos participantes, comunidades envolvidas e, conseqüentemente, de todo população maranhense.

No que tange a educação ambiental no Maranhão, o trabalho não para. Mesmo durante a pandemia do novo Coronavírus, o Estado desenvolveu o curso online sobre Construção de Instrumentos de Gestão de Educação Ambiental com o objetivo de alcançar maior número de municípios e de pessoas capacitadas a dedicar-se pela natureza. Com esse intuito, o Poder Público Estadual está atuando na criação e organização da Escola Ambiental do Maranhão, que irá proporcionar a execução da Política Estadual de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de

educação formal e não formal. Com qualificação técnica, apoio técnico-científico e estímulo às atividades de pesquisa e extensão, a Escola pretende gerar trabalho e renda por meio de atividades de manejo sustentável dos recursos naturais e promover a educação ambiental e o crescimento social em diversas vertentes.

Outro ponto crucial para o desenvolvimento da política ambiental do Maranhão foi a implementação, em 2012, da Sala de Situação que, dentre suas atividades, destacam-se o acompanhamento preventivo de enchentes e secas, além do monitoramento das queimadas e focos de calor no Estado.

Por fim, destaca-se o empenho do Governo do Maranhão em desenvolver a gestão da política ambiental e dos recursos hídricos em prol da conservação do meio ambiente do Estado, priorizando a educação ambiental como pilar de conscientização da população maranhense.

O **Mato Grosso** tem promovido ações austeras contra a ilicitude que permitiram o controle do avanço do desmatamento ilegal mesmo com a pandemia da COVID-19. O Governador Mauro Mendes estabeleceu tolerância zero contra o desmatamento ilegal e preside o CEDIF - Comitê Estratégico de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais ilegais, do qual fazem parte todas as instituições que atuam com o mesmo objetivo. A cooperação entre as instituições de fiscalização (SEMA, Batalhão Ambiental, Corpo de Bombeiros, IBAMA, Exército, Polícia Militar e ICMBio) e o uso da tecnologia para orientar as ações de fiscalização, com identificação por imagem de alta resolução, a cada 24 horas, dos desmates, explorações florestais e queimadas ilegais permitiram atuação precisa nos locais das infrações, o que resultou na aplicação de mais de 1 bilhão em multas por infração, ocorridas no ano de 2020, além da apreensão de mais de 600 equipamentos utilizados na prática das infrações e condução de mais de 30 pessoas à delegacia. Essa atuação diferenciada que se iniciou no segundo semestre de 2019, permitiu que no ano de

2020 Mato Grosso tenha controlado o avanço do desmatamento no bioma Amazônico, obtendo redução média de 25% nos meses de junho a outubro, comparados com o mesmo período de 2019.

Não apenas o combate aos ilícitos ambientais, mas também a eficiência administrativa para regularização ambiental dos empreendimentos do Estado são prioridade. A SEMA/MT trabalha em regime de força tarefa para regularização de imóveis rurais pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR e já analisou mais de 40% dos CAR's contidos no SIMCAR, com objetivos de lançar ainda no próximo ano módulos de análise automática de assentamentos rurais. O Licenciamento Ambiental mais eficiente e moderno também é foco do Estado para garantir a legalidade dos empreendimentos e respeito às normas ambientais. Em 2020 Mato Grosso garantiu o aumento da produtividade em 25% e redução do tempo médio para emissão das licenças ambientais em 50% comparados ao início da gestão em 2019. Além disso, a SEMA investe na modernização da legislação e no processo digital de licenciamento ambiental, lançando em 23/11/2020 os módulos de licenças simplificadas, compatibilizando o procedimento à complexidade e risco das atividades.

Como estratégia do Estado para promover a integração de todas essas políticas, o Instituto PCI - Produzir, Conservar e Incluir

promove o fortalecimento de projetos que congregam não apenas os objetivos, mas também os atores envolvidos. Poder público, setor privado e sociedade civil trabalham juntos para alcançar os resultados para Mato Grosso. Esse esforço, concentrado para garantir a legalidade e combater o ilícito, é essencial para manter Mato Grosso como Estado que produz e conserva, conforme explica a Secretária de Estado Mauren Lazzaretti.

Por sua vez, o Estado do **Pará**, em 2020, inaugurou, enquanto grande plano de ação para manutenção do meio ambiente equilibrado, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído pelo Decreto Estadual n.º 941, de 03 de agosto de 2020. O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O'de Almeida, menciona alguns dos objetivos do PEAA, quais sejam: o estímulo a geração de trabalho e renda por meio da valorização dos produtos e subprodutos da biodiversidade amazônica; o incentivo ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); a adoção de medidas contínuas e consistentes para redução do desmatamento ilegal; e a rastreabilidade e certificação da produção agropecuária e da biodiversidade. Além disso, é importante ressaltar que uma das finalidades do PEAA é o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU em escala estadual, para isso, sua atuação guarda correlação com esses Objetivos.



Resex Rio Cautário

Os instrumentos de execução do PEAA estão se desenvolvendo em quatro eixos estratégicos, são eles: 1) A Força Estadual de Combate ao Desmatamento: tem como foco o enfrentamento de ilícitos ambientais por meio do planejamento e monitoramento das ações governamentais emergenciais desenvolvidas por iniciativas de 06 órgãos do poder público estadual; 2) O Fundo da Amazônia Oriental: estratégia de financiamento que visa a colaboração com o setor privado para o desenvolvimento de políticas públicas de meio ambiente, especialmente a aplicação de recursos em investimentos de baixo carbono; 3) O Programa Territórios Sustentáveis: tem por finalidade a promoção da produção em bases sustentáveis, por meio de ações que contribuam para o aumento da restauração produtiva a partir do uso eficiente da terra e de incentivos aos atores locais à regularização nas dimensões ambiental e fundiária; e 4) O Regulariza Pará: ainda está em fase de regulamentação, mas, na prática, tem atuado junto ao Programa Territórios Sustentáveis, pois ambos visam a implementação de um sistema de regularização ambiental e fundiária efetivo, que contemple dos pequenos aos grandes imóveis rurais, estando entre os seus objetivos a ampliação da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adequação dos imóveis rurais com passivos ambientais.

É imprescindível, ainda, apontar a atuação da Força Estadual de Combate ao Desmatamento, a qual teve início em junho do corrente ano, com a Operação Amazônia Viva. A Operação vem sendo realizada por meio de fases divididas

mensalmente: já foram executadas 5 fases de junho a outubro de 2020, com proeminentes resultados: embargaram-se 126.061,47 ha devido ao desmatamento ilegal, foram apreendidos 5.199,76 m³ de madeira ilegalmente extraída, retiraram-se das florestas 149 motosserras e apreenderam-se 48 veículos usados para o desmatamento ilegal, 40 pessoas foram presas, 41 acampamentos destruídos, 35 garimpos ilegais interditados e foram realizados 11 combates a queimadas/incêndios. Assim, o Pará, segundo dados coletados pelo Centro Integrado de Monitoramento Ambiental da SEMAS, conseguiu, por meio das operações Amazônia Viva, reduzir o desmatamento em 2020, nos meses mais críticos, como julho e agosto, e tem mantido o índice de desmatamento no segundo semestre de 2020 inferior a 2019.

O Governo de **Rondônia**, por meio da SEDAM, realiza trabalhos ostensivos no combate a ilícitos ambientais no Estado, por meio das operações: Hiléia - voltada ao combate do desmatamento e prevenção às queimadas ilegais; Operação Draga - voltada a extração irregular de minérios no rio Madeira e Operação Iara - que foca a pesca predatória em todas as bacias hidrográficas do Estado.

A Sedam conta com equipe de técnicos ambientais que agem de forma preventiva por meio da Coordenadoria de Educação Ambiental e Coordenadoria de Geociência, responsável pela coleta de informações via satélite que, a posteriori, são repassadas às equipes de campo. As operações são coordenadas com integração entre o

Batalhão da Polícia Ambiental (BPA), as Delegacias Especializada em Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente (Derccma), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), os Escritórios Regional de Gestão Ambiental (ERGAS); o Núcleo de Operações Aéreas (NOA), o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) e órgãos de inteligência.

Por meio do Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado (PDSEAI) e Fundo Amazônia, financiou o Laboratório de Geociências (LabGEO) e equipou com equipamentos e estrutura de primeira linha as áreas de tecnologia da Coordenadoria de Geociências. Pelo mesmo projeto foram adquiridos computadores de alta performance (Workstation) e nove monitores (videowall) para o monitoramento ambiental e fortalecimento do banco de dados geográfico do Estado de Rondônia.

Na regularização ambiental de imóveis rurais, a Sedam vem buscando aplicação de recursos para melhoria e desenvolvimento do SICAR-RO, bem como implementação do Módulo Dinamizado da Análise do CAR. Paralelamente tem aplicados esforços para o aumento do corpo efetivo destinado à análise dos cadastros e dos processos de regularização ambiental. Outra ação importante é a destinação de recursos através de projetos parceiros para aquisição de imagens de alta resolução e demais insumos para melhoria quantitativa e qualitativa das análises, bem como, monitoramento das áreas em recuperação. Hoje já são mais de 20 mil cadastros que passaram por procedimento de análise.



Resex Rio Cautário



Resex Rio Cautário

Tem promovido a descentralização ambiental que tem o objetivo de dar autonomia ao município, celeridade das ações e obtenção das licenças ambientais, aproximação com empreendedor, eficiência na comunicação, redução de tempo e custos financeiros para o empreendedor/empresário/produtor, controle das atividades que estão sendo implantadas e desenvolvidas no município, por meio de uma gestão ambiental sustentável. Hoje já são 20 municípios descentralizados e 02 em fase de adequação.

É o primeiro Estado a implementar um Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais fomentado pelo Projeto-Piloto Floresta+ Amazônia, em uma Unidade de Conservação, a Resex Rio Cautário. O Projeto visa remunerar os comunitários pelas suas ações de proteção e conservação da floresta, bem como executar ações que visem melhorar as suas práticas do extrativismo, educação ambiental e outros. A Sedam vem trabalhando para ampliar para mais Reservas de uso sustentável projetos como esses.

O Estado de **Roraima** tem investido na estruturação física e tecnológica. A

modernização e implementação de uma base georreferenciada das atividades licenciadas tem sido construída com a finalidade de refinar as atividades de fiscalização e monitoramento. O Estado possui acordo de cooperação técnica, o Centro Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, com a finalidade de promover capacitações para todos os técnicos da Fundação e demais instituições parceiras, além do compartilhamento de informações.

O Estado promoveu o cadastro ambiental rural com previsão de atendimento de 14 mil propriedades, sendo a atividade inicial para diagnóstico e regularização de pequenas propriedades rurais.

O monitoramento ambiental do estado está em fase de modernização com a utilização de múltiplas bases de dados (INPE, MapBiomás, SAD), para ampliar o alcance das ações de combate a ilícitos ambientais e monitoramento de atividades licenciadas.

A aquisição de equipamentos para atividades de laboratório e campo, aquisição de sistemas de licenciamento e monitoramento podem ser listadas como ações em execução para coibir ilícitos ambientais e dar celeridade à regularização

de atividades no Estado de Roraima.

De acordo com dados do DETER, o estado de Roraima teve redução de aproximadamente 65% nas taxas de desmatamento entre setembro e novembro de 2020. Para fins comparativos, entre os meses de janeiro e julho de 2020 a redução de desmatamentos foi de aproximadamente 50% em relação a 2019.

Com o objetivo de reduzir os impactos ambientais no estado do **Tocantins**, o Governo do Estado, através do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), não têm medido esforços para reduzir os desmatamentos ilegais e os incêndios florestais nas Unidades de Conservação de responsabilidade do órgão ambiental. Em relação às queimadas, os brigadistas contratados pelo Estado, em 2019, continuaram as ações de monitoramento, controle e combate aos focos de calor desde o início desse ano. O empenho e zelo com a rica biodiversidade formada por cerca de 80% do bioma Cerrado trouxe resultados bastante animadores.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no ano passado o Tocantins ficou na 2ª colocação no ranking nacional das queimadas. Já em 2020, o Estado ficou

em 6º lugar. Alcançar essa posição decorreu do planejamento dos gestores na conservação da flora e fauna do território tocantinense. Uma das ações dessa redução das queimadas refere-se também a inauguração no último dia 5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente, das atividades do Centro Integrado de Inteligência e Monitoramento de Dados Espaciais Ambientais [Cimdea].

“Com o Cimdea, o Tocantins passa a ocupar o patamar de excelência técnica em geoprocessamento, análises espaciais ambientais, modelagem de cenários, envolvendo queimadas ilegais, desmatamento, setor agrícola, agropecuário, infraestrutura e os principais empreendimentos potencialmente poluidores”, esclarece Sebastião Albuquerque, presidente do Naturatins. O Centro de Inteligência irá possibilitar o compartilhamento de dados com outros órgãos e os crimes ambientais terão uma fiscalização mais ampliada. O Cimdea irá proporcionar inúmeros benefícios ao meio ambiente, cuja preservação é a missão do Naturatins.

A implantação da Cota Zero para o transporte de pescado até 2022, foi outra medida do Governo do Tocantins para repovoar os recursos hídricos e evitar que espécies da ictiofauna façam parte da lista de ameaçadas de extinção. O Licenciamento Ambiental teve os

prazos reduzidos para as solicitações de licenças em razão da descentralização das análises de processos, com a criação de dois polos de atendimento nos municípios de Araguaína e Gurupi, que realizam atendimentos das agendas Verde (florestas) e Marron (empreendimentos e atividades).

Como parte dos avanços para a modernização, a partir de dezembro, o Naturatins terá um novo Sistema Eletrônico Integrado de Gerenciamento Ambiental (Sigam). Com a nova ferramenta o órgão passará a operar em ambiente 100% digital, eliminando totalmente a existência de processos impressos, isto é, de papel. Com a implantação do Sigam, o Governo do Estado contará com uma ferramenta ágil e completa para a prestação dos seus serviços à população.

Por fim, nota-se na mídia um movimento discreto, mas constante, de “demonização” da exploração da Amazônia como estratégia para obstar o desenvolvimento da região, como se tal ação fizesse cessar o desmatamento e queimadas ilegais. Na visão dos Estados que compõem a Amazônia esse é um dos mitos que precisa ser desfeito para que a sociedade tenha a real noção de como ajudar a preservar a Amazônia.

Após quatrocentos anos de ocupação, a

Amazônia tem sido, principalmente fonte de matéria prima, e as suas cidades centros de passagem e distribuição de insumos primários. Em todo este período, não foi capaz de construir e consolidar um modelo de desenvolvimento econômico que, fazendo uso dos seus recursos naturais, valorizasse a floresta em pé e gerasse condições dignas de subsistência para a sua população. Esta população questiona, frequentemente, quem se beneficia diretamente com a riqueza da região e onde ela está localizada, porque para eles há um longo e doloroso caminho a trilhar.

Na Amazônia, o pilar da conservação ambiental não sustenta por si só os pilares do desenvolvimento social e econômico. Se o pilar econômico estivesse suficientemente desenvolvido sobre a base da sua vocação agroflorestal, o próprio comportamento dos agentes econômicos estaria comprometido com os esforços de redução do desmatamento. O pilar social seria abordado mediante a ação pública com os instrumentos que permitam reduzir as desigualdades e a valorização da riqueza cultural, que no caso da Amazônia mantém uma relação estreita de identidade com a floresta.

Muito se fala sobre o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004, em um momento de pico histórico nas taxas de desmatamento, e que colheu frutos importantes nas reduções futuras, pelo foco no monitoramento e controle, mas que não alcançou resultados satisfatórios nos componentes de ordenamento fundiário, territorial e de fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Vale destacar que mesmo insuficientes, há avanços na produção com uso da tecnologia e da pesquisa para redução dos impactos ambientais, garantindo segurança alimentar para uma população global em amplo crescimento, com respeito às normas ambientais. São esses exemplos que merecem ser multiplicados com a união entre poder público e a sociedade.



Resex Rio Cautário

O aprendizado do passado nos leva a perceber que a preservação da Amazônia está diretamente associada ao fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis da região, que ocorre com o esforço de toda sociedade: poder público, empreendedores e consumidores. Como exposto pelos secretários de meio ambiente, o poder público estadual está comprometido com a agenda ambiental da Amazônia e esse movimento merece ser ampliado com envolvimento qualitativo da sociedade.

O Brasil é reconhecidamente o país com a legislação ambiental mais completa e rigorosa do mundo, sendo que as normas aplicáveis à Amazônia Legal são as mais rigorosas do país, logo, a legislação ambiental do bioma é a mais restritiva do mundo. O reconhecimento da importância ecológica da Amazônia traz consigo o desafio de criar soluções estratégicas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

As soluções de caráter econômico devem ter como ponto de chegada a seguinte equação: possibilidade de manutenção da propriedade com respeito ao Código Florestal (80% de reserva legal na Floresta, 35% no cerrado + área de preservação permanente). Para que seja possível manter a floresta em pé, como defendido mundialmente, os serviços ambientais prestados por ela precisam ser traduzidos em recursos financeiros para aqueles que a preservam. Estamos cientes de que nessa transição os instrumentos, o desenvolvimento e a consolidação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais são essenciais, sendo fundamental o carbono florestal como foco de integração dessas soluções.

É preciso sair da teoria das ações para manutenção da floresta e ir para a prática. Reconhecer a importância da Amazônia não é realizar boicote aos produtos produzidos nessa região; é investir na região para garantir o uso racional dos recursos naturais; fortalecer cadeias produtivas regulares como manejo florestal sustentável, produção agropecuária de baixas emissões, manejos não madeireiros etc. dando transparência a essa licitude; é consumir os produtos da Amazônia com a consciência que eles podem ter maior valor por ser agregado ao preço o custo da conservação ambiental; é consolidar o mercado de carbono investindo valores compatíveis com a extensão territorial preservada (84% da Amazônia).

A agenda da sustentabilidade da Amazônia, que também é denominada como “de desenvolvimento de baixas emissões”, com todos seus componentes e instrumentos de transição, deve ser amplamente defendida por TODOS indistintamente. Somente assim conseguiremos conservar a Amazônia.





Acre é destaque nacional com o Cigma

Dados das diversas instituições estaduais são cruzados com informações das plataformas federais para dar maior precisão às ações de campo contra os crimes ambientais

As ferramentas são gratuitas, disponíveis para qualquer usuário online, mas o trabalho desenvolvido pelo Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma) ganhou destaque nacional pela dinâmica na interpretação dos dados e pela integração interinstitucional. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, visitou o Acre no mês de setembro de 2020 exclusivamente para conhecer a iniciativa.

Mourão, que também é presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, conheceu o trabalho desempenhado pelo governo do Estado no enfrentamento ao desmatamento ilegal e elogiou a atuação dos técnicos do Cigma.

Na oportunidade, uma ampla explanação foi apresentada ao vice-presidente sobre os objetivos traçados pela atual administração no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social baseado na sustentabilidade e respeito ao meio ambiente. Um deles foi o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), com o potencial dos 22 municípios.

Para o vice-presidente, a iniciativa é um exemplo bem-sucedido e que pode ser adotado por outros estados. "As atividades desenvolvidas pelo Cigma me deixaram bastante satisfeito e impressionado pela qualidade do trabalho, pela dedicação e conhecimento da equipe, além do comprometimento com os objetivos de impedir que ilegalidades relacionadas ao desmatamento, queimadas, invasões de terra, garimpo ilegal e outros ilícitos ocorram no Acre", analisou.



O vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Hamilton Mourão, vem ao Acre exclusivamente para conhecer o Cigma.

O governador Gladson Cameli reafirmou o compromisso de sua administração com a conservação ambiental. Defensor do progresso do Acre, por meio da geração de emprego e renda, o gestor pontuou que é completamente viável aliar desenvolvimento e sustentabilidade. Disse também que não tolera o desmatamento ilegal e que as regras estabelecidas no Código Florestal são cumpridas no estado.

"O Acre possui 85% de seu território preservado e temos feito tudo o que é possível para que continue assim. Nosso governo respeita e entende a importância do meio ambiente. Quero dizer ao vice-presidente que não toleramos qualquer tipo de pressão ou desrespeito ao novo Código Florestal. Inclusive, temos sido rigorosos contra

aqueles que ainda insistem em desmatar a floresta de maneira ilegal", declarou Cameli.

O secretário de Estado de Meio Ambiente, Israel Milani, classificou como positiva a agenda com Hamilton Mourão e revelou que a tecnologia utilizada pelo Cigma na identificação de crimes ambientais está entre as melhores do país.

"Apresentamos o que temos de melhor no aspecto do monitoramento e geoprocessamento no Acre. O vice-presidente saiu muito animado com tudo o que viu aqui, como a elaboração dos dados que conseguimos consolidar com nossa equipe técnica no que tange à questão do desmatamento", observou.

Conheça o Cigma

Com suporte tecnológico, ferramentas geoespaciais e técnicos capacitados, o Cigma oferece informações qualificadas para direcionar as estratégias e políticas do governo.

O centro é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema) e conta com a parceria do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), do Instituto de Terras do Acre (Iteracre), do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac).

Fazem parte do Cigma a Sala de Situação e Monitoramento Hidrometeorológico, a

Dentro da proposta de integração do Cigma, fruto da gestão do governador Gladson Cameli, a Sema articula as instituições estaduais para consolidar as informações ambientais.

A Ucegeo é responsável pelo monitoramento do desmatamento e degradação florestal. Os técnicos armazenam, integram, gerenciam e atualizam a base de dados gerada no âmbito do Prodes/TerraBrasilis, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE/AC).

Unidade Central de Geoprocessamento (Ucegeo) e o Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental (CAR/PRA), além da Divisão de Geoprocessamento do Imac.

“O trabalho das instituições que compõem o Cigma já existia, mas de forma separada. Já na gestão do governador Gladson Cameli, em abril de 2019, as primeiras iniciativas sobre o cruzamento dessas informações aconteceram para otimizar a gestão ambiental”, explicou Israel Milani.

Sob o comando da pesquisadora Vera Reis Brown, diretora executiva da Sema, os trabalhos no Cigma vêm se aperfeiçoando. A consolidação do centro

“Além de monitorar e produzir informações referentes a desmatamentos, queimadas, degradação florestal, regeneração florestal e estudos de biomassa, os técnicos organizam as séries históricas de desmatamento e incêndios florestais em diferentes unidades fundiárias e mantêm um banco de dados robusto para dar suporte aos trabalhos”, acrescentou Vera Reis.

Na Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico são elaborados e publicados os boletins de monitoramento de queimadas e qualidade do

integrado também é iniciativa do secretário de Estado de Meio Ambiente, Israel Milani, que articulou as instituições.

Na ocasião da visita do vice-presidente Mourão ao Cigma, Vera Reis ressaltou a importância das informações coletadas no centro integrado para o sucesso da fiscalização e combate aos crimes ambientais.

“Um dos maiores desafios do governo do Acre tem sido o considerável aumento de invasões em florestas públicas. Apesar da constante fiscalização e monitoramento, identificamos pessoas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia realizando esse crime. Se não fosse o nosso trabalho e a atuação da Polícia Militar, a situação estaria bem pior”, enfatizou Vera.

Um Centro Integrado

ar, monitoramento hidrometeorológico e previsão do tempo, este último com apoio do Serviço de Proteção da Amazônia (Sipam).

No Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental (CAR/PRA) são integradas as ações para apoiar o produtor rural. É também nesse escritório que são coordenadas as ações da Divisão de Geoprocessamento do Imac e Iteracre, para dar suporte ao licenciamento ambiental e também às ações de comando e controle.



Secretário de Meio Ambiente Israel Milani apresenta estrutura do Cigma ao vice-presidente Hamilton Mourão.

Tecnologia usada no Cigma

Imagem LandSat 8 - Satélite norte-americano multiespectral/fusão pancromática. Resolução espacial de 30 metros (série histórica de 1988 a 2013) e 15 metros (2014 a 2020). São imagens que compõem a série histórica de dados do desmatamento anual do estado (incremento ano a ano por classe fundiária). As cenas são utilizadas para o monitoramento da evolução do desmatamento, identificação e cálculo de áreas alteradas e licenciamento ambiental (de acordo com Novo Código Florestal), entre outras aplicações.

Imagem Rapideye - É formada por uma constelação de cinco microsatélites multiespectrais, lançados em 29 de agosto de 2008 em um único foguete ucraniano (DNEPR-1), com controle alemão. Apresenta resolução espacial de 5 metros (série histórica de 2008 a 2018), disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) aos estados. Hoje encontra-se inativa, mas foi importante para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), validação dos dados do desmatamento anual (incremento, evolução do desmatamento, identificação e cálculo de áreas alteradas e licenciamento ambiental, de acordo com o Novo Código Florestal).

Imagem Sentinel 2 - O lançamento do primeiro Sentinel-2 (Sentinel-2^a) se deu em 23 de junho de 2015 e o segundo Sentinel-2 (Sentinel-2B) no primeiro semestre de 2017. Apresentam alto desempenho para gerenciamento e monitoramento da vegetação, solos e rios. Possui resolução espacial de 10, 20 ou 60 metros, dependendo da banda, além de resolução temporal de 10 dias com um satélite e de 5 dias apenas com os dois satélites operacionais.

Vera Reis apresenta o conjunto de imagens de satélites utilizado para monitorar o Estado do Acre na área ambiental.



Os técnicos armazenam, integram, gerenciam e atualizam a base de dados gerada no âmbito do Prodes/TerraBrasilis, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE/AC).

Capacitações em Monitoramento Ambiental

Outro resultado positivo da gestão do Cigma é que instituições renomadas, a exemplo do Exército Brasileiro, têm buscado capacitações. As prefeituras municipais do Acre também solicitaram qualificação para os seus técnicos, em busca de aprimorar ações estratégicas relacionadas ao monitoramento de queimadas e desmatamentos locais.

O primeiro município do Acre a ter uma técnica capacitada no Cigma e produzir o seu próprio boletim técnico baseado nos dados geospaciais é Porto Acre. A técnica Creuza Franklin Feitosa participou de treinamento para usar as ferramentas de geotecnologias utilizadas no Cigma.

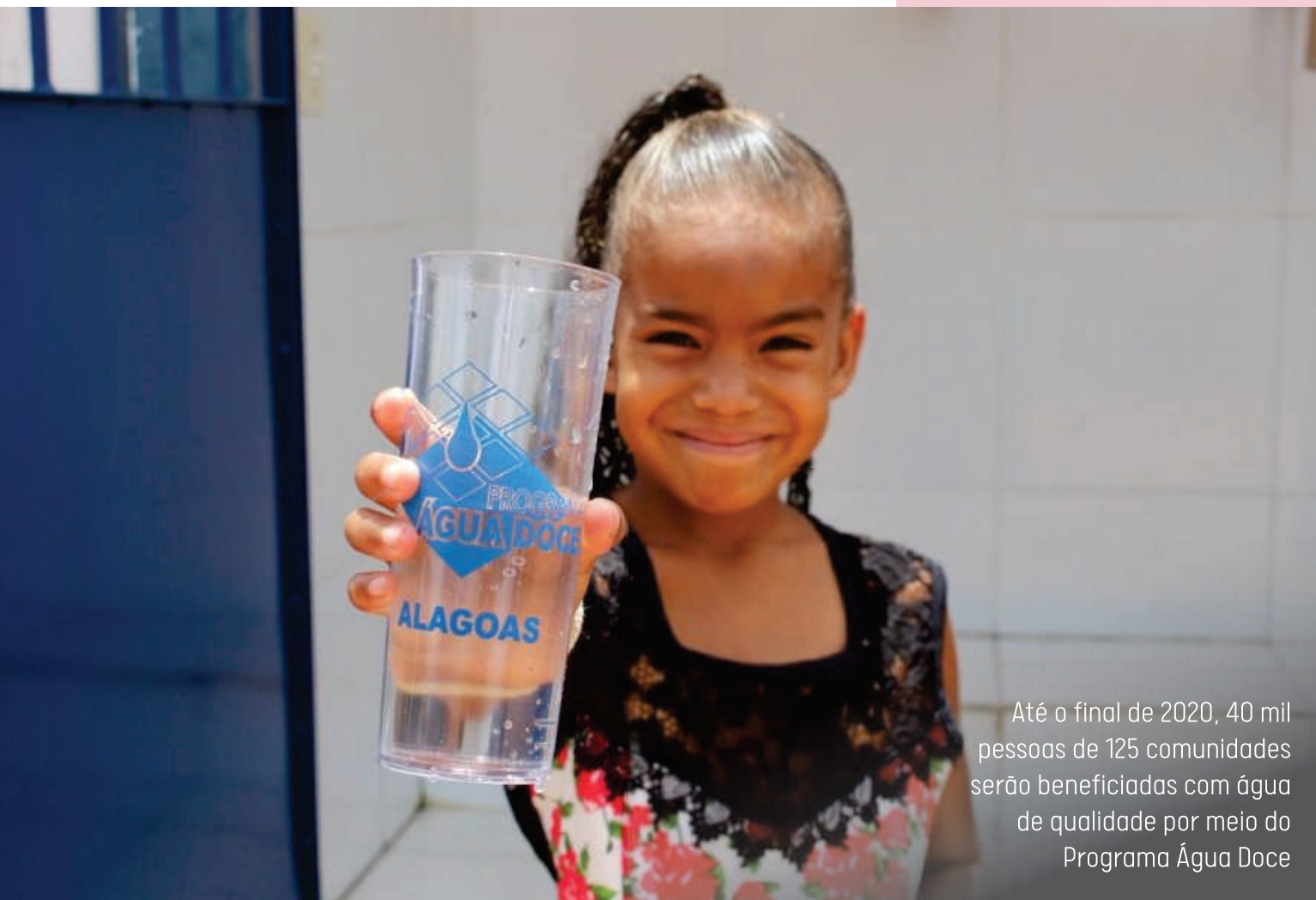
Creuza conheceu as fontes, sites, dados, metodologias e softwares utilizados na execução do monitoramento e análise da dinâmica de focos de queimadas no Estado do Acre. A partir da experiência, passou a produzir o seu próprio relatório.



Alagoas

Semarh finaliza 2020 com importantes avanços para o desenvolvimento hídrico e sustentável em Alagoas

Ações executadas pela pasta levam benefícios para milhares de pessoas em todo o Estado



Até o final de 2020, 40 mil pessoas de 125 comunidades serão beneficiadas com água de qualidade por meio do Programa Água Doce

Com a proximidade do fim do ano, a Secretaria de Estado Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) comemora as ações desenvolvidas pela pasta em prol da população de Alagoas em 2020. Foram mais de 40 mil pessoas beneficiadas pelos programas de acesso à água: principalmente no Sertão e Agreste do estado.

Entre os avanços das obras hídricas, o Programa Água Doce ganha destaque nesse quesito. O PAD atua na região do semiárido brasileiro, prioritariamente nas comunidades rurais como

estratégia de adaptação às mudanças do clima por reduzir as vulnerabilidades relacionadas ao acesso à água. Altas temperaturas, estiagens prolongadas, inexistência de rios perenes nessa região são os fatores preponderantes que tornam o ambiente propício para a implementação do programa, cujo objetivo é que as famílias residentes nessas comunidades tenham acesso à água de forma contínua e diária.

Por meio de convênios com a União, o estado de Alagoas implantou 125 sistemas de dessalinização através do

Programa Água Doce. Até o final de 2020, 40 mil pessoas de 125 comunidades, abrangendo 30 municípios da região do semiárido alagoano, terão acesso à água de excelente qualidade.

Outro programa que vem facilitando a chegada da água na casa de quem mais necessita é o Programa Água para Todos. Por meio do Água Para Todos, a Semarh tem construído os sistemas de abastecimento simplificado, levando água encanada à porta das residências. O programa consiste na perfuração de

um poço artesiano e instalação do sistema de dessalinização.

Para enfrentar o problema da seca na região semiárida de Alagoas, por vezes em estado de emergência em alguns períodos, o governo de Alagoas visa atender o máximo possível de localidades com serviços de abastecimento de água.

Dessa forma, a perfuração de poços tubulares profundos em comunidades rurais sem acesso à água encanada, não apenas no semiárido, torna-se uma obrigação da Semarh. O programa de perfuração de poços é uma alternativa viável do ponto de vista econômico e social, amenizando a situação da falta de água e, ao mesmo tempo, disponibilizando esse serviço para futuras melhorias no atendimento à população.

O programa de Perfuração de Poços já atuou em todas as regiões de Alagoas, ultrapassando os 76 municípios atendidos. Em conjunto com o Programa Água Para Todos, mais de 600 poços foram perfurados, sendo mais de 550 do programa estadual.

Com o aumento da oferta hídrica, as comunidades residentes no Sertão e Agreste têm a possibilidade de fixar-se de forma sustentável no campo, o que reduz o êxodo rural dessa população para os grandes centros urbanos.

O Programa de Recuperação de Nascentes também entra em evidência com as mais de 180 nascentes recuperadas desde 2015, beneficiando mais de 16 mil pessoas. Só em 2020 até o momento, foram recuperadas 24 nascentes.

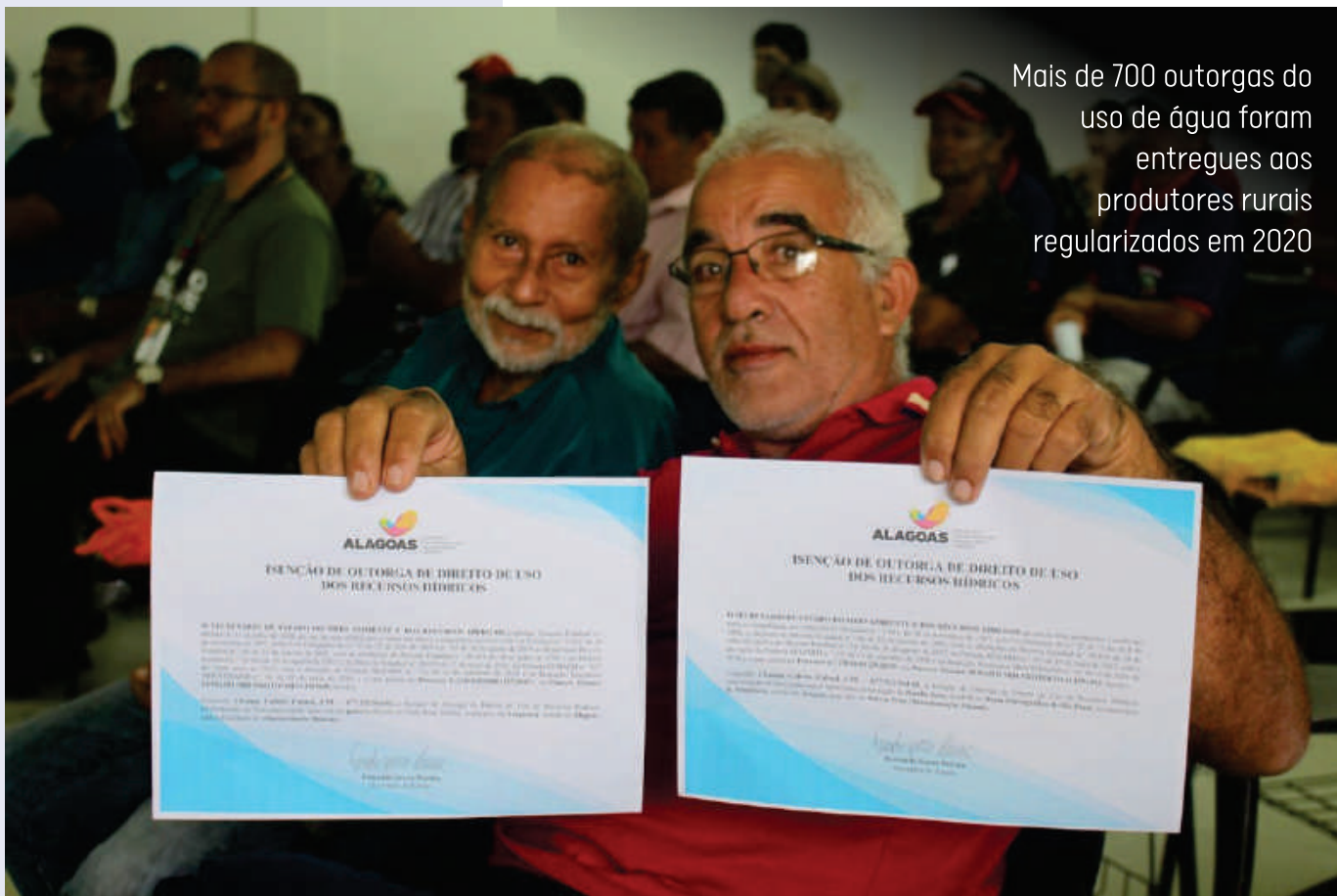
O Programa transforma toda a área da nascente em um filtro natural, protegendo-a de qualquer ação que possa comprometer a água, proporcionando melhoria na qualidade dos solos, aumento da vazão de água para os produtores e incorporação de estoque de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Além de fazer a recuperação das nascentes, os técnicos da Semarh capacitam os moradores das localidades, que podem repetir o processo em outras

regiões, atuando como multiplicadores.

Além desses programas, mais de 700 outorgas do uso de água foram entregues aos produtores rurais regularizados em 2020. Segundo o Secretario Executivo de Gestão Interna, Pedro Lucas, medidas simples como as campanhas de cadastramento de usuários de água foram fundamentais para o alcance desses números. "Até então o usuário teria que sempre vir à Maceió e isso se tornava um fator que dificultava. Criamos medidas de simplificação que deram agilidade ao processo", explica.

Essas campanhas passaram por diversas cidades, majoritariamente no Sertão e no Agreste do estado, regiões que necessitam de uma grande demanda de água para irrigação e abastecimento humano, fazendo cadastro de usuários, capacitando sobre o manejo de água e solo, e entregando certificados de outorga aos cidadãos já regularizados. Além disso, os agricultores também garantem assistência técnica disponível, e acesso a créditos rurais para a produção agrícola.



Mais de 700 outorgas do uso de água foram entregues aos produtores rurais regularizados em 2020

O Programa Planta Alagoas distribuiu mais de 15 mil mudas de espécies nativas da região em 2020 por todo o estado



Meio Ambiente

Outro setor da pasta que atingiu metas importantes foi o desenvolvimento sustentável. Seguindo políticas públicas, a Semarh prioriza os recursos naturais e leva educação socioambiental para os quatro cantos do Estado.

Com a proposta de reflorestar as matas ciliares, o Programa Planta Alagoas, distribuiu mais de 15 mil mudas de espécies nativas da região em 2020 por todo o estado. A parceria das instituições para distribuição e plantio das mudas tem trazido, além da recomposição dos ambientes, uma melhoria na qualidade dos solos e do ambiente como um todo, a incorporação de carbono e, através da educação ambiental, a conscientização da importância dessas ações para o meio ambiente e o clima.

Percorrendo todo o estado, técnicos da Semarh, juntamente com a Sala de Alerta, colocaram em prática e levaram uma série de atividades que reforçam a educação ambiental junto às gestões municipais nas escolas.

Outro destaque nesta área é o Monitor de Secas: um processo de acompanhamento regular e periódico da seca no Nordeste do Brasil, cujos resultados são divulgados por meio de um mapa geral.

Mensalmente, informações sobre a situação de secas são disponibilizadas pela Sala de Alerta considerando as condições até o último dia do mês anterior, com indicadores que refletem o curto e o longo prazo, se tornando a principal ferramenta na gestão de recursos hídricos dos municípios da região semiárida de Alagoas.

Outra medida de impacto positivo da Semarh foi a atenção aos resíduos sólidos. Por meio de campanhas para conscientizar a população, houve o monitoramento do descarte de lixo, pneus, entulhos e materiais inservíveis.

Com o encerramento de todos os lixões no estado de Alagoas, foram criadas 14 cooperativas/associações de recicladores/catadores. Hoje estão em

funcionamento cinco consórcios e quatro centrais de tratamento de resíduos sólidos. Além disso, por meio da Semarh, são realizadas capacitações, treinamentos de funcionários e catadores das cooperativas e associações.

E é justamente nesse contexto de preservação e acesso à água que o Estado de Alagoas avança. Segundo João Paulo Tavares, Secretário de Estado da Semarh, a pasta atinge seu objetivo para os recursos hídricos e a conscientização ambiental e sustentável com um grande impacto positivo apesar das dificuldades do ano de 2020. "Trabalhamos duro este ano para levar o acesso à água potável e de boa qualidade para as famílias alagoanas que mais precisam, principalmente nesse momento de pandemia da covid-19, onde toda assistência e cuidados são necessários. Além disso, o cuidado também com o meio ambiente é nossa prioridade. Essas são as premissas do Governo de Alagoas e da Semarh.", ressalta.



A Questão Ambiental: Nossa Visão Regional Amazônica e o Estado do Amapá



Amazônia a região brasileira de multicaracterísticas num permanecer de constante inquietação, mostrada numa aura de mistério, seja pelo imaginário passado, o qual era indicativo de ser uma região majestosa, gigantesca e desconhecida ou, então, em razão de fatos mais práticos relativos à situação atual vivida pela região como: o desmatamento e as queimadas.

Situação concreta se amplia notavelmente o leque de opiniões, interpretações, teorias, modelos e

supostos paradigmas explicativos da realidade da região. Portanto, deve-se considerar a convergência de um imaginário, a história conhecida da região, os novos processos (sobretudo os econômicos), ou os fatos recentes que impactam na região mais diretamente, como as mudanças climáticas, entre outros inúmeros processos, eventos e fatos que poderiam ser citados, que fermentam a longa lista de interpretações sobre a região amazônica, muitas delas claramente contraditórias entre si, como ser possuidora de uma das maiores

riquezas do mundo e ser dominada pela pobreza, segundo alguns especialistas, participa somente com 8% do total do PIB brasileiro e o cidadão amazônico tem como rendimento médio o equivalente a 77,9% do nacional;

Nesta Amazônia, vários cenários configuram como potenciais desafios, entre eles destaca-se um que é proveniente do equilíbrio no uso de suas potencialidades e a sua vulnerabilidade versus o desenvolvimento, neste sentido duas questões tornam-se fundamentais:

1 - Encontrar equilíbrio entre o processo produtivo e a manutenção do bioma;

2 - Estabelecer a uniformidade de procedimentos legais que permitam a integração de sistemas de regularidade ambiental de forma se ter uma unicidade mínima, guardando as especificidades e autonomia de cada Estado.

Esse desafio substanciado por essas questões posta, impera em contraste a dinamização da economia o que, em parte, está relacionada ao tempo de análise de processos de licenciamento ambiental e as estruturas administrativas, em alguns aspectos, ainda fragilizadas para dar conta de atuar em processos voltados ao monitoramento e fiscalização, a construção e aplicação de políticas públicas que dê suporte a sustentabilidade, tais como: Regularização Fundiária, Cadastro Ambiental Rural, Zoneamento Econômico Ecológico (Macro), Sistema de Inteligência para o Monitoramento Ambiental para a Prevenção e Combate a Ilícitude Ambiental, Bioeconomia/Economia de baixo carbono/ Remuneração dos Serviços Ambientais/ Mercado de Carbono, Assistência Técnica e Extensão Rural - Ambiental, Investimento na geração de tecnologia (C&T).

Portanto, apontaríamos como a busca de soluções para esse desafio e suas questões básicas as seguintes diretrizes:

Integração Regional

Essa relação surge da necessidade do empoderamento da Amazônia no protagonismo do desenvolvimento nacional, com a valorização de suas riquezas e dos serviços que presta a humanidade, através da união dos estados subnacionais amazônicos, com foco o fortalecimento da cooperação entre os Estados baseados na igualdade pelo respeito as diferenças. Isso já ocorre de fato há algum tempo, e mais fortemente concretizada através do Consórcio dos Estados da Amazônia Legal onde regularmente os 9 Estados oficialmente se reúnem para tratar de vários temas sobre o desenvolvimento

regional, tendo como base as questões ambientais.

Estabelecimento de uma Governança Ambiental voltada para o desenvolvimento

É acrescentar ao tripé da “sustentabilidade” a governança ambiental, que seria o estabelecimento da articulação do conjunto de ações para o bem comum por meio de instrumentos e políticas públicas. Aqui enquadra-se as ações de controle com ações preventivas, estudos de impactos prévios, pagamentos por serviços ambientais, ordenamento territorial, excelência na gestão de recursos florestais e gestão de recursos hídricos, recuperação ou reutilização de áreas antropizadas e recolocadas para o uso produtivo. Neste caso, cabe a utilização de instrumentos de gestão ambiental que dialoguem entre si (ZEE, alertas de Desmatamentos e Queimadas, Monitoramento, Sistemas de informações interligados) dentro de bases jurídicas / normas adequadas às realidades locais.

Produção, Conservação e Inclusão

Se torna necessário cada vez mais o fortalecimento da relação da Produção associada a conservação com o foco a inclusão. Reorganizar, redirecionar ou até mesmo instrumentalizar melhor nossas cadeias produtivas já estabelecidas, tanto

as extrativas ou as introduzidas/plantadas, por processos mais modernos buscando a eficiência produtiva é uma boa estratégia para geração de emprego e renda como objeto do combate à pobreza. O uso adequado das Unidades de Conservação deve ser incorporado a essa solução como espaços territoriais vistos como indutores de desenvolvimento social e econômico. Também ter como outra estratégia atividades vinculadas a: Agricultura de Baixo Carbono, Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, Pagamentos por Serviços Ambientais, Mercado de Carbono.

Conhecimento

É necessário investimento em ciência e tecnologia que garanta a aplicação de processos mais modernos e a disponibilização de tecnologias que possam amenizar o impacto ambiental no uso dos nossos recursos naturais

A necessidade de consensualizar para o desenvolvimento da região uma visão ampla, integrada, abrangente e completa como consequência de um conhecimento multidisciplinar, isto posto, aos processos sociais, tecnológicos, econômicos e ambientais tão diversos é o nosso desafio;

Não podemos deixar que esse enorme patrimônio se transforme em fumaça, nem tão pouco admirá-lo como um bem intocável. E sim, privilegiar os conhecimentos tradicionais e científicos e assim ir acrescentando novos conhecimentos.



Com a melhor ciência, com tecnologias avançadas podemos ter na Amazônia, possibilidades de atividades econômicas sustentáveis além da proteção dos ecossistemas. Portanto, fortalecer nossa Educação Básica, nossas universidades, nossos institutos de pesquisas, é primordial para avançarmos.

O Estado do Amapá, recorte geosituacional amazônico, há 31 anos saiu da categoria de território federal e elevado à categoria de Estado Federado, atualmente tem uma população de 860 mil habitantes, possui uma área territorial de 142 mil km², está limitado a norte e noroeste com a Guiana Francesa e Suriname, a oeste e a sudoeste com Pará, a leste e nordeste com o oceano Atlântico, correspondendo a 8,11% do litoral brasileiro.

O Amapá merece especial atenção, uma vez que 62% do seu espaço territorial (fig.1) está sob modalidade especial de proteção. São 19 unidades de conservação, das quais 12 são federais, 5 estaduais e 2 municipais, o que totaliza algo entorno de 8,8 milhões de há, destas 8 são da categoria de proteção integral e 11 de uso sustentável, as primeiras sendo 60% da área. Acrescido as UCs as 5 terras indígenas que somam 1,1 milhão de ha,

que no Amapá estão devidamente demarcadas e desempenham importante papel na proteção dos recursos naturais, teríamos acerca de 72% de áreas sob proteção. É neste cenário que se apresenta a nossa parte do grande desafio, no contexto amazônico: Como manter preservando os recursos naturais e desenvolver nossa Região, nosso Estado utilizando a potencialidade desses recursos?

No nosso Estado, principalmente, em razão do cenário político institucional, estabelecemos como uma de nossas principais metas a reorganização do Sistema Estadual de Meio Ambiente com foco na transparência, desburocratização e combate as ilicitudes, buscando garantir e ter um bom ambiente de negócio com respeito a sociedade e ao patrimônio ambiental. Neste sentido, está em processo de revisão o Código Ambiental do Estado e consequentemente a atualização do arcabouço legal de normas das estaduais, readequação do Conselho Estadual de Meio Ambiente para que possa ter uma atuação mais eficiente e proativa. Estamos na fase de implantação de um moderno e eficiente Sistema de Licenciamento Ambiental Eletrônico e Georreferenciado, tendo

como fundo a Base Cartográfica oficialmente homologada; estabelecemos um acordo de cooperação com o CESIPAM com objetivo de melhorar a eficiência no monitoramento, fiscalização e controle das atividades que envolvam o uso de recursos ambientais. Adquirimos novos e modernos equipamentos de informática objetivando a melhoria do atendimento remoto e a eficiência na promoção e entrega dos serviços prestados a sociedade. Há tratativas para contratação, de forma temporária, de brigadista e guardas parques com objetivo de dá apoio a prevenção e o combate ao desmatamento e queimada. Em consequência, começamos a organização da revisão do nosso "Plano Estadual de Combate ao Desmatamento e Queimadas do Amapá" (PPCDAP) e assim, adequadamente, possamos definir recursos e ações de forma planejada e efetiva. Por outro lado, está em fase de implementação o Sistema Estadual de Clima e Incentivos aos Serviços Ambientais (SECISA), que é uma política pública que busca envolver governo, sociedade, setor privado e academia, visando benefícios econômicos e sociais mútuos por meio da conservação da natureza e a manutenção dos serviços ambientais.



Árvore encontrada na Floresta Estadual do Amapá - FLOTA

Desta forma, concluímos levantando os seguintes pontos:

- A necessidade da definição de um rigoroso planejamento de ações estratégicas para Amazônia com o foco a prevenção, o desenvolvimento econômico com sustentabilidade e o fortalecimento das instituições públicas ambientais nos três níveis (Federal/Estadual/Municipal);
- A retomada do Fundo Amazônia com seu destravamento, sendo garantida uma maior participação no poder decisórios dos Estados Amazônicos e que seja fortemente direcionado para ações que verdadeiramente impactem nas soluções dos problemas tanto à nível macro regional, como é o caso do Macro Zoneamento da Amazônia, a Base Cartográfica, a validação do CAR, a Regularização Fundiária e financiamento de políticas voltadas para Prevenção e Combate ao Desmatamento e as Queimadas.



Amazonas investe em eficiência de gestão como estratégia de conservação ambiental



Estado lançou, em setembro, programa 'Amazonas Mais Verde', para fortalecimento da gestão ambiental integrada entre órgãos estaduais

Enquanto maior estado do Brasil, com aproximadamente 97% do seu território natural conservado, o Amazonas carrega consigo um papel estratégico fundamental na conservação da Amazônia e das florestas tropicais remanescentes do mundo. Nesse mesmo contexto, conter o avanço do desmatamento e das queimadas ilegais tem se imposto como um dos maiores desafios da gestão pública global na atualidade.

Pensando em fortalecer a sua governança ambiental, reduzir a degradação de suas florestas e incentivar o uso sustentável de seus recursos naturais, o Governo do Amazonas lançou, em setembro de 2020, o Programa Amazonas Mais Verde. Segundo o secretário de Estado do Meio Ambiente, Eduardo Taveira, o Programa objetiva aumentar a efetividade do Estado relacionada às questões ambientais.

“Quando se fala em meio ambiente, ‘aumentar a efetividade’ requer, obviamente, assumir competências, mas também dividir atribuições de forma estratégica, ordenada e assertiva. É preciso termos a compreensão de que conservar a Amazônia envolve uma cadeia agregada de temáticas que interagem mutuamente e, por isso, precisam ser trabalhadas de forma conjunta pelo poder público. Sendo assim, gestão ambiental contra desmatamentos e queimadas vai muito além da repressão”, disse.

São estas, portanto, as palavras-chaves do Programa: atuação ordenada. Por meio do “Amazonas Mais”, o Estado buscou unir, de forma inédita, as agendas de produção rural, ordenamento de territórios e meio ambiente, alinhando estrategicamente as ações de quatro secretarias e de duas instituições de

administração indireta do Governo, até o ano de 2022. Para sua execução, o Estado disponibilizou R\$ 56 milhões em recursos da Petrobrás, que foram repatriados da Operação Lava Jato.

A coordenação do Programa será feita pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), com execução da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Produção Rural (Sepror) e Secretaria das Cidades e Territórios (Sect). Além das secretarias, o programa contará com o apoio de outros três órgãos estaduais: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Instituto de Desenvolvimento Agro-pecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) e Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM).

Estratégias para o desenvolvimento da gestão ambiental

O Programa Amazonas Mais Verde prevê a descentralização das políticas de desenvolvimento em áreas críticas do desmatamento e queimadas ilegais no Amazonas. São elas a Região Metropolitana de Manaus e o Sul do estado, que concentram juntas aproximadamente 74% do total de focos de calor registrados no estado em 2020. Boa parte das notificações ocorreram nos municípios ao Sul do Amazonas, relacionadas majoritariamente à pressão em glebas e assentamentos federais para expansão da fronteira agropecuária e ações de grilagem de terras.

Desta forma, serão beneficiadas pelo Programa as cidades de: Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves.



O Amazonas +

Envolve 6 instituições de Estado

Impacta diretamente cerca de 2,9 milhões de habitantes

Incorpora 20 municípios do Amazonas

Abrange uma área de 427.996 km²

Com a definição da área prioritária de atuação, as ações integradas do Programa foram organizadas a partir de três eixos temáticos.

Eixo 1: Ordenamento territorial e ambiental

O primeiro eixo visa promover a regularização fundiária de 16.040 lotes em 15 municípios, a fim de destravar o acesso a créditos rurais e incentivar a regularização ambiental dessas propriedades. De acordo com o titular da Sect, Ricardo Monteiro, os títulos das áreas a serem regularizadas serão entregues ao longo de 16 meses de trabalho. A proposta geral é reduzir os vazios

cartográficos do estado para uma gestão territorial e ambiental mais eficientes.

“Inicialmente, serão contempladas nove cidades do sul do estado: Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Pauini, Envira e Eirunepé. Posteriormente, na Região Metropolitana de Manaus, serão seis cidades: Iranduba, Manacapuru, Novo

Airão, Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Itapiranga”, explicou.

Os trabalhos do eixo 1 visam ainda modernizar a estrutura física e digital do órgão para a criação de um banco de dados integrado da situação fundiária do estado do Amazonas. Toda a ação conta com R\$ 18,2 milhões em recursos repatriados.

Eixo 2: Monitoramento, Comando e Controle Ambiental

Para a execução do segundo eixo do Programa, Sema, Ipaam e SSP-AM compuseram uma frente de trabalho única. Com aporte de R\$ 30 milhões, as ações do grupo visam promover melhorias no sistema de monitoramento da cobertura vegetal no Amazonas, com aquisição de novos

equipamentos e apoio à estruturação e treinamento das forças de segurança que atuam na prevenção e combate aos crimes ambientais.

Outro objetivo é fortalecer as secretarias municipais de Meio Ambiente das cidades envolvidas, além de

informatizar e descentralizar as atividades do Ipaam, agilizando os processos de licenciamento ambiental de forma a ampliar a legalização ambiental das atividades econômicas do Estado.

Eixo 3: Bioeconomia e alternativas econômicas sustentáveis

O terceiro eixo do “Amazonas Mais Verde” busca conter o desmatamento e as queimadas no Amazonas por meio da implantação de consórcios agroflorestais, do fomento à aquicultura e do apoio à regularização ambiental junto aos produtores rurais da região Sul do estado, gerando renda e soberania alimentar. Para tanto, Sepror e Idam contam com R\$ 7,8 milhões de recursos.

Por meio do “Amazonas Mais”, as instituições atuam em conjunto para

implantar a Rede de Proteção, Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Estado, por meio da prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 785 agricultores familiares e produtores rurais. As instituições também têm como meta a implantação de 200 hectares de Sistemas Agroflorestais, entre açaizeiros, cacaeiros, bananeiras e castanheiras, beneficiando, ao todo, 400 famílias.

“O Sistema Sepror vai implantar 200 hectares de sistemas agroflorestais, recuperando área degradadas que estavam subutilizadas, não cumprindo sua atividade social, bem como melhorando 60 hectares de lâmina d’água de piscicultura. Então, não só fazer o controle da parte ambiental, mas também gerar oportunidade para aquelas pessoas que querem desenvolver projetos sustentáveis naquela região”, destacou Petrúcio de Magalhães Júnior, titular da Sepror.

Gestão eficiente precisa ser integrada

O Programa Amazonas Mais Verde foi implementado para dar execução ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM), que ordena a gestão ambiental do Amazonas até o ano de 2022. Desde 2015 o Estado não contava com uma política única que integrasse as instituições de Governo em prol do meio ambiente.

“Levando em conta que a gente tem um estado muito grande, de dimensões continentais, atuar contra as ilegalidades é garantir a estruturação do Estado nas suas mais diversas frentes. Integrado com o Sistema Sepror, por exemplo, o Amazonas investe em atividades de baixo impacto ambiental e garante a retomada econômica pós-Covid e, acima de tudo,

gera renda para a população, em especial a população ribeirinha, a população tradicional indígena, pequenos e médios agricultores e agricultores familiares, criando uma base de prosperidade e também de conservação ambiental”, pontuou o secretário da Sema, Eduardo Taveira.





Bahia

Bahia Sem Fogo atua na prevenção e combate aos incêndios florestais em todo o estado

Nos últimos anos, as ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no estado se tornaram mais efetivas com o fortalecimento do Programa Bahia Sem Fogo. Apenas em 2020, foram investidos R\$ 3,7 milhões para contratação de aeronaves do tipo Air Tractor e aquisição de fardamento para as brigadas voluntárias.

Entre os meses de janeiro a outubro, foram registrados oficialmente 50 incêndios florestais, nos quais foram utilizadas 702 horas de voo para o combate e monitoramento dos focos. Os principais municípios atingidos foram Macururé, Xique-Xique, Uabaí, Rio de Contas, Ibotirama, Formosa do Rio Preto, Morpará, Andaraí, Mucugê, Barra, Barreiras, Caturama, Milagres, Morro do Chapéu, Pilão Arcado, Santa Rita de Cássia, Seabra, Mansidão, Angical, Rio do Pires, Barra da Estiva, Abaíra, Piatã, Palmeiras, Buritirama e Luís Eduardo Magalhães.

Além dos recursos empregados para o combate, ações de prevenção também foram executadas. Em julho, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) realizou o 1º Webinar Internacional sobre Incêndios Florestais, que reuniu experiências e estudos de caso do Brasil e de Portugal e teve uma participação expressiva, totalizando 2,5 mil acessos, durante os três dias de transmissão ao vivo.

Ainda esse ano, com o intuito de potencializar o trabalho de prevenção junto às prefeituras, associações e comunidades, a Sema fez uma reestruturação do programa, dando um perfil administrativo ao Bahia Sem Fogo, oficializando todas as ações em Portarias de Governo, como a criação de mais dois Subcomitês: o do Norte, sediado em Juazeiro, e o do Sul, sediado na cidade de Eunapolis, que se somaram aos Subcomitês já exis-

tentes: do Oeste, em Barreiras; e da Chapada, em Seabra.

O Oeste e a Chapada Diamantina são as regiões que mais apresentam registros de incêndios no período de estiagem, entre setembro e dezembro. Além das razões naturais, há também as ações humanas que, na Bahia, são as principais fontes de ignição de fogo.

“Com o Bahia Sem Fogo conseguimos dar todo o suporte necessário para minimizar os impactos ambientais, econômicos e sociais causados pelos incêndios florestais, mas o trabalho de prevenção e educação ambiental é essencial para conscientizar a população sobre o grande prejuízo que as queimadas irregulares causam e do papel de todos na preservação do meio ambiente”, afirma o secretário do Meio Ambiente, João Carlos Silva.

Bahia Sem Fogo

Criado em 2010 para tornar mais efetivas as ações de prevenção, combate e monitoramento a incêndios no estado, oferecendo infraestrutura e logística adequadas. O Bahia Sem Fogo é coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), que integra e coordena o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais da Bahia.

O Comitê é formado por representantes de secretarias estaduais, instituições municipais e federais, entre elas: o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Corpo de Bombeiros Militares do Estado da Bahia (Cbmba), Defesa Civil da Bahia (Sudec), Casa Militar do Governador, e as secretarias de Segurança Pública (SSP), da Saúde (Sesab), de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (Sjdhds), da Educação (SEC), da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) e de Turismo (Setur).

Canais de denúncia

As denúncias de queimadas ilegais e outros crimes ambientais podem ser feitas pelo telefone 0800 071 1400 ou pelo e-mail denuncias@inema.ba.gov.br, diretamente nos balcões do Inema, na sede do instituto ou nas Unidades Regionais do órgão.



Inema apresenta novo Boletim de Monitoramento Diário de Focos de Calor



Rio de Contas

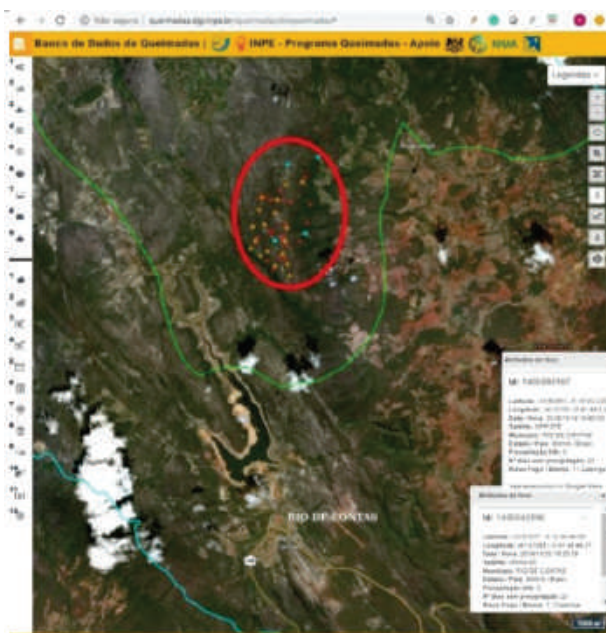
O sensoriamento remoto e, em particular, a detecção de focos de calor por satélite constituem parte importante do sistema de monitoramento de incêndios florestais, e é particularmente útil para grandes espaços territoriais, onde não há meios intensivos e locais de acompanhamento. Em um trabalho de validação de focos de calor identificados através de monitoramento orbital, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (2012), o sistema detectou, aproximadamente, 63% das queimadas maiores que 100 ha, representando um erro de omissão de aproximadamente 37%. No entanto, de todos os focos de calor analisados, aproximadamente 99% foram confirmados como acerto, mostrando que esta informação é confiável, praticamente não existindo falsos alarmes.

O INPE recebe, processa e disponibiliza ininterruptamente informações referentes à detecção de focos de calor em todo o continente sul-americano. Atualmente estes dados são provenientes de nove satélites, sendo eles o NOAA-18, NOAA-19, NOAA-20, GOES-16 e NPP-Suomi, da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos (NOAA),

Terra e Aqua da Agência Espacial Americana (NASA), e o METOP-BeoMSG-3 da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT).

Os sensores utilizados por esses satélites não “enxergam” propriamente queimadas/incêndios florestais, e sim uma faixa de banda (temperatura radiométrica) termal-média de 3,7 µm a 4,1 µm, que esta, sim, normalmente está relacionada à presença de fogo em uma determinada área. No entanto, a relação foco x queimada ou incêndio florestal não é direta nas imagens de satélite. Um foco

indica a probabilidade de existência de fogo em um elemento de resolução de imagem (pixel), que varia entre satélites, de 375 m x 375 m até 6 km x 5 km. Neste pixel pode haver uma ou várias queimadas distintas e a indicação será de um único fogo. Se uma queimada for muito extensa, ela será detectada em alguns pixels vizinhos, ou seja, vários focos estarão associados a uma única grande queimada. Ainda, é comum uma mesma queimada ser detectada por vários satélites. Portanto, os mapas e tabelas que apresentam todos os focos de todos os satélites sempre terão algumas repetições.



Incêndio na APA Rio de Contas/BA (outubro de 2019)

Como citado anteriormente, embora haja poucos falsos alarmes (cerca de 99% dos focos identificados realmente se referiam à presença de fogo), há um significativo erro de omissão (aproximadamente 37%). Segundo o INPE, dentre as condições que impedem ou prejudicam a detecção de queimadas/incêndios florestais, podemos destacar:

- Frentes de fogo com menos de 30 metros;
- Fogo apenas no chão de uma floresta densa, sem afetar a copa das árvores;
- Nuvens cobrindo a região (nuvens de fumaça não atropalham);
- Queimadas de pequena duração, ocorrendo entre o horário das imagens disponíveis;
- Fogo em encosta de montanhas, enquanto o satélite só observou o outrolado;
- Imprecisão na localização do foco de queima, que no melhor caso é de cerca de 375 m, mas pode chegar a 6 km.

O Boletim de Focos de Calor, publicado diariamente por este Instituto, apresenta de forma tabular os focos de calor registrados na Bahia em um determinado espaço de tempo (normalmente de 24 horas) pelos nove satélites elencados anteriormente. Esta condição de utilização de todos os satélites disponíveis visa diminuir o erro de omissão, e é recomendado quando relevante, ressaltar toda e qualquer detecção de fogo, dando uma satisfatória ideia espacial de onde há presença deste. No entanto, isto pode acarretar na duplicidade da contagem do número de focos, pois o mesmo ponto poderá ser contabilizado por mais de um satélite. Assim, para a utilização destes dados para a criação de séries temporais, como comparação entre períodos distintos, recomenda-se a adoção do "satélite de referência".

A utilização de dados de satélite para o monitoramento de ocorrência de queimadas/incêndios florestais se mostra de grande valia, sobretudo em grandes áreas territoriais, onde não há meios intensivos e locais de acompanhamento. Embora haja uma omissão

de queimadas (estudos colocam em 37%), há uma grande assertividade entre foco de calor detectado por satélite e a presença de fogo.

Existem condições que podem interferir na detecção das queimadas/incêndios florestais, como o tamanho da frente de fogo, cobertura de nuvens, etc. Cabe destacar que o satélite sugere a presença de fogo na vegetação, porém sem condições de avaliar o tamanho da área que está queimando, nem o tipo de vegetação presente. Nem sempre a relação foco de calor x queimada é direta, podendo este foco (pixel da imagem de satélite) ser decorrente de várias queimadas, ou então uma única queimada/incêndio florestal muito extensa gerar vários focos de detecção.

O monitoramento dos focos de calor alerta sobre os riscos de fogo e condições meteorológicas observadas e previstas no Brasil. Com esse monitoramento, o Inema elabora e disponibiliza, diariamente, Boletins Informativos com o total de registros em todo o estado. Estes Boletins também trazem informações a respeito das condições meteorológicas atuantes, assim como a previsão de riscos de ocorrência desses focos no território baiano.

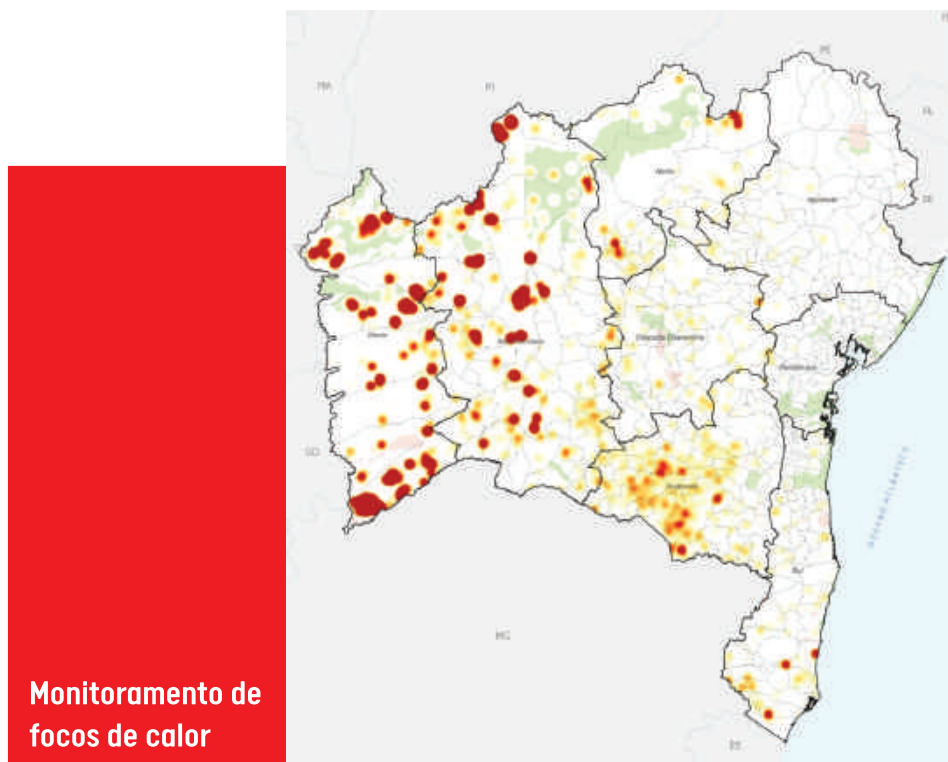
Segundo Greice Ximena Oliveira, coordenadora de Estudos de Clima e Projetos Especiais (COCEP) do Inema, o novo Boletim de Monitoramento Diário de Focos de Calor

continua sendo publicado diariamente, entretanto seu formato mudou, a fim de ajudar o usuário na tomada de decisão de forma mais célere e mais segura.

"A equipe de meteorologia do Inema criou um mapa que irá mostra a densidade de focos de calor em 24h, minimizando assim a possível duplicidade na contagem do número de focos, pois o mesmo ponto pode ser contabilizado por diferentes satélites, dando a falsa impressão que aquela localidade tem maior prioridade de monitoramento e/ou deslocamento de brigada de incêndio", explicou Ximena.

Ainda, segundo a coordenadora, "além de observar a densidade de focos de calor, este mapa irá destacar as unidades de conservação estaduais e federais para servir como mais uma ferramenta de conservação ambiental".

Outro dado que passa a existir no boletim é uma pequena nota sobre a previsão do tempo do dia seguinte, com o objetivo de auxiliar no planejamento da equipe que irá atuar naquele ponto. A Tabela de dados de registro dos focos de calor continua presente, entretanto, agora, com a inclusão do tipo de bioma da localidade em que foi detectada a fonte de calor e se este ponto encontra-se em uma Unidade de Conservação. Os demais dados, horário da detecção, satélite, município e coordenadas geográficas seguem presentes na tabela.



Parque das Sete Passagens é opção de turismo ecológico na Bahia

O Parque levou esse nome devido às aberturas construídas por vaqueiros em sua parte mais alta, que tinha o objetivo de levar o gado para beber água no rio.



O Parque Estadual das Sete Passagens se constitui em uma das belas riquezas naturais da Bahia, tanto da fauna e flora, como dos mananciais de água doce, encontra-se protegida pelo Governo do Estado da Bahia, através do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, sob a forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral, desde sua criação, através do Decreto Estadual nº 7.808 de 24 de maio de 2000, abrange uma área estimada de 2.821ha, totalmente regularizada. Teve seu Plano de Manejo aprovado em 2014, possui conselho gestor ativo e atuante, uma equipe efetiva de colaboradores e infraestrutura composta de administração, alojamento, centro de visitante, espaço para camping, trilhas e mirantes.

Seu acesso é gratuito e alcança uma visitação anual de mais de 20.000 pessoas, com o perfil para educação ambiental, turismo ecológico, prática de voo livre, atividades esportivas, de aventura e observação da fauna e da flora.

Com uma beleza exuberante e uma

vasta biodiversidade, o Parque Estadual das Sete Passagens, está localizado no município de Miguel Calmon (BA) e fica a 287 km de Petrolina (PE), inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, que abriga potencial hídrico de grande importância local, por estar situado no polígono das secas. No Parque e no seu entorno existem inúmeras nascentes que abastecem riachos e contribui sobremaneira para alimentar o Rio Itapicuru-mirim, afluente importante desta Bacia.

A excepcional diversidade biológica existente no Parque imprime ao local um grande potencial turístico, com seus atrativos naturais e belezas cênicas, como as cachoeiras de grande altura e saltos extraordinários, emoldurados por matas ainda intocadas, os mirantes que oferecem uma vista panorâmica das serras e vales e as trilhas pelos campos de altitude com até 1.370 metros. A unidade é favorecida por dezenas de serras, entrecortadas por vales, com destaque para a Cachoeira do Sinvaldo, a mais alta, com 168 m de queda livre, e

a preferida pelos adeptos do rapel.

A fauna do parque é formada por muitas espécies, principalmente animais de médio e grande porte, como: o quati, o papamel, o macaco-prego-do-peito-amarelo (animal ameaçado de extinção), além da onça sussuarana, tamanduá-mirim, o tatu-verdadeiro, o macaco guigó e a araponga.

Constituindo um dos remanescentes da Mata Atlântica, localizado ao Sul das Serras de Jacobina e das Serras do Campo Limpo, da Sapucaia e da Jaqueira, o Parque caracteriza-se como refúgio biológico, possuindo áreas significativas de preservação ambiental pela exuberante vegetação.

A flora local apresenta várias características como: Caatinga, Cerrado, Campo Rupestre e Mata Estacional Semidecidual Montana - cada um ocorrendo em altitudes diferentes, às vezes entrando em contato um com outro, formando uma comunidade mista, de composição florística única e diferente.

Governo baiano inaugura Centro Estadual de Triagem de Animais Silvestres para auxiliar na preservação da fauna silvestre



Centro Estadual de Triagem de Animais Silvestres - CETAS

O Governo da Bahia, por intermédio do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Inema inaugurou duas importantes ferramentas para o apoio na conservação da fauna silvestre baiana. No município de Cruz das Almas, localizado a cerca de 150 km de Salvador, foi inaugurado o primeiro Centro Estadual de Triagem de Animais Silvestres - CETAS com gestão integral do Estado. Já na capital baiana, foi inaugurada outra Unidade, no Parque de Pituvaçu, para atender as demandas locais e dar suporte ao interior.

O principal objetivo do CETAS é receber os animais silvestres que cheguem por meio de entrega voluntária, apreensão oriunda de fiscalização, vítimas de maus tratos ou vindos de qualquer outra demanda que necessite de atenção especializada até o momento de soltura à sua área de origem.

A diretora-geral do Inema, Márcia Telles,

comemorou a criação dos espaços e classificou como uma vitória da gestão ambiental no estado. "O funcionamento do CETAS é uma grande vitória para a Bahia, não foi fácil, mas conseguimos e só foi possível pelo excelente trabalho de todos que se envolveram e se comprometeram com este propósito. Esta era uma demanda antiga do governo e se tornou realidade neste ano de 2020", disse a gestora.

Para a implantação do Centro de Cruz das Almas, o Inema firmou um acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), no qual parte dos atendimentos acontece nas dependências do hospital veterinário do campus, além do espaço para instalação do próprio CETAS que também foi cedido pela UFRB.

Nas dependências da UFRB, o CETAS é munido de profissionais qualificados como técnicos, biólogos e médicos veterinários especializados na gestão da

fauna e equipamentos para o manejo dos animais no dia a dia.

Já o Centro de Triagem de Salvador fica localizado no Parque Metropolitano de Pituvaçu e segundo o coordenador de fauna e médico veterinário do Inema, Vinícius Dantas, responsável técnico pelo Centro de Triagem, os trabalhos são desenvolvidos por uma equipe técnica multidisciplinar que tem como prioridade o atendimento, acompanhamento e avaliação de animais necessitados.

A criação dos CETAS representa uma ferramenta poderosa no que tange aos cuidados de espécimes da nossa fauna. Com a operação destes dois equipamentos no território baiano, o estado ganhou um local específico para auxiliar no processo de cuidados e soltura dos animais silvestre vitimizados, potencializando a resposta das ações de preservação e qualificando ainda mais a gestão ambiental baiana.



Ceará



Programa Cientista Chefe da SEMA e Semace realizará Planejamento Costeiro e Marinho do Ceará

No dia 4 de setembro, houve o lançamento virtual do Programa Cientista-chefe da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA) e da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace). O programa Cientista Chefe foi criado pelo governador Camilo Santana, na atual gestão da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), e tem como objetivo unir o meio acadêmico e a gestão pública. “Num momento em que algumas lideranças questionam a validade da ciência, a iniciativa do governo do Ceará opta pela qualidade das informações e mostra respeito a quem produz conhecimento”, enfatiza o titular da SEMA, Artur Bruno.

Através do Cientista Chefe, equipes de pesquisadores trabalham nas secretarias ou órgãos mais estratégicos do Governo do

Estado para identificar soluções de ciência, tecnologia e inovação que podem ser implantadas para melhorar os serviços e, desta forma, dar mais qualidade de vida para a população. A sociedade só tem a ganhar, pois a academia terá sua pesquisa direcionada para resolver problemas cruciais da comunidade.

A equipe do Cientista Chefe da SEMA/Semace, o 13º implementado nos órgãos estaduais, será liderada pelo professor Dr. Marcelo de Oliveira Soares, do Instituto de Ciências do Mar (Labomar), da Universidade Federal do Ceará (UFC). A ideia é atuar em quatro projetos específicos. O primeiro, o Planejamento Marinho e Costeiro, com geração de informações no âmbito da Economia do Mar, Planejamento Espacial Marinho, Zoneamento Ecológico-Econômico, Licenciamento, Ocupação

Imobiliária e Fiscalização, além da elaboração do Atlas Marinho do Ceará.

O segundo, sobre o COVID-19 e saneamento urbano no Ceará, para analisar a vulnerabilidade de bairros e regiões à COVID-19 baseada no fornecimento da água encanada, disponibilidade de rede de esgoto e de condições abastecimento. O terceiro, um Sistema de Informações Geográficas Ambientais (SIG AMBIENTAL), que fornecerá uma base de dados para orientar políticas e ações do estado do Ceará tocante a investimentos, empreendimentos, fiscalizações e programas/projetos ambientais. Finalmente, a Lista Vermelha da Fauna e Flora Ameaçada, para elaborar a relação de cearenses espécies à beira da extinção e mapear estas áreas no Estado.

Parceria com o meio acadêmico

Desta forma, o programa pretende integrar pesquisadores de várias universidades, públicas e privadas, pensando soluções cientificamente qualificadas para a preservação do nosso meio ambiente. O reitor da UFC, Cândido

Albuquerque, garantiu todo apoio da UFC no projeto. “Temos uma missão pedagógica de mostrar que é possível crescer economicamente de forma sustentável e os quatro projetos que tratam de problemas focados no interesse coletivo,

buscando soluções”. Artur Bruno lembrou que o programa vai integrar pesquisadores de várias universidades, públicas e privadas. “As futuras gerações perguntarão o que estamos fazendo pelo meio ambiente, e é fundamental que todos nós façamos a nossa parte”.

No dia 29 de setembro, a equipe do Cientista Chefe e mais 30 pesquisadores que trabalham com a temática do Planejamento Costeiro realizaram a primeira reunião sobre o tema. “Na ocasião, foram apresentados e discutidos, o Plano Estadual de Preparação, Contingência e Resposta Rápida a Emergências Ambientais da Zona Costeira e Marinha; o Plano Estadual de Gerenciamento dos Recursos Marinhos Bióticos e Abióticos da Zona Costeira e Plataforma Continental e o Plano Estadual de Gerenciamento e Monitoramento Contínuo da Linha de Costa”, informou o coordenador Marcelo Soares.

Para o Secretário Artur Bruno, a reunião representou uma grande oportunidade de integração entre os grupos de

pesquisa que trabalham com a questão do zoneamento costeiro. “O nosso principal propósito é a elaboração do Planejamento Costeiro e Marinho voltado para o uso sustentável, manejo e conservação desses ambientes”, disse.

O projeto do Planejamento Costeiro e Marinho também foi apresentado na Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Economia do Mar e Águas Continentais da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece). O presidente da Câmara, Roberto Gradwohl, do Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Ceará (Sindfrio), ressaltou a necessidade de organizar “os dados produzidos pela academia e utilizá-los de forma prática para avançar na resolução de problemas comuns ao nosso litoral”.

Marcelo Soares, apresentou detalhes do Projeto, preocupado com questões atuais como a erosão no litoral, metais no solo e a recente contaminação por óleo que abateu grande parte do litoral brasileiro, além da elaboração de um plano de sinalização e gestão de atividades econômicas e turísticas. “Praticamente todo o nosso litoral possui, por exemplo, praias que estão usando métodos de contenção para o avanço do mar, com pedras ou sacos de areia. Queremos sistematizar estas dados. Há também a necessidade de mapear quais os pontos do litoral passíveis de investimento econômico sem degradação, cujos dados estão sendo levantados pelo Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado (ZEEC), e cruzar estas informações”, explicou.



Semace e um novo jeito de fazer a gestão ambiental: novas ideias, novos projetos

Nos últimos anos a Semace vem trabalhando e apostando numa nova forma de fazer gestão. Através da realização de parcerias e acordos vem buscando melhorar sua relação com o cliente, simplificar os processos e consequentemente, fazer uma gestão ambiental cada vez melhor.

Nessa caminhada, tornou-se digital, uma transformação positiva que diminuiu fronteiras, agilizou comunicação, reduziu prazos de tramitação de processos e deu maior transparência em seus atos. Uma grande revolução que rendeu ao

nosso Gestor máximo, servidor público, Carlos Alberto Mendes Júnior, o prêmio de mérito funcional do ano de 2019, concedido pelo Governo do Estado do Ceará.

Ainda nesse contexto, publicamos as Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA N° 02/2019, COEMA N° 104/2019 e 131/2020, que trouxeram consigo a modernização do licenciamento ambiental. A Semace entendeu, com base em 35 anos de experiência e atendida com as revoluções tecnológicas do mundo moderno, que era necessário diferenciar na legislação o pequeno do grande empreendimento potencialmente poluidor; que era necessário diferenciar o empreendimento que causa impactos ambientais historicamente conhecidos, dos que são pouco ou totalmente desconhecidos; que era necessário investir em tecnologias; e o mais importante, que era necessário investir no monitoramento e acompanhamento

das ações pós licença ambiental. É disso que tratam essas Resoluções. É assim que temos trabalhado.

Desenvolvemos um sistema de gerenciamento de processo digital, adquirimos uma estação móvel de monitoramento da qualidade do ar; estamos investindo na compra de equipamentos e insumos de laboratório com o intuito de melhorar e modernizar a metodologia de análise de água; adquirimos drones; estamos em processo de aquisição de imagens de satélites; adquirimos GPS e decibélimetros com especificações que traduzem com mais qualidade o dado coletado em campo. Esforços estão sendo dispendidos para que consigamos avançar ainda mais.

Semace promove InterAção com os municípios no processo de descentralização da política ambiental

Através de recursos oriundos do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará (PforR), foi elaborada em 2017 a Agenda Estratégica da Semace - 2017/2022: Olhando para o futuro, cuja finalidade maior tem sido reorientar o Planejamento da Semace, através de intensa mobilização do seu corpo técnico. Esta agenda resultou na propositura de 45 iniciativas de programas, projetos e ações, que estão contribuindo para a expansão e a inovação nos serviços e processos.

Dentre eles, destaca-se o projeto InterAção, que tem por objetivo dialogar tecnicamente com as equipes da área ambiental de municípios que já estão desenvolvendo ou tenham interesse em realizar atividades nas temáticas relativas à Gestão Florestal, ao Licenciamento, à Fiscalização e ao Monitoramento Ambiental. Legislação, metodologia de trabalho e estudos de casos têm sido os assuntos abordados com foco na descentralização da política ambiental, ratificada na Lei complementar N° 140, de 08 de dezembro de 2011.

A Semace, através do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), a fim de regulamentar a Lei Federal supracitada, discutiu amplamente e formatou a Resolução COEMA N° 07/2019, de 12 de

setembro de 2019 (DOE CE de 25/09/2019), que estabelece parâmetros para definir o Impacto Local das

atividades licenciáveis. Das 383 atividades elencadas pela Semace como passíveis de licenciamento ambiental, apenas 100 (26,11%) são exclusivamente de impacto regional. Quer dizer, as demais atividades (283) são passíveis de ser licenciadas pelos municípios e, na impossibilidade destes, pelo órgão estadual.

Nesse diapasão, esta autarquia, como órgão executor da política estadual do meio ambiente, tem dado atenção especial a esse processo de descentralização, contribuindo com o diálogo, a interação e o repasse de informações. Acredita-se que, conforme os dados anteriormente citados, um novo cenário de garantia da preservação do meio ambiente associado a qualidade do serviço público prestado, venha se desenhando. Os municípios aparecem como entes promissores no acompanhamento e no alcance dos empreendimentos potencialmente poluidores. São braços e mentes que se unem para fortalecer essa missão que é de todos, e, nós, Semace, estamos apostando nisso.

A primeira e segunda edição aconteceram na cidade de Fortaleza. Nas edições posteriores, após aprofundamento do diálogo e interação nos encontros, viu-se a

necessidade de regionalizar as temáticas, de modo que pudéssemos prestar informações e elaborarmos um treinamento mais direcionado a "aptidão" empreendedora de cada região do Ceará. Nesse sentido, as edições subsequentes aconteceram com o olhar voltado para esse potencial regional de exploração e conservação ambiental.

A terceira, quarta e quinta edição aconteceram, portanto, de forma regionalizada, respectivamente, nas cidades de Ipu/CE; Limoeiro do Norte/CE e Redenção/CE. Foram capacitados cerca de 150 representantes municipais em temas como Modernização do Licenciamento Ambiental - a nova COEMA do Licenciamento Ambiental; Loteamentos e Construção Civil; Fiscalização de obras de Construção Civil (Barramentos), Desmatamento; Gestão Florestal e SINAFLOR; Comércio e uso de produtos agrotóxicos; Licenciamento em Área de Preservação Permanente; Mineração e Fiscalização ambiental. Todos os encontros foram pensados e preparados tomando como base estudos de caso de cada região.

Não vamos parar por aí. Outros encontros virão! Mais InterAção, mais conhecimento compartilhado, mais fortalecimento da política.

Diálogos Ambientais



Desde ao ano de 2019 temos promovido Diálogos Ambientais, eventos realizados em parceria com Superintendência Adjunta da Semace, Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplog), Escola de gestão Pública (EGP) e a assessoria do Instituto República.

O objetivo principal desses encontros é compartilhar conhecimento científico e prático acumulados em todos esses anos de atuação, através do diálogo com a

sociedade civil, terceiro setor e comunidade acadêmica.

São encontros bimestrais em que são debatidas temáticas relacionadas ao licenciamento, fiscalização, monitoramento e gestão florestal.

Atualmente, os debates têm acontecido em plataformas digitais, o que proporciona o maior alcance do conteúdo discutido e amplia a possibilidade de participação.



Distrito Federal



Professores da UNB no trabalho de campo

Gestão das águas e resíduos sólidos avança no DF

Dentro do planejamento estratégico da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema), estudos e programas voltados para a gestão das águas e dos resíduos sólidos foram estabelecidos como prioritários. Essa orientação, dada pelo atual secretário do Meio Ambiente, José Sarney Filho, envolve um esforço desafiador para levar adiante uma série de ações que estão avançando rumo ao desejo de desenvolvimento sustentável da região.

Dois importantes programas se destacam nessa estratégia. A realização dos estudos para o diagnóstico da contaminação do antigo Lixão da Estrutural, que vai apontar alternativas de remediação, visando mitigar os impactos ao meio ambiente e à saúde humana, bem como a recuperação de nascentes e dos corpos hídricos, com foco nas duas principais bacias responsáveis pelo abastecimento de Brasília: a do Descoberto e a do Paranoá.

As pesquisas sobre o Lixão estão avançadas e contam com o apoio de especialistas da Universidade de Brasília. “Por mais de cinquenta anos, a área recebeu resíduos sem tratamento adequado. A situação é mais delicada, porque a área do antigo lixão faz limite com o Parque Nacional de Brasília”, explica Sarney Filho.

Figura 1
Qualidade dos recursos hídricos superficiais, nos cursos hídricos mais próximos do maciço, como o Ribeirão Babanal e Córrego Acampamento, localizados no Parque Nacional do Brasil

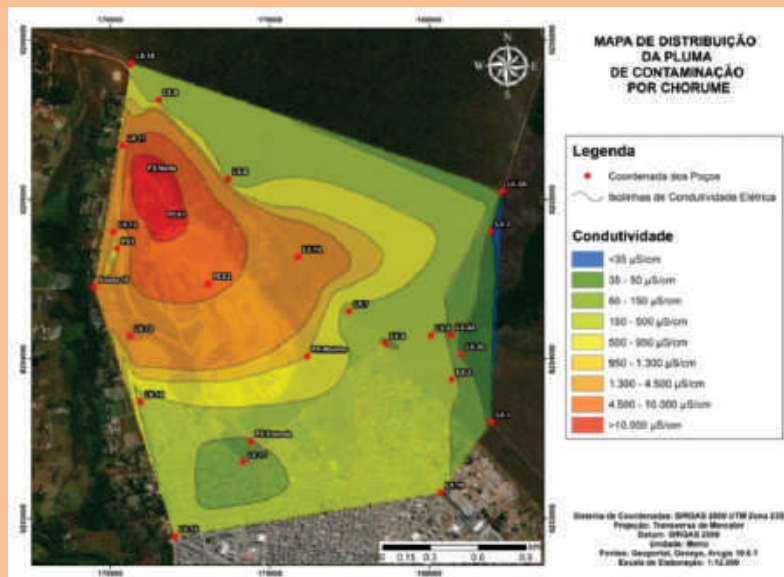
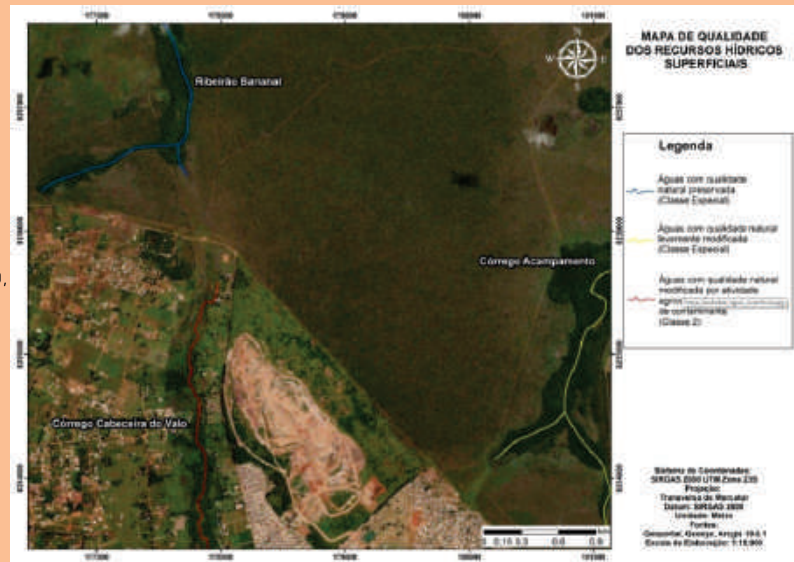


Figura 2
Distribuição da pluma de contaminação por choroume, baseada na condutividade elétrica do fluido, medida em agosto de 2020.

Problema antigo

Entre os objetivos da Política Distrital de Resíduos Sólidos (Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014), está a erradicação dos lixões, evitando o agravamento dos problemas ambientais gerados pela deposição irregular dos resíduos sólidos no DF. O Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS), publicado em 2018, definiu entre suas metas a elaboração de estudos e projetos para a remediação do Aterro Controlado do Jôquei (antigo Lixão da Estrutural), no prazo de quatro anos.

Em janeiro de 2018, o antigo Lixão da Estrutural deixou de admitir resíduos sólidos urbanos e parte de sua área obteve licenciamento para receber materiais inertes oriundos da construção civil. A partir daí, foram executadas obras para conformação dos taludes, cobertura com solo orgânico, drenagem, captação e coleta de percolato e gases.

Porém, a contaminação da área precisava ser dimensionada, diante do recebimento, durante décadas, de resíduos sem o tratamento adequado. Por isso, a delimitação das plumas de contaminação nas águas superficiais e subterrâneas, no solo e no ar foi considerada imprescindível para definição das técnicas mais adequadas para remediação da área. A Finatec foi contratada para gerir o projeto, que é conduzido por especialistas da Universidade de Brasília, sob a coordenação do professor Elói Campos, do Departamento de Geociências.

Para os especialistas, a remediação pode ser justificada se os dados indicarem concentrações de contaminantes nas águas subterrâneas, águas superficiais, lixiviado, solo e gases que excedam os limites permissíveis definidos em legislação.



Primeiros resultados

O Diagnóstico Preliminar realizado na área do lixão e adjacências, incluindo parcela no Parque Nacional de Brasília e poligonal urbana da Cidade Estrutural (Figura 1), em relação às águas superficiais, verificou que a pluma de contaminação migra em direção às nascentes dos córregos Cabeceira do Valo, Acampamento e Bananal.

Os dados indicam que na cabeceira do Ribeirão Bananal não há contaminação, enquanto no Acampamento os efeitos da pluma já aparecem, porém, de forma diluída, chegando em baixas concentrações na zona de descarga. No interior do Parque Nacional de Brasília, a concentração da pluma chega a baixar de 1.000 mg/l para valores da ordem de 20 mg/l de contaminantes, demonstrando que a área do parque atenua a contaminação, com a infiltração da água da chuvas.

Para determinar a extensão e concentração da pluma de contaminação das águas subterrâneas por percolatos líquidos, a partir da condutividade elétrica (em $\mu\text{S}/\text{cm}$), foram integrados dados de estudos geofísicos com dados

de análise de águas coletadas nos 22 poços de monitoramento perfurados e poços existentes. A condutividade elétrica é o parâmetro mais adequado para a determinação da densidade de concentração do contaminante, pela representação de todas as espécies iônicas dissolvidas na água.

A Figura 2 representa as classes de concentração de contaminantes definidos para a área. Nota-se que as áreas em vermelho (tons escuro e mais claro) concentram a produção de chorume, na zona de acumulação de resíduos mais recentes, com condutividade elétrica de 4.500 $\mu\text{S}/\text{cm}$ a valores maiores que 10.000 $\mu\text{S}/\text{cm}$. À medida que a pluma se afasta do maciço central, nos sentidos norte e sudeste, a distribuição dos contaminantes é atenuada, conforme a mistura da pluma com as águas de recarga natural. As águas naturais apresentam teor de condutividade na faixa de 10 a 100 $\mu\text{S}/\text{cm}$. Observa-se na Figura 2 que o Parque Nacional cumpre a função ambiental com excelentes condições de recarga natural, permitindo a entrada de grande volume

de água da chuva, responsável pela diluição da contaminação.

Serão realizados projetos-pilotos para indicação de pelo menos três tecnologias para a remediação da área. O monitoramento, a longo prazo, de águas subterrâneas, águas superficiais, lixiviados, qualidade do ar e sedimentos pode garantir a detecção de falhas nos sistemas que serão definidos para controle/encerramento dos passivos ambientais.

As informações disponíveis até o momento mostram que os principais problemas ambientais associados ao Lixão da Estrutural são: contaminação dos recursos hídricos subterrâneos e produção de gases de efeito estufa, além de outros poluentes atmosféricos (principalmente gases de combustão e particulados totais). As análises dos solos mostraram que a contaminação por metais desse meio é bastante reduzida e não deve ser considerada como um problema prioritário para as ações de mitigação e recuperação.

Proteção dos mananciais para garantir segurança hídrica

Entre os anos de 2016 e 2017, o DF sofreu a pior crise hídrica de todos os tempos, com o volume dos reservatórios do Descoberto e Santa Maria, localizados nas bacias dos rios Descoberto e Paranoá, chegando a níveis críticos. Medidas de contenção para o uso da água foram adotadas, à época, com restrições de uso pela população e pelos usuários de recursos hídricos. Foram ainda implementadas medidas estruturantes para ampliar a oferta de água, entre elas, a captação no lago Paranoá e córrego Bananal, para sustentar o

abastecimento da população urbana e garantir a disponibilidade e a qualidade de água nesses mananciais de abastecimento público.

Diante da situação, que pode se agravar no futuro, ameaçando a segurança hídrica do DF, a Sema destacou em seu planejamento estratégico um leque de ações, com destaque para a recuperação de nascentes e dos corpos hídricos, com foco nas duas principais bacias responsáveis pelo abastecimento de Brasília.

Na Bacia do Descoberto, as três Unidades Hidrográficas (Alto Descoberto, Ribeirão das Pedras e Rodeador) concentram

nascentes e cursos hídricos que contribuem para o reservatório do Descoberto, correspondendo a 63% de toda a água potável disponível para a população. Já a bacia do Paranoá abastece 20,2% dos 3 milhões de habitantes do DF. (Figura 1)

Nesse sentido, entre as ações em andamento, a Sema desenvolve programas de apoio ao pequeno produtor rural, com insumos e assistência técnica que permitem o uso sustentável da água nas propriedades rurais, assim como a regularização ambiental e a recomposição e proteção das Áreas de Proteção Ambiental (APPs) degradadas ou alteradas.



Foto Nascentes

Para determinar as áreas mais críticas nas Bacias do Paranoá e Descoberto foi utilizada a Análise multicritério (Analytic Hierarchy Process - AHP ou Processo Analítico de Hierarquia) com objetivo de definir escalas de priorização para a escolha das áreas para recomposição da vegetação, por meio de combinações específicas entre parâmetros de componentes ambientais e de produção de água, de forma a nortear as vistorias em campo. As áreas mapeadas na escala de prioridade alta (cor laranja) e muita alta (cor vermelha) para a recomposição (Figura 2) totalizaram 27 mil hectares, dos 90 mil hectares das duas bacias. Na

intercessão dessas áreas prioritárias com as pequenas propriedades rurais e assentamentos/acampamentos de reforma agrária, foram mapeadas 727 propriedades com o total de 2.470 hectares para a seleção de 70 hectares, objeto desse projeto.

É importante destacar que, conforme a concepção do projeto, as áreas de pequenos produtores rurais são prioritárias para a recomposição vegetal, visando à adequação de suas propriedades quanto à legislação ambiental e à aderência ao Programa de Regularização Ambiental do Distrito Federal (PRA/DF).

CRITÉRIOS

Seleção

Já foram selecionadas trinta propriedades, com áreas para recomposição variando de 0,5 a 2 ha, totalizando 45 ha em área de nascentes, cursos hídricos e áreas de recarga. Para cada propriedade é elaborado um projeto executivo definindo as melhorias técnicas a serem empregadas, como plantio em área total, consórcio de mudas e sementes de espécies nativas, enriquecimento, nucleação, entre outras.

As espécies são selecionadas nos grupos de preenchimento (rápido crescimento) e diversidade (geralmente frutíferas e as de crescimento mais lento), com a participação do produtor rural, que indica as de sua preferência, como frutíferas, madeiras, medicinais, melíferas e ornamentais.

Os plantios se iniciam neste mês de novembro e vão até março de 2021. A empresa contratada, Equilíbrio Ambiental, dispõe de cinco técnicos/especialistas que têm atuado diretamente no projeto. A manutenção e o monitoramento serão realizados pelo período de dois anos e, como contrapartida, os produtores assumem a manutenção e o monitoramento após o encerramento do projeto.

Serão implementadas, ainda, a capacitação e a elaboração do material didático a ser distribuído, com a sistematização das melhores técnicas empregadas, permitindo a replicação de projetos dessa natureza.

Ao lado dos efeitos das mudanças do clima, a ocupação acelerada de todo o Distrito Federal impacta fortemente as bacias hidrográficas que cortam o Distrito Federal. Nos últimos anos registrou-se aumento do desmatamento predatório da vegetação típica do Cerrado e, junto às captações clandestinas de água, ocupações irregulares e expansão urbana que ocasionaram a impermeabilização do solo e o assoreamento de mananciais e nascentes.

O processo de ocupação do solo gera

erosão e carreamento de materiais orgânicos e inorgânicos para dentro dos lagos Paranoá e Descoberto, provocando o assoreamento. A qualidade das águas vem sendo fortemente atingida pela retirada da cobertura vegetal, pela ocupação indevida de APPs e pelas práticas agrícolas não sustentáveis, somadas à poluição por fertilizantes, esgotos domésticos, deposição de lixo e pesticidas.

A perda e alteração dos ecossistemas naturais, bem como a fragmentação de habitats podem deteriorar os serviços

ambientais como a manutenção do microclima, a proteção de mananciais que garantam a qualidade e quantidade de água e a proteção do solo, que evita os processos erosivos, além de impactar as espécies da fauna e da flora.

*As duas iniciativas contam com o apoio do projeto CITInova, por meio de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e a colaboração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

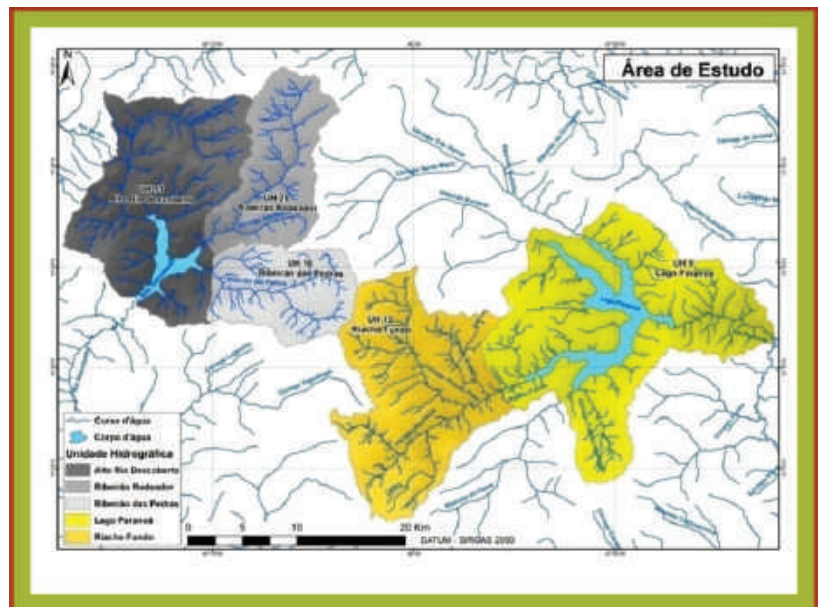


Figura 1

Delimitação das Unidades Hidrográficas onde serão implantados projetos para a recomposição da vegetação nativa em 80 ha em Áreas de Preservação Permanente de nascentes, cursos hídricos e outras áreas de recarga.

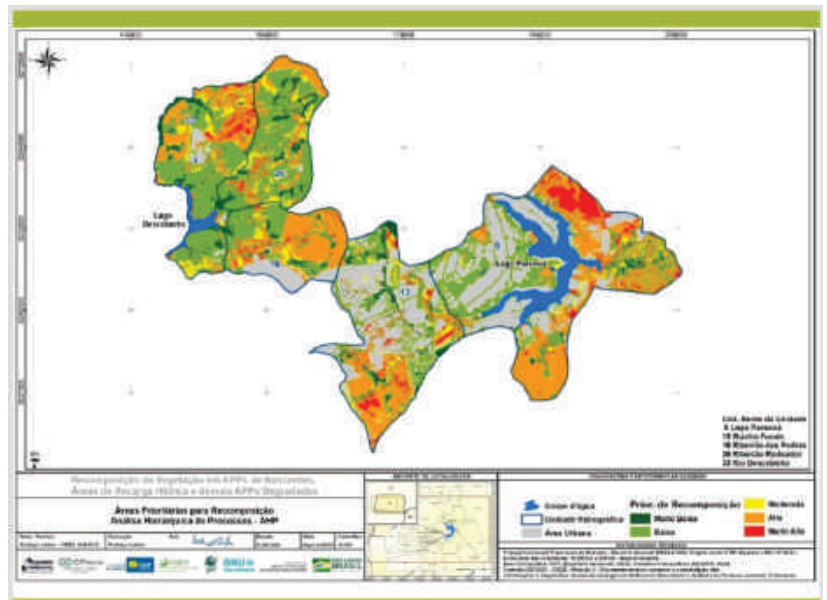


Figura 2

Resultado da Análise multicritério para a classificação das áreas prioritárias para a recomposição da vegetação de APP de nascentes, cursos hídricos e áreas de recarga nas bacias do Descoberto e Paranoá.



O Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, em Alegre, está funcionando de acordo com classificação do Mapa de Gestão de Risco da Covid-19.

Os impactos da pandemia no lema e as estratégias adotadas para otimizar o trabalho durante e pós-Covid-19

Digitalização

A pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) trouxe muitos desafios aos mais variados setores da sociedade, entre eles ao setor público. Para dar andamento em diversas atividades, foram feitas adaptações em praticamente todos os setores da sociedade. No Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) precisou traçar novas estratégias de trabalho e estruturou um plano de retomada e aumento de eficiência, priorizando a digitalização e a melhoria e simplificação de normas.

O diretor-presidente do IEMA, Alaimar Fiuza, destaca as estratégias adotadas e lembra que a pandemia ainda não acabou. "Buscamos na tecnologia uma

aliada para continuar ofertando serviços à população capixaba e estamos sempre trabalhando para que nossos servidores tenham segurança para executar suas funções, já que nossa força de trabalho saudável e engajada é nosso maior ativo", destacou.

Os projetos incluídos no plano de retomada foram levantados junto às equipes técnicas do IEMA e refletem as necessidades urgentes do órgão. "A maioria das mudanças implantadas já estava em curso. Eram, inclusive, necessárias para o bom andamento e maior eficiência do Instituto. Porém, em função do cenário da pandemia, foram aceleradas ou otimizadas", disse Alaimar Fiuza.

Alguns dos processos e procedimentos do IEMA já caminhavam para a digitalização, mas, com a pandemia e as medidas de isolamento social, visando à segurança e à saúde dos servidores e da população em geral, esse processo foi agilizado. "Visando a preservar a saúde dos nossos servidores, precisamos tomar medidas para que continuassem desempenhando suas funções, mas sempre seguindo as medidas de prevenção", disse o diretor-presidente.

Uma das ações foi a adoção do protocolo de documentos on-line. Antes, quem precisasse protocolar qualquer documento no IEMA, tinha que se deslocar até a sede da autarquia, que fica no município de Cariacica.

Com o início das medidas de isolamento social, o protocolo passou a receber a documentação via e-mail. Agora, com o afrouxamento das medidas, o atendimento presencial voltou, com todos os cuidados, mas o protocolo passou a funcionar de forma híbrida, recebendo solicitações tanto on-line no e-mail protocolo@iema.es.gov.br quanto presencialmente.

Outra ação desenvolvida foi a elaboração da Carta de Serviços do lema, um documento que traz os serviços prestados pelo órgão e a forma como o cidadão pode ter acesso a eles. “Essa foi mais uma das ações aceleradas pela pandemia, já que um decreto do governo fomentou a ampliação da oferta de serviços aos cidadãos, por meios integralmente digitais. Foi estabelecido ainda o Portal Guia de Serviços Digitais, como canal

centralizador dos serviços prestados por todos os órgãos e entidades”, explicou a coordenadora do Escritório Local de Processos e Inovação (ELPI), Maria Aparecida Sodrê Dias.

“A elaboração da carta, além de servir como um exercício de mapeamento e melhor conhecimento dos serviços do lema, contribuiu sobremaneira para o preenchimento do guia de serviços”, ressaltou Maria Aparecida. “Outro ponto muito importante da publicação da Carta pelo Instituto é a avaliação dos serviços pelo público, que podem dar o feedback para proporcionar melhorias e adequações”, acrescentou Maria Aparecida Dias.

Para conhecer os serviços prestados tanto pelo lema quanto pelos demais órgãos do Governo do Espírito Santo, o cidadão só precisa acessar

www.guiadeservicos.es.gov.br.

Também foram definidos os serviços que serão feitos via e-Docs, um sistema corporativo do Governo para gestão de documentos arquivísticos digitais, que engloba a autuação, tramitação, classificação, temporalidade e destinação final. A ferramenta já está em uso em todos os órgãos estaduais e se mostrou bastante útil em tempos de isolamento social.

Por meio do e-Docs, a tramitação de documentos é 100% digital. “Isso reduz custos com papel, evita ocupar espaços físicos no armazenamento de processos e ainda permite que os servidores acessem tudo de qualquer computador com a internet, o que facilita, por exemplo, na hora do teletrabalho”, lembra a coordenadora do ELPI.

Teletrabalho

Desde o final de março, com o avanço da pandemia no país, os diversos decretos publicados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, foram reduzindo aos poucos a quantidade de servidores trabalhando presencialmente nos órgãos públicos e implantando escalas de revezamento. Nesta vertente, o teletrabalho foi uma das soluções propostas e que segue em andamento, mesmo com medidas de afrouxamento. No lema, porém, a ação já estava sendo implantada antes da pandemia, como um dos órgãos-piloto do projeto.

“O lema já havia implantado o teletrabalho, desde 2018, por ter sido

um dos órgãos escolhidos como piloto do projeto no Governo. A pandemia só fez antecipar esse processo, além de ampliar a possibilidade para mais servidores. Com o teletrabalho, conseguimos ganhos de produtividade e eficiência dentro do Instituto”, explica o diretor administrativo-financeiro do Instituto, Harlen da Silva.

De acordo com o novo decreto do Governo, os órgãos e entidades elaboraram um plano de implementação do teletrabalho, conforme necessidades e peculiaridades próprias. Os planos tiveram que ser apresentados até o fim de

outubro e, após aprovação, os órgãos deverão instituir a ação, até 31 de dezembro de 2020, abrangendo o mínimo de 10% do número de servidores aptos ao regime e no limite máximo de 25%, legalmente estabelecido.

O exercício funcional em teletrabalho poderá ser pactuado tanto em caráter contínuo quanto em modalidade híbrida, com revezamento entre jornadas presenciais e remotas. Para fins de operacionalização e gestão do regime, foram instituídos o Escritório Central e as Comissões Locais de Teletrabalho.

Vistoria e revisão de normativas

distanciamento social, houve restrições para realizar vistorias presenciais.

“Por conta do risco à saúde dos envolvidos, ao fazer uma vistoria presencialmente, publicamos um instrumento legal para aceitar relatórios de vistoria realizados pelo

próprio empreendedor, com vídeos e fotos, e seguindo um regimento específico. A ação surgiu devido à pandemia, mas trouxe um grande ganho e agilidade aos processos de vistoria, e foi agregada ao operacional do lema”, lembra Elias Alberto Morgan, diretor técnico do Instituto.

É importante destacar que, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, como a redução da força de trabalho, o lema não paralisou suas atividades, principalmente enquanto órgão licenciador e fiscalizador. Entretanto, com o risco do novo Coronavírus e a necessidade de

Este período também foi para revisar normativas que precisavam e precisam ser atualizadas. Um exemplo é que, ao longo de 2019, houve um esforço do sistema de Meio Ambiente do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), e do lema, para que todos os municípios realizassem o licenciamento ambiental no que é cabível ao impacto local.

Por isso, foi necessário revisar o anexo da Resolução nº 002/2016, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), que define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental de atividades de impacto local no

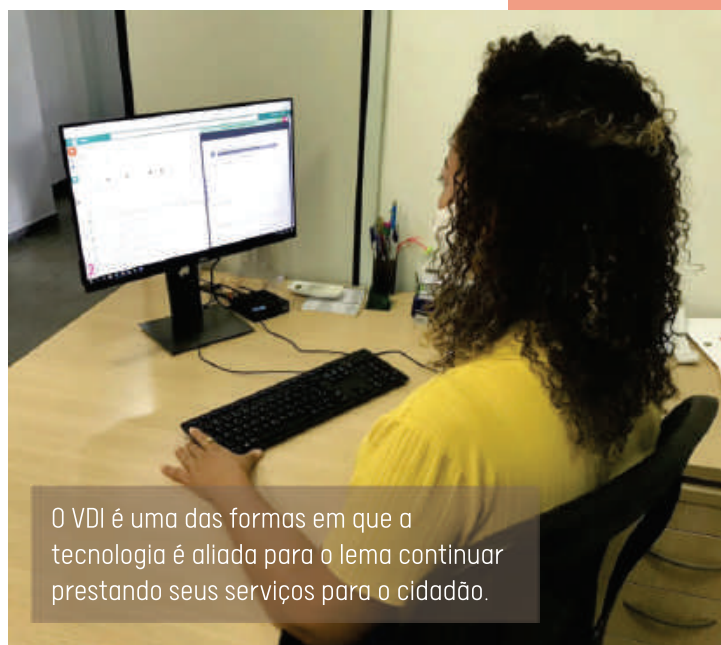
Espírito Santo, e dá outras providências, e, conseqüentemente, revisa as Instruções Normativas (IN), relacionadas ao licenciamento ambiental.

“Ao colocar mais municípios licenciando no que tange ao impacto local, tivemos que revisar o que era previsto como esse impacto. Logo, foi necessário revisar também as INs de enquadramento do lema, no que tange ao licenciamento ordinário, ao simplificado e à dispensa de licenciamento”, ressaltou Morgan.

O diretor-presidente Alaimar Fiúza lembra ainda que, além de simplificar os procedimentos, as revisões normativas aumentam a eficiência e reduzem o tempo dos processos dentro

do lema. “Havia uma demanda latente, tanto interna quanto externa, para elaborar, rever e atualizar diversas normativas, um trabalho que foi otimizado desde o início da pandemia. Foi um momento de olhar para dentro, rever as normativas de enquadramento do órgão e buscar a simplificação e otimização dos processos”, disse Alaimar Fiúza.

Também foi regulamentada a realização de audiências públicas de forma remota. As reuniões, na sua maioria, passaram ainda a ser virtuais, otimizando os encontros entre as equipes, com os empreendedores e as autoridades e, principalmente, evitando aglomerações e deslocamentos.



O VDI é uma das formas em que a tecnologia é aliada para o lema continuar prestando seus serviços para o cidadão.

VDI

Para viabilizar que o trabalho remoto ocorresse de forma mais eficiente, mudanças tecnológicas que estavam em curso foram implantadas de formas mais célere, como a infraestrutura de desktop virtual (VDI, sigla em inglês). O VDI é uma forma de virtualização de desktop, uma vez que as imagens do desktop específico são executadas e entregues por rede.

O VDI permite que os servidores acessem com segurança tudo o que precisam, praticamente de qualquer lugar em qualquer dispositivo, sem a necessidade de hardware específico e contribui na implantação do teletrabalho, do conceito de anywhere office (escritório em qualquer lugar, a partir da nuvem) e para um ambiente mais flexível e produtivo, sem comprometer a segurança.

Parques Estaduais

O funcionamento dos cinco parques estaduais também adotou restrições ao público durante a pandemia. Depois de um período fechados, uma portaria publicada em 18 de agosto autorizou a reabertura das unidades de conservação (UCs), seguindo a classificação do Mapa de Gestão de Risco, divulgado semanalmente pelo Governo do Estado.

O lema precisou readequar infraestruturas de funcionamento

dos parques, limitando horários e número de visitantes por dia. Uma ressalva é que todas as UCs ficarão com o Centro de Visitantes fechados para evitar aglomerações e os visitantes deverão usar máscaras, levar o próprio recipiente para beber água, além do álcool gel 70% para realizar a higienização das mãos com frequência. Pessoas que fazem parte do Grupo de Risco para a Covid-19 devem evitar a visitação às UCs ou acessar em horários de menor lotação.

Retomada

A pior consequência da pandemia da Covid-19 é a perda irrecuperável de vidas e, apesar de gradativamente se conhecer um pouco mais do vírus, é preciso tomar todos os cuidados, pois ainda não há cura para a doença. Por isso, as ações de retomada no lema estão sendo executadas de forma responsável e gradual, já que, apesar do cenário negativo, também há desafios e oportunidades de reflexão e mudança.

Desta forma, o órgão segue buscando melhorias e cada vez mais apostando nos serviços digitais e no uso de tecnologias, como a parceria com o Estado do Amapá no sistema de licenciamento, ganhos de produtividade com o teletrabalho, fiscalização por meio de drones, auto-declaração dos empreendedores e demais caminhos para simplificar e desburocratizar seus serviços.

Ipê, novo sistema de licenciamento ambiental de Goiás, garante eficiência e agilidade na análise dos processos



Produção de conservas também serão beneficiadas com novo licenciamento ambiental em Goiás

Sistema inovador customiza a análise dos licenciamentos ambientais, por tipologia de empreendimento, viabilizando requerimentos de licença pré-ordenados e análises céleres, garantindo a uniformidade entre empreendimentos semelhantes e eficiência na emissão de licenças ao proporcionar a mitigação de erros nos requerimentos e reduzir a subjetividade das análises, beneficiando analistas ambientais, usuários e responsáveis técnicos.

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), desenvolveu durante o ano de 2020, um modelo inovador de licenciamento ambiental, estabelecendo uma nova metodologia de avaliação de impactos que foi proposta simultaneamente com o desenvolvimento de um novo sistema informatizado para recepção e análise de requerimentos, tudo customizado por tipologia de empreendimento, considerando natureza, porte,

potencial poluidor e local da instalação.

Considerado uma das mais modernas do Brasil, a nova metodologia de avaliação de impactos já está apresentando resultados muito efetivos, demonstrando que é possível conceder licenças ambientais com celeridade máxima, a partir de solicitações formuladas no Sistema Ipê, plataforma responsável pelo processamento dos requerimentos. Empreendimentos que levavam até oito anos para serem licenciados, como é o caso de postos de combustíveis, por exemplo, estão sendo processados em menos de 30 dias, incluída a fase de análise técnica.

Dentre as inovações da plataforma, o Ipê traz estudos ambientais definidos por impacto ambiental que o empreendimento é capaz de provocar. Essa mudança de metodologia permite visualizar o resultado do empreendimento no ambiente, com direcionamento

objetivo a mitigações e compensações ambientais, ponto a ponto. A nova metodologia também direcionou o foco da análise ambiental ao impacto ambiental e não ao processo em si, garantindo que o empreendedor conheça, desde antes, tudo que lhe será exigido para que o empreendimento entre em análise.

A metodologia envolve um conjunto de quesitos que são respondidos pelo empreendedor, que demonstra as respostas por meio de laudos ou estudos específicos, impacto a impacto, já com condicionantes pré-definidas.

Foi possível também reduzir exigências de diagnósticos que passaram a ser exigidos somente para questões pontuais em que a interface do impacto se relaciona com variáveis específicas do território afetado para as quais não se tem conhecimento prévio.

Além disso, todos os documentos, poligonais georeferenciadas, laudos e

requisitos são pré-estabelecidos, por tipologia, reduzindo a margem de discricionariedade em seu mais alto grau. O Sistema Ipê já demonstrou alcançar a maximização na padronização de exigências de procedimentos e documentação que antecedem o processo de análise que, por sua vez, passou a ser muito célere porque enquanto o empreendedor não completa o preenchimento do sistema, com tudo que é estabelecido, o processo não chega a fase de análise. Por sua vez, a fase de análise passou a ser direcionada a aspectos técnicos e é realizada de forma objetiva, de forma que

cabe ao analista impulsionar a análise pela ferramenta do “atende/não atende” e porque, reduzindo pareceres e conteúdos desnecessários.

A nova metodologia também retira do analista a responsabilidade pelo conteúdo de análise já que tal conteúdo é definido no âmbito do próprio sistema que já atribui, para cada tipologia, todos os aspectos que devem ser analisados e quais os parâmetros de análise.

Segundo o gerente de Autorizações e Acompanhamento para Fauna (Gefauna),

Brunno Alves de Oliveira Brito, o Ipê simplifica a sistematização da informação. “Todo histórico processual e movimentação ficam registrados, mitigando possibilidade de fraudes, desvios, enganos, entre outras falhas. Ademais a informação pode ser acessada em qualquer tempo, possibilitando a geração de relatórios situacionais e possibilitando termos alertas auto-máticos, caso necessário, pois sabemos onde estão os empreendimentos, qual a situação e quando devemos intervir, por exemplo”, afirma.

Apresentação

Após as sanções das leis 20.694, de 2019; e 20.773, de 2020; além do decreto 9.710, também de 2020, o Sistema Ipê foi apresentado à população em setembro de 2020. A secretária Andréa Vulcanis e equipe técnica da pasta trataram do tema em uma webinar, que contou com a participação virtual de mais de 300 pessoas de todas as regiões do Estado.

Apesar de ser aberto a toda a população, o público-alvo deste primeiro evento eram empreendedores, consultores, profissionais que trabalham na área ambiental, bem como representantes dos municípios do interior do Estado e também da capital, Goiânia. “Não tenho dúvida de que nosso sistema hoje é um dos mais modernos e consistentes do Brasil”, disse a secretária

ao enfatizar que as mudanças são significativas e estruturais, não havendo comparação possível entre as ferramentas anteriores com mesmo com modelos de outros estados, já que a nova metodologia e sistema foram adaptados para a realidade do Estado de Goiás.

De acordo o subsecretário de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, José Bento da Rocha, que detalhou o Sistema Ipê aos participantes da webinar, a apresentação foi importante para mostrar o processo de transição do antigo para o novo modelo e já disponibilizar as primeiras tipologias de licenças do regime extraordinário. “A previsão é que todas as 197 tipologias de empreendimentos estejam disponíveis

no sistema até maio de 2021”, relata. Outro ponto importante defendido pela equipe da Semad é a necessidade de prestação de informações reais e verdadeiras durante o preenchimento dos dados. “Respostas erradas, falsas ou enganosas gerarão o indeferimento do pedido e eventuais pendências serão notificadas, de forma completa, uma única vez”, disse a secretária, ao informar, inclusive, a perda de taxas pagas durante o processo mal instruído. A medida assume, com isso, um caráter pedagógico, para que empreendedores e responsáveis técnicos adquiram máximo com-prometimento com a qualidade das informações prestadas no âmbito sistema.



Andréa Vulcanis:
“Empreendimentos que levavam até oito anos para serem licenciados, agora levam menos de 30 dias”.

Após a apresentação da plataforma, no dia 23 de setembro a Semad emitiu a primeira licença ambiental dentro do novo regimento que foi implantado pelo Governo do Estado no início do ano. Por meio do Sistema Ipê, a gestão de processos ficou mais célere, e os prazos para concessão de licenças, que em alguns casos demoravam até oito anos, agora são finalizados em menos de um mês.

Eficiência

De acordo com a secretária Andréa Vulcanis aquele foi um dia especial para toda a Semad, pois marcou o início de um caminho de simplificação e desburocratização dos processos de emissão de licenciamento ambiental em Goiás. A primeira licença impressa foi de uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH), que é um tipo de usina hidrelétrica de tamanho e potência ainda menores que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

“No caso específico dessa CGH, o processo foi iniciado na Semad no dia 28 de agosto e a formalização do requerimento foi concluída no dia 19 de setembro. Ou seja, em menos de 30 dias entre a data do pedido, subida de toda a documentação e requisitos que foram exigidos do empreendedor, já emitimos a licença”, destacou a Vulcanis.

Segurança no processo

Ainda de acordo com José Bento da Rocha, a efetivação do novo modelo de licenciamento ambiental em Goiás foi o coroamento acerca do trabalho sério desenvolvido pelos profissionais da pasta. “É um processo rápido, mas sem deixar de lado a qualidade da análise ambiental, seja ela feita por um analista ou pelo próprio sistema [Ipê], de forma automatizada. Assim, temos buscado agilidade, mas sem perder a segurança que é fundamental no processo de concessão das licenças”, explicou o subsecretário.

Já o superintendente de Tecnologia da Informação da Semad, Edjalma da Silva, explicou que o Sistema Ipê possui uma arquitetura de software robusta, que proporciona a tomada de decisões automatizada por meio da aplicação de questionários. “Com este trabalho desenvolvido há mais de seis meses, chegamos hoje a um sistema único no Brasil, com uma tecnologia capaz de dar suporte a todas as tipologias de licenciamento ambiental da Semad”, relatou.

Analistas tratam dos aspectos técnicos do Sistema Ipê

Servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), apresentam detalhes que asseguram a efetividade do Sistema Ipê. Entre eles, o gerente de Autorizações e Acompanhamento para Fauna (Gefauna), Brunno Alves de Oliveira Brito, atesta que a plataforma possibilita maior transparência ao licenciamento. “Temos em tempo real diagnósticos e, caso seja necessário, prognósticos relacionados a empreendimentos específicos”, pontua.

E acrescenta que existem determinismos legais que mitigam possibilidades de erros ou excessos que possam prejudicar os usuários dos serviços da Semad e ou os profissionais responsáveis pelas análises. Também, na mesma lógica, existem compilados as leis, decretos e demais atos infralegais, possibilitando ações com maior garantia de lisura. “Faz-se o que se deve, como se deve, com absoluto respaldo legal”.

Agilidade

De acordo com o servidor, a plataforma Ipê possibilita ainda maior agilidade nas análises. O sistema por si, de maneira segura, filtra informações de documentos mais simples, de ordem burocrática, viabilizando maior concentração dos esforços dos servidores responsáveis pelas análises às considerações de maior importância.

A maneira escalonada de perguntas e respostas possibilita ao empreendedor ou responsável técnico promover uma estruturação dos estudos e projetos para apresentação. Desta forma, mitiga-se erros e, após a realização das orientações e instruções normativas, prevê com maior precisão as etapas restantes e necessárias e traçar a previsão do tempo médio para a conclusão do processo.

Caso o empreendedor não providencie a documentação necessária em tempo hábil, completa e correta, mitigam-se possibilidade de retrabalho e manutenção de processos inconclusivos. Dessa maneira, a indicação da responsabilidade fica determinada, não podendo inferir culpabilidade à Secretaria.



Por meio do Ipê fica clara a existência de recolhimento das taxas. Ou seja, sem o devido pagamento não existe a possibilidade de continuidade do processo. Isso também fica evidenciado, considerando documentos, estudos, indicadores geográficos, entre outros.

Por fim, além de ressaltar a informatização do sistema, que possibilita maximização dos esforços para fiscalização, o Ipê permite o mapeamento assertivo, considerando os processos produtivos e as reservas remanescentes de recursos naturais. Isso posto, facilitaria a elaboração de zoneamentos ecológicos e econômicos.

Melhor instrução processual

Segundo conta o gerente de Licenciamento Ambiental de Atividades dos Setores Secundário e Terciário (Gelist), Marcelo Bernardi Valerius, o Ipê permite uma melhor instrução dos processos de licenciamento ambiental. “Isso porque, considerando todo o arcabouço técnico, quando o dono do empreendimento ou

responsável técnico for inserir os estudos e documentos, o sistema já fará uma checagem e, assim identifica inconsistências de forma eletrônica”, relata.

Outro aspecto defendido pelo gerente, além do olhar voltado ao empreendimento que será licenciado, a

plataforma permite uma visão ampla acerca das imediações. “Tudo fica condensado no sistema, à disposição do analista. Uma ferramenta fundamental para além do licenciamento, pois ajudará o Estado a traçar políticas ambientais”, finaliza.



Maranhão

O compromisso da SEMA com conservação, preservação e educação ambiental

O Maranhão é um estado que agrega uma alta biodiversidade, possuindo 3 (três) biomas que resultam em uma gama de espécies de fauna e flora existentes apenas em nosso território.

O Estado também possui uma rica sociodiversidade, formada por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, resultando em comunidades tradicionais maranhenses. É imperioso ressaltar, que para uma efetiva conservação ambiental, se faz necessário a harmonia entre o social e o meio ambiente.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) planeja, coordenada, monitora, fiscaliza e atua nas políticas relativas à conservação e a exploração legal do meio ambiente, possibilitando o desenvolvimento sustentável em benefício da qualidade de vida do povo.

Com esse intuito, desenvolvemos metodologias para capacitação nas quatro temáticas do Plano Estadual, principal instrumento balizador da Política Estadual de Educação Ambiental, com foco em 4 temáticas: 1. Educação Ambiental como apoio à Conservação dos Recursos Hídricos; 2. Educação Ambiental voltada à abordagem dos Resíduos Sólidos; 3. Educação Ambiental como apoio à gestão de Unidades de Conservação e 4. Educação Ambiental como apoio às Políticas de redução e combate ao Desmatamento e Queimadas.



Programa Maranhão Verde

A SEMA implementa as atividades do Programa Maranhão Verde, instituído pela Lei Estadual nº 10.595/2017, que tem desenvolvido projetos voltados a apoiar a conservação e recuperação ambiental com o apoio e participação da população. Também incentiva a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional, que tem como produto a promoção da cidadania e melhoria das condições de vida e elevação de renda dos participantes.

O programa, até o presente momento, já beneficiou mais de 400 famílias, distribuindo bolsas, desde que seja comprovado a efetiva atuação do beneficiário nos cronogramas implementados.

Ante ao êxito do programa em tela, o Governo Estadual, sob a égide do Governador Flavio Dino, decidiu por ampliar o projeto a 4 municípios da região amazônica, com o escopo de semear mais de 60.000 mudas, com 400 beneficiários.

Educação ambiental

A SEMA tem trabalhado com ações de cunho contínuo e permanente, onde destacam-se as Oficinas de Construção de Planos de Ação Municipais de Educação Ambiental, capacitando dentro das quatro temáticas do Plano Estadual e construindo instrumentos de gestão municipal com foco na Educação Ambiental nos municípios, sempre com o apoio e em conjunto com a sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, poderes públicos municipais e setores empresariais locais. Com a participação de todos, o crescimento é garantido.

Para firmar ainda mais o compromisso, foi promulgada a Lei n. 293/2020, que

cria e organiza a Escola Ambiental do Estado do Maranhão, proposta oriunda do governador Flávio Dino.

A Escola Ambiental do Maranhão atende aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e da Política Estadual de Meio Ambiente e Sistema Estadual de Educação Ambiental, estabelecidos na Lei 9.279, de 22 de setembro de 2010. E, tem um trabalho institucional com atuação das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente - SEMA, Educação - SEDUC e Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, sob

coordenação da Secretaria Estadual de Governo - SEGOV.

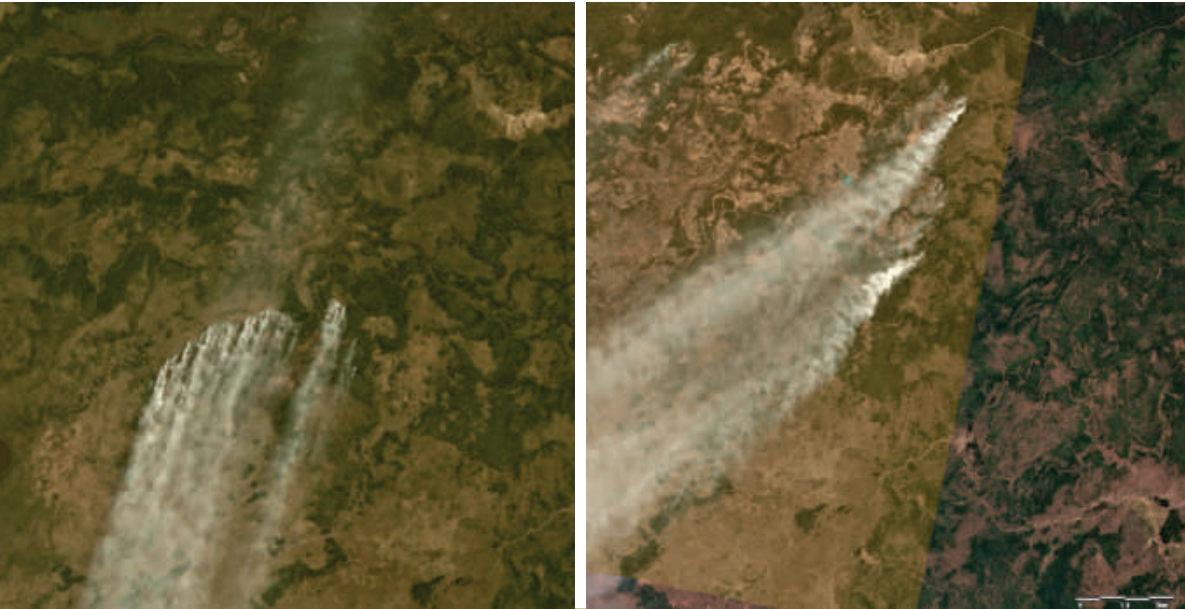
A Escola Ambiental tem como objetivo proporcionar a execução da Política Estadual de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de educação formal e não formal. Através da qualificação técnica, do apoio técnico-científico e o fomento às atividades de pesquisa e extensão, a Escola pretende gerar trabalho e renda através de atividades de manejo sustentável dos recursos naturais e promover a educação ambiental e o crescimento social em diversas vertentes.





FLORESTA VIGIADA – Inteligências humana e artificial no combate aos crimes ambientais

As florestas de todo o Estado de Mato Grosso são vigiadas por satélites de alta resolução.



Nos três biomas de Mato Grosso, a cobertura vegetal é vigiada por satélites de alta resolução. O Sistema de Monitoramento da Cobertura Vegetal começou a funcionar em setembro e segue por mais um ano, até 2021. O contrato do serviço foi renovado pelo Programa REM (da sigla em inglês, REDD+ para pioneiros), por meio do Fundo Brasileiro da Biodiversidade (Funbio). O monitoramento unido a sistemas de inteligência artificial alerta para alterações na cobertura vegetal a partir de um hectare.

A plataforma também permite a geração de índices de vegetação e a automatização de laudos que irão subsidiar a lavratura de autos de infração. A ferramenta, que utiliza imagens dos satélites de alta resolução da constelação Planet, monitora alterações na cobertura vegetal a partir de um hectare.

Com resolução especial de três metros, as imagens possibilitam a rápida detecção de

desmatamento e exploração florestal ilegais. Também é possível apurar o comportamento do fogo em casos de incêndios florestais e acompanhar a regeneração da vegetação nativa.

Desde a implantação total do sistema, em setembro de 2019, até março de 2020, um dos resultados mais importantes observados foi a redução das dimensões das áreas desmatadas. Entre as semanas 8 a 12 do projeto, a área total dos alertas de degradação e corte raso chegou a picos de 52 mil hectares.

Já a partir da semana 21 do projeto, os alertas totais somaram 25 mil hectares a cada sete dias. Isso significa que as ações cêleres de combate aos crimes ambientais contribuíram para evitar a abertura ilegal de grandes áreas, que são especialmente prejudiciais para a regeneração da vegetação.

“O monitoramento diário do desmatamento

provê aos órgãos de controle velocidade, qualidade e transparência na identificação da remoção da cobertura vegetal nativa no Estado e a inibição da continuidade do desmatamento”, explica a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

De maneira integrada, diversos órgãos de Mato Grosso têm acesso à Plataforma gerenciada pela Sema para, cada um dentro de sua especificidade, possa atuar em prol do desenvolvimento sustentável. Atuam utilizando as imagens de Planet: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA), Ministério Público de Mato Grosso, Ibama, Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), Defesa Civil, Corpo de Bombeiro Militar, Secretaria de Planejamento e Gestão, Empaer, Indea, Incra, Seaf e Comitê Estadual de Gestão do Fogo.

Um bilhão de multas

O Estado de Mato Grosso declarou, por meio da Operação Amazônia Arco Norte, tolerância zero aos crimes ambientais. Com auxílio da tecnologia de imagens satélite de alta resolução, desde janeiro de 2020, o Estado já aplicou mais de R\$ 1 bilhão de reais em multas por crimes contra flora. Os autos de infração foram aplicados pelos órgãos estaduais que compõem o Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal, a Exploração Florestal Ilegal e aos Incêndios Florestais (CEDIF-MT).

“Historicamente, Mato Grosso aplicava, em média, R\$ 250 milhões em multas. Estamos em setembro de 2020 e já ultrapassamos esse valor em quatro vezes com apoio da tecnologia e estratégia”, destaca o secretário adjunto Executivo da Sema, Alex Marega.

Para fazer frente aos crimes de uso irregular do fogo, Mato Grosso alterou o Código Estadual de Meio Ambiente para conferir o poder de Polícia Administrativa aos Bombeiros Militar. Com a alteração feita em 2019, os profissionais passaram a ter competência para lavrar auto de infração ambiental em circunstâncias que envolvam queimadas ilegais, incêndios florestais e transporte de produtos perigosos, tóxicos ou nocivos à saúde humana.

“Essa ação conjunta otimiza os recursos humanos em favor do Estado. Os Bombeiros já estão sempre em campo auxiliando a Sema no combate e na coleta de dados e com este curso vai aumentar a capacidade do Estado de dar uma resposta rápida e eficiente no ilícito ambiental ao que diz respeito às queimadas ilegais”, destaca a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

Já na Temporada de Incêndios Florestais de 2020, os Bombeiros Militares fiscalizaram mais de 26 mil hectares e

Do total de multas aplicadas, R\$ 934 milhões foram por crimes contra o bioma amazônico, que cobre 60% do Estado. No Pantanal, foram aplicados mais de R\$ 87 milhões em multas, enquanto no Cerrado as equipes de repressão aos ilícitos lavraram R\$ 54 milhões em autos de infração. As autuações resultaram no embargo de mais de 163 mil hectares em todo Estado.

Uma inovação do Estado face aos crimes ambientais, é a retirada imediata de maquinários e outros apetrechos utilizados para praticar os ilícitos ambientais. Em 2020, já foram apreendidos 168 tratores utilizados para desmatar ou explorar ilegalmente as florestas de Mato Grosso. O serviço de retirada de maquinário, também é apoiado pelo programa REM Mato Grosso.

aplicaram quase R\$ 15 milhões em multas por uso irregular do fogo. Inicialmente, a Sema capacitou 90 militares e a meta é expandir o conhecimento para os 1400 profissionais da corporação.

“A sociedade ganha com a ampliação da fiscalização do fogo irregular e o Estado

As ações do Estado somam-se aos esforços do Governo Federal e aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Juntos, todos os órgãos de comando e controle que atuam no Estado já aplicaram mais de R\$2,3 bilhões em multas ou pedidos de indenização e embargaram mais 313 mil hectares. Os órgãos também contabilizaram a apreensão de 313 mil m³ de madeira.

Integram o Cedif-MT, grupo presidido pelo governador Mauro Mendes, a Casa Civil, as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Instituto de Defesa Agropecuária (Indea). Também participam do grupo o Ibama, ICMBio, Inbra, Forças Armadas e os Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Capilarização da fiscalização

ganha com 1400 bombeiros militares que estão sendo qualificados como agentes de fiscalização ambiental”, celebra o tenente coronel Flávio Gledson, comandante do Batalhão de Emergências Ambientais.

Governador Mauro Mendes e Ministro Ricardo Salles em visita à Gerência de Planejamento de Fiscalização de Combate ao Desmatamento.





A atuação integrada no âmbito do Comitê Estratégico de Combate aos Desmatamentos Ilegais e Incêndios Florestais (Cedif-MT), presidido pelo Governador do Estado e composto por todas as agências estaduais e federais que contribuem direta e indiretamente para essas ações, foi determinante para que Mato Grosso obtivesse redução dos índices de desmatamento. Em momento de pandemia, o desmatamento reduziu 15% em junho; 30% em julho, 22% em agosto e 47% em setembro de 2020. Uma demonstração de que as estratégias adotadas estão revertendo a tendência de aumento de desmatamento na Amazônia em Mato Grosso.

União de forças no enfrentamento aos incêndios no Pantanal

Governo, pantaneiros e terceiro setor se unem para combater os incêndios florestais no Pantanal.

O período de estiagem de 2020 exigiu de Mato Grosso empenho redobrado e estratégico para combater os incêndios florestais no Pantanal, bioma considerado Patrimônio Mundial da Humanidade. O Governo de Mato Grosso, em parceria com órgãos federais, colocou em campo 1737 combatentes em 8 ciclos de dez dias.

Enfrentando situações adversas no combate ao fogo, já que este ano o Estado registrou a seca mais severa dos últimos 40 anos, a Operação Pantanal reuniu profissionais da Secretaria de Estado de

Meio Ambiente, Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Marinha, Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro, Força Nacional, Ibama, ICMBio, Polícia Militar e Sesc Pantanal.

Durante as ações, foram empregadas sete aeronaves, caminhões auto bomba e tanque, camionetes, dentre outros equipamentos necessários para combater os incêndios florestais.

Invertendo a lógica dos crimes ambientais, a Sema destinou o maquinário

apreendido nas ações de combate ao desmatamento e exploração florestais ilegais para atuação no Pantanal. Ao todo, 10 tratores de infratores auxiliam as equipes na construção de aceiros físicos para defesa e preservação dos recursos naturais.

Em Mato Grosso, as ações de resposta aos incêndios florestais são coordenadas pelo Centro Integrado Multiagências (Ciman). Todos os anos, o grupo que reúne 18 agências estaduais e federais é instaurado para fazer frente aos incêndios durante o período de estiagem.

Toda vida importa

Em atendimento a rica fauna do Pantanal, foi criado Posto de Atendimento Emergencial aos Animais Silvestres (Paeas Pantanal). A força-tarefa para atendimento aos animais reúne esforços de órgãos do Governo de Mato Grosso, Governo Federal, entidades de classe, terceiro setor e instituições privadas.

Desde o início da operação, em 30 de agosto de 2020, foram resgatados e atendidos mais de 180 animais de variadas espécies: Tuiuiú, Garça, Iguana, Jabuti, Jaguatirica, Queixada, Anta, Maritaca,

Cachorro do Mato, Pequeno Roedor, Veado, Jabuti, Paca, Gavião (casaco de couro), Ariranha, Coruja Buraqueira, Quati, Lontra, Sagui Marrom, Veado Mateiro e Tamanduá.

O grupo também atuou no atendimento aos animais silvestres por meio da distribuição de água e alimentos. Até outubro, o grupo já havia distribuído mais de 7 milhões de litros de água em cochos e corixos e feito a distribuição de 68 toneladas de alimentos em mais de 16 mil pontos estratégicos.

A alimentação dos animais contou com o apoio da população do Estado que se empenhou em doar os alimentos. "O que estamos vendo aqui no Pantanal é a união entre diversos setores e de profissionais das mais variadas profissões em prol de um objetivo único que é dar conforto aos animais que estão sofrendo diante dos incêndios florestais", destaca o coronel Bombeiro Militar Paulo André Barroso.

Para o militar, que coordena do PAEAS e responde pela secretaria executiva do



Maquinário apreendido por crime ambiental é utilizado para construção de aceiro no Pantanal.

Comitê Estadual de Gestão do Fogo, temos, diante desse desastre ambiental, a oportunidade de criar um ciclo do bem em prol do Planeta. “Vemos que o homem tem a capacidade de se unir pelo bem, tanto quanto tem de se unir pelo mal causando desastres como esse. Agradeço ao Governo, às ONGs e instituições privadas que estão aqui presentes e àqueles que estão orando por todos. Esta união fará diferença no futuro do Planeta”, complementa.

O grupo é coordenado pelo Comitê Estadual de Gestão do Fogo e é formado

pelos secretarias de Meio Ambiente e Segurança Pública, BPMPA, Batalhão de Emergências Ambientais do Corpo de Bombeiros Militar, Programa REM-MT, Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) e Marinha do Brasil.

Assembleia Legislativa, Prefeitura de Poconé, Juizado Volante Ambiental e Ibama também estão presentes. A UFMT atua por meio do Hospital Veterinário, Centro Acadêmico de Medicina Veterinária e Centro de Medicina e Pesquisa em Animais Silvestres. O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) também apoia as ações.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária e a Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso compõem o grupo. Do terceiro setor, a Ampara Silvestre, Associação de Defesa do Pantanal (Adepan), Instituto Mata Ciliar, Ecotrópica, É o Bicho MT, Instituto Luísa Mell, Grupo de Resgate de Animais em Desastres (GRAD), Reprocon, Panthera Cats, Pantanal Relief Fund, Sesc Pantanal e SOS Pantanal somam esforços. Já da iniciativa privada apoiam a ação a Integral Pet, laboratório VET Vida, Vivet, Clínica Anjo da Guarda e Pantaneiro Clínica Veterinária.



Entidades e voluntários se unem para atender animais vítimas dos incêndios florestais no Pantanal.





Mato Grosso do Sul

MS vai pagar para manter beleza cênica dos rios de Bonito



Flutuação no Rio da Prata

Campo Grande (MS) - Atrações que não cansam de encantar turistas do mundo todo, os rios transparentes de Bonito são tão lindos quanto frágeis. O sinal de alerta surgiu no Verão de 2018 quando, após fortes chuvas, as águas do Rio da Prata ficaram completamente turvas e obrigaram o cancelamento dos passeios de flutuação com snorkel ou mergulhos. Rapidamente o assunto chamou a atenção das autoridades municipais e estaduais, interessadas em preservar o mais famoso destino mundial do ecoturismo. Entre as diversas medidas adotadas, que vão desde multa pelo manejo indevido do solo por parte de agricultores com lavouras próximas aos rios, intervenções nas estradas e matas ciliares, uma novidade pretende inaugurar um jeito diferente de atrair parceiros para cuidar do meio ambiente.

Mais que um dever, manter os rios de Bonito cheios de peixes e com águas transparentes vai render dinheiro vivo, e

não se trata da renda do turismo. O Estado vai pagar pelo Serviço Ambiental prestado pelos donos das propriedades rurais que abrigam esses rios e nascentes de beleza cênica. "É a primeira modalidade de serviço ambiental a ser implantada, das dez previstas na Lei. Faltava definir como seria feito esse pagamento", explica o secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, Jaime Verruck.

O detalhamento saiu na Resolução Semagro 717, publicada no dia 28 de setembro. A seleção para participar do Programa - PSA modalidade Uso Múltiplo Rios Cênicos se dará por meio de chamadas públicas, estando aptos a concorrer os imóveis rurais devidamente inscritos no CAR (Cadastro Ambiental Rural), sem nenhuma pendência no CADIN Estadual (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais) e que estejam localizados na abrangência do referido Edital de Seleção Pública.

Para os próximos dias deve ser lançado o primeiro edital selecionando interessados em concorrer ao PSA Uso Múltiplo Rios Cênicos com projetos que atendam os rios da Prata e Formoso, os dois principais cursos d'água da região de Bonito, afirmou o superintendente de Meio Ambiente da Semagro, Pedro Mendes Neto, que esteve encarregado da elaboração da normativa.

Os recursos para custear os serviços previstos nesse edital virão do Funles (Fundo de Defesa e Reparação de Interesses Difusos e Lesados), que é gerido pela Semagro e composto por indenizações decorrentes de condenações judiciais por danos causados a bens e direitos, multas judiciais, indenizações e compensações previstas em acordos coletivos, inclusive termo de ajustamento de conduta, bem como multas por descumprimento desses acordos.

Lei

A Lei 5.235, de julho de 2018, instituiu em Mato Grosso do Sul a Política Estadual de Preservação dos Serviços Ambientais e criou o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, bem como estabeleceu um sistema para gerir esse programa, que está a cargo da Semagro. A lei dividiu as ações em sete áreas temáticas, cabendo a cada uma regulamentação específica.

São elas: Apoio e Valorização do Conhecimento Tradicional; Serviços Ambientais das Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul; Regulação do Clima e do Carbono; Conservação e Valorização da Biodiversidade; Conservação dos Serviços Hídricos; Conservação e Uso do Solo; e Beleza Cênica e Turismo. A Resolução 717 da Semagro trata dessa última área temática.



Secretário Jaime Verruck



O aplicativo conta com um módulo específico de mensuração de áreas, fundamental para alimentar banco de dados de áreas atuadas e garantir o acompanhamento de sua recuperação.

Fiscalização em Minas avança com tecnologia, ações preventivas e de repressão ao crime ambiental

A fiscalização ambiental é um mecanismo fundamental usado pelo poder público para garantir que o desenvolvimento esteja acompanhado da sustentabilidade, com a devida preservação dos recursos naturais. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), por meio da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis), vem contabilizando avanços importantes na área nos últimos anos. A dobradinha entre a entrada da tecnologia no processo de fiscalização e a dedicação da Secretaria em orientar o setor produtivo antes de efetivamente fiscalizar os empreendimentos tem contribuído diretamente para construir uma fiscalização ambiental mais eficiente em Minas Gerais, papel que é desempenhado pela Semad em parceria com a Polícia Militar.

De um lado, a tecnologia se tornou protagonista do processo e fez o trabalho dos fiscais subir consideravelmente de patamar. Com a consolidação do Sistema de Fiscalização e Auto de Infração Digital (Sisfai), que completou um ano há pouco mais de dois meses, com 9,2 mil autos de

infração, fiscalização e notificação gerados, o bloco de papel e a caneta deram lugar à operação de smartphones com um software exclusivo para a atividade dos fiscais. Essa mudança já significa o dobro de autos lavrados na comparação entre o primeiro semestre de 2020 e o mesmo período do ano passado. A explicação é simples: com a tecnologia apoiando o processo de registro dos autos, os servidores da Semad e os policiais militares conseguem passar menos tempo no escritório e podem dedicar mais horas ao trabalho de campo.

Enquanto isso, a atividade preventiva de orientação feita pela Secretaria e pela PM, em parceria com os setores produtivos antes da fiscalização propriamente dita, vem surtindo um efeito que é muito comemorado pela Semad. No caso da Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi), das 3,4 mil fiscalizações em três edições do programa desde 2017, foram encontradas infrações em apenas 3% delas. Quando é considerada a rotina normal, fora do ambiente do Fapi, as infrações são flagradas, em média, em 24,5% das

fiscalizações, o que significa uma redução de 88% nas agressões ao meio ambiente quando o poder público se aproxima do setor produtivo e busca difundir as melhores práticas ambientais.

Apesar de a dobradinha, formada pela prevenção e pela entrada da tecnologia para aumentar a qualidade e os resultados da fiscalização, ser um dos principais avanços recentes da Semad nessa área, as grandes operações repressivas para coibir agressões mais complexas e que demandam maior organização do poder público também fazem parte do foco.

Elas ocorrem sempre que é necessário combater as infrações mais robustas, como constantemente é feito contra o tráfico de animais silvestres. Outro exemplo recente de mobilização repressiva foi a Operação Salve o Jequitinhonha, realizada pela Polícia Federal com apoio da Semad e da PM, contra a degradação provocada pelo garimpo clandestino no Rio Jequitinhonha na região de Diamantina.

Nova tecnologia nos autos de infração

O apoio da tecnologia que fez a fiscalização de Minas Gerais mudar de patamar veio a partir da implantação do Sistema de Fiscalização e Auto de Infração Digital (Sisfai), lançado pelo governador Romeu Zema em maio de 2019. O sistema chegou para modernizar o trabalho técnico e reduzir a burocracia nos processos ambientais, substituindo os antigos blocos de papéis por informações digitalizadas. Além da economia de recursos, o novo sistema também vem promovendo maior controle e transparência no processo fiscalizatório, com a disponibilização dos dados para consulta pública.

O sistema é acessado por meio de smartphones, que são equipados com um software específico para registrar os dados que antes eram anotados com caneta e papel. Ele também permite o registro fotográfico da fiscalização. Quando o Sisfai foi lançado, 80 aparelhos foram disponibilizados, mas uma ampliação em julho deste ano colocou mais 170 equipamentos em uso, totalizando 250 smartphones para cerca de 100 fiscais da Semad e aproximadamente 1 mil policiais militares, que também são responsáveis pela fiscalização ambiental em Minas. Esse número cobre próximo de 100% do trabalho, que gira em média de 25 mil autos de infração lavrados pelas duas instituições anualmente.

Entre outros benefícios, destaque para a substituição da lavratura em papel e a necessidade de digitar as informações

O Sisfai é a grande aposta ligada à tecnologia para mudar a realidade da fiscalização ambiental em Minas, mas não é a única. Outros dois dispositivos também apoiam bastante o trabalho dos fiscais em campo. Um deles é o uso de drones, que garante uma visão mais ampla do local que está sendo fiscalizado. Outro benefício trazido pela tecnologia e que ajuda a fiscalização é o monitoramento remoto da vegetação, por imagens de satélite. Esse

Com a consolidação do Sistema de Fiscalização e Auto de Infração Digital (Sisfai), o bloco de papel e a caneta deram lugar à operação de smartphones com um software exclusivo para a atividade dos fiscais.



contidas nos autos nos demais sistemas de fiscalização, após retorno ao escritório, uma vez que os sistemas são integrados: coleta direta das coordenadas geográficas do local da fiscalização; consulta de áreas especialmente protegidas ou com restrições diretamente na Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), como unidades de conservação e zonas de amortecimento, área de conflitos por recursos hídricos, biomas, unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos.

“A modernização tem impacto não só na celeridade do trabalho dos fiscais, mas também permite um ganho de assertividade e de qualidade no produto, que é a atividade fiscalizatória. É uma ferramenta que vem qualificar o trabalho

que é desenvolvido na fiscalização e garantir maior eficiência no exercício da atividade, ressalta a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

Segundo Flávio Augusto Aquino, superintendente de Fiscalização da Semad, no período entre julho de 2019 e junho de 2020, foram gerados mais de 9,2 mil autos de fiscalização, notificação e infração no Sisfai, sendo que no primeiro semestre deste ano o número de autos dobrou em relação ao mesmo período de 2019. “Esse incremento se deve ao trabalho de capacitação das equipes do Sisema e da Polícia Militar do Meio Ambiente, que possibilitou a difusão da tecnologia e aumentou o número de usuários do sistema. O sistema conta hoje, em sua base, com 1.612 usuários cadastrados.

Drones e monitoramento remoto

trabalho é feito pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), no âmbito da Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia do órgão ambiental, que avalia diariamente imagens de satélite que recobrem o Estado de Minas Gerais para identificar áreas onde a vegetação nativa foi suprimida sem autorização.

Após identificação, o IEF encaminha para a Semad um mapa contendo a identificação

do local, tamanho da área suprimida, bioma atingido, entre outras informações relevantes para a fiscalização da intervenção. A Semad, no que lhe concerne, trata os dados recebidos e distribui para fiscalização pela Polícia Militar do Meio Ambiente, ou para equipes próprias de fiscais para atuarem nos locais onde se identifica situações mais proeminentes de agressões ambientais.

Entre janeiro de 2017 e julho de 2020, foram fiscalizados mais de 3.450 polígonos de detecção de desmatamento, que totalizam mais de 32 mil hectares. No final do ano de 2018, foi implementada uma mudança no fluxo de detecção e atendimento do monitoramento contínuo da vegetação, que

alterou a detecção mensal para diária.

Com isso, verificou-se que 75% das áreas identificadas tiveram uma redução do tempo de fiscalização de 133 dias para 30 dias, o que significa uma atuação mais célere da fiscalização ambiental. Outra mudança importante implementada no

fluxo do monitoramento contínuo foi a criação do alerta de continuidade, que serve de indicador de prioridade para fiscalização naquelas áreas onde sucessivas imagens de satélites apontam a manutenção da atividade irregular de supressão da vegetação nativa.

A fiscalização preventiva

Outra grande aposta para trazer uma evolução ao serviço de fiscalização são os programas preventivos, que buscam orientar a produção de Minas Gerais com o uso de boas práticas ambientais. O objetivo é reduzir os danos ambientais e, conseqüentemente, a quantidade de infrações lavradas pelos fiscais. O principal representante dessa área de atuação da Semad é a Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi), programa que foi lançado oficialmente em 2017, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

As três edições que já aconteceram do programa Fapi somam 38 workshops de orientação e mais de 3,4 mil fiscalizações, com constatação de infração em apenas 3% destas. Enquanto isso, a incidência de irregularidades nas fiscalizações ordinárias é de 24,5%, em média. Além disso, quase 4,5 mil empreendimentos buscaram a regularização ambiental por meio do Fapi.

O programa tem o objetivo de informar, instruir e sensibilizar empreendedores a respeito das melhores práticas ambientais; incentivar a obtenção da regularização ambiental e auxiliar na prevenção das infrações ao meio

ambiente, contribuindo para a melhoria ambiental do estado.

Neste ano, inclusive, devido às restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, o esforço está direcionado para a realização de workshops em formato digital, com ampla divulgação em sítios eletrônicos e redes sociais. O sucesso do Fapi, que teve um embrião no ano de 2012 a partir do trabalho preventivo desenvolvido com suinocultores da Zona da Mata, levou a Semad a iniciar, em agosto de 2020, a Fiscalização Ambiental Preventiva na Agricultura (Fapa).

Representantes da Sufis visitaram fábricas de produção de polvilho em Cachoeira de Minas e Conceição dos Ouros, ambos municípios no Sul de Minas. A ida até às fábricas teve como objetivo conhecer melhor a realidade dos produtores locais e os principais pontos de dificuldades encontrados por eles no processo produtivo. Em julho deste ano, a Semad firmou acordo com os polvilheiros para as ações do Fapa. Um dos objetivos do acordo celebrado com o setor é adequar os procedimentos para disposição da manipueira, líquido que é extraído da mandioca quando ela é

processada para a fabricação do polvilho, e que pode gerar danos ambientais aos recursos hídricos e ao solo quando lançado nesses meios de forma inadequada.

A visita buscou uma aproximação ainda maior do poder público com o setor. O superintendente Flávio Aquino ainda destacou que a visita auxiliará nos próximos passos do Fapa. Também tiveram início os workshops com os produtores de polvilho e sindicatos da região contemplada para orientação quanto à regularidade ambiental e adequações necessárias. Nessa primeira edição, a orientação é voltada à atuação dos polvilheiros do Sul de Minas, com as duas primeiras palestras realizadas na cidade de Conceição dos Ouros. A programação aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de setembro e 1º de outubro, com as atividades divididas entre Conceição dos Ouros e Cachoeira de Minas. O evento contou com painéis voltados para temas como o cooperativismo, águas subterrâneas, regularização ambiental, fiscalização, gestão ambiental dos empreendimentos e disposição adequada da manipueira, líquido extraído da mandioca no processo de fabricação do polvilho.



Os programas de fiscalização preventiva promovidos pela Semad buscam orientar o setor produtivo com relação às melhores práticas ambientais



Nova política ambiental reduz desmatamento e incentiva desenvolvimento sustentável no Pará

A estratégia do Governo do Estado de combate aos crimes ambientais, incentivo ao setor produtivo rural e regularização fundiária diminuiu a degradação florestal pela metade nos três primeiros meses.

Com o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o Pará está vencendo a guerra contra a degradação ao meio ambiente. De acordo com dados gerados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o setor de monitoramento da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), avalia que o desmatamento ilegal no Estado já acumula 50% de queda nos meses de julho a setembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2019. Este avanço na área ambiental é acompanhado por outros índices do desenvolvimento sustentável no Estado, como a ampliação nas análises de Cadastro Ambiental Rural (CAR). Outra conquista é na regularização fundiária: em novembro, o governo estadual vai entregar 50 títulos de terra, acompanhados de CAR, e linhas de crédito rural.

Estes avanços são fruto das diversas frentes de trabalho do Plano Estadual Amazônia Agora. Cada um dos quatro pilares que sustentam a macroestratégia atua em uma área específica. O Eixo de Comando e Controle combate os crimes ambientais, a Política Territórios Sustentáveis garante apoio à produção pecuária e agro-florestal, o Programa Regulariza Pará amplia a regularização ambiental por meio do cadastro direcionado a pequenos agricultores e o Fundo Amazônia Oriental terá como meta a captação de recursos de investidores do setor privado para aplicação em investimentos de baixo carbono.

As ações contra os crimes ambientais



como desmatamento, queimadas e garimpos ilegais são levadas a campo pela Operação Amazônia Viva, coordenada pela Força Estadual de Combate ao Desmatamento, uma das frentes do Eixo de Comando e Controle. As operações da Amazônia Viva começaram a ser efetuadas em junho passado e os resultados foram constatados logo no mês seguinte: em julho, houve uma diminuição em 14% do índice de desmatamento. A maior redução foi alcançada em agosto, com uma queda em 30% da degradação ambiental no Estado. Após um histórico exclusivo de crescimento no desmatamento, 2020 já apresenta redução em 8% em comparação ao ano passado.

Quatro operações (ou fases) da Amazônia Viva já foram realizadas e uma quinta está em pleno andamento. A ação também é responsável por uma queda nos alertas de desmatamento durante as operações. Na segunda fase da operação, houve queda de 7% em relação ao índice anterior; na fase seguinte, a redução nos alertas de desmatamento pulou para 62%. Mais de 60% do território paraense é

composto por áreas federais, nas quais as ações de repressão e proteção à floresta são de responsabilidade do Governo Federal. Estes índices de redução nos alertas de desmatamento são relativos a todo o Estado. Quando é feita a análise apenas das áreas que estão sob responsabilidade do governo estadual, o percentual é ainda maior: redução em 27% durante a segunda fase e de 63% na terceira.

Em suas quatro fases, a Operação Amazônia Viva já embargou 120.841,47 hectares em áreas em que flagrou desmatamento ilegal. Como resultado do embargo, o responsável fica impedido de desenvolver qualquer atividade no local. Nas quatro operações foram apreendidos 4.453,76 m³ de madeira extraída de forma ilegal, 125 motosserras que eram utilizadas na derrubada de árvores, 34 tratores / carregadeiras / escavadeiras usados no desmatamento ilegal, 75 armas de fogo e 243 munições. Além disso, 30 pessoas foram detidas, 24 acampamentos foram destruídos e quatro garimpos ilegais foram interditados.



Graças às ações de repressão a crimes ambientais do PEAA, o segundo semestre de 2020 já apresenta significativa redução em relação aos alertas de desmatamento, em comparação ao mesmo período do ano passado, com 2.407,68 km². Uma redução de 25,63% em relação aos 3.237,48 km² de 2019. Em relação a focos de queimada, gráfico elaborado pela Coordenadoria de Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas (Comuc) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), a partir de dados fornecidos pelo Inpe, demonstram que o mês de outubro deste ano registra uma queda em 22,55% em relação à média da série histórica do Estado.

O Governo do Pará sabe que utilizar apenas o braço forte da repressão não resolve os problemas ambientais históricos da Amazônia paraense. Por isso, a macroestratégia do PEAA, tem como importantes ferramentas, a regularização fundiária e ambiental e todo o aparato de apoio técnico e financeiro ao setor produtivo no ambiente rural. Essas iniciativas fazem

parte do pilar, intitulado “Territórios Sustentáveis” (TS).

O “Territórios Sustentáveis” iniciou os trabalhos de campo em agosto de 2020, com uma ampla mobilização das comunidades rurais na área determinada para receber o projeto piloto, a PA-279, na região do Araguaia.

Na fase inicial, as 675 vagas disponibilizadas, atendem aos produtores rurais dos municípios de Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã e Água Azul do Norte. A região foi escolhida, por apresentar grande incidência de crimes ambientais e conflitos agrários.

Atualmente o trabalho de inscrição está na reta final e as equipes do TS se concentram em analisar esses cadastros, para fazer as adesões efetivas dos produtores rurais ao projeto. As primeiras análises já estão prontas e o programa deve iniciar a fase prática de serviços no final no mês de Novembro. Nesse período, as secretarias e órgãos ambientais do Governo do Estado, que fazem parte do TS, irão a campo

novamente para entregar os primeiros 50 títulos de terra, 40 adesões ao programa, que vem acompanhadas dos diagnósticos das propriedades, dos cadastros ambientais rurais e os projetos para recuperação de áreas degradadas.

“Essa é uma fase muito importante, na qual nós vamos iniciar a parte prática do Territórios Sustentáveis junto aos produtores rurais, com os diagnósticos das propriedades, a regularização dos documentos que permitem acesso a crédito e ao apoio técnico para potencializar a produção. Um novo caminho, mais sustentável, para cada homem do campo e para o Estado do Pará”, ressalta o Coordenador do TS e Secretário Adjunto da Semas, Raul Protázio.

Um dos maiores interesses dos produtores rurais que procuram o Programa é a regularização fundiária, feita pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), que bateu um recorde dentro do Territórios Sustentáveis, fazendo o georeferenciamento de 50 lotes em 15 dias, quando a média histórica do órgão era de 22 lotes em 30 dias, o que vai resultar nas 50 entregas dos títulos de terra, ainda em Novembro de 2020. Com isso, o Governo do Estado do Pará mostra que é possível fazer regularização fundiária de forma eficiente, segura e com respeito ao meio ambiente.

Um novo caminho, mais sustentável, para cada homem do campo e para o Estado do Pará”, ressalta o Coordenador do TS e Secretário Adjunto da Semas, Raul Protázio.



“Dessa maneira o Estado, quer mostrar que não atua apenas na repressão aos crimes ambientais e sim, como um incentivador para aqueles que querem produzir mais e manter boas práticas ambientais. A idéia é mudar a cultura do desmatamento, ajudando inclusive aqueles que desmataram, mas que hoje querem trabalhar da maneira correta, recuperando áreas degradadas e conseguindo a regularização documental dessas terras”, enfatiza o titular da Semas, Mauro O’de Almeida.

Regularização Fundiária e Ambiental A estratégia de atuação para regularização fundiária e ambiental é trabalhada em outro importante Eixo do Plano Estadual Amazônia Agora, o projeto Regulariza Pará, que envolve a Semas, o Iterpa e a Emater, com o objetivo de ordenar o território paraense levando em consideração também as questões sócio-ambientais. Um desafio para um Estado gigantesco, com mais de 60% do território formado por terras federais.

Avanços importantes já foram feitos

nesse sentido, como o pioneirismo do Pará na municipalização do CAR, que hoje, já capacitou técnicos e gestores de 18 cidades do interior, hoje, aptas a fazer os cadastros rurais e avança também nas análises dos cadastros. O Programa Regulariza Pará, fez 2.500 análises de Cadastro Ambiental Rural (CAR) no mês de setembro, resultado histórico para o Estado, que em todo o ano de 2018, por exemplo, fez cerca de 1.500 análises. O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Apenas após análise e validação do CAR é possível eliminar as sobreposições entre dois ou mais cadastros. “Atualmente, são mais de 230 mil cadastros inscritos na base do Sicar/PA que precisam ser analisados. No ritmo anterior, de 1500 análises/ano, levaríamos cerca de 150 anos para analisar todos eles. Com as

medidas implementadas por esta gestão, já alcançamos mais de 2500 análises/mês. É um avanço grandioso e vamos avançar ainda mais”, explica o Secretário Adjunto da Semas e Coordenador do Regulariza Pará, Rodolpho Zahluth Bastos.

Na prática, essas análises dos cadastros possibilita ao Estado, cancelar aqueles que declaram propriedade em áreas sobrepostas às terras indígenas, fazer a regularização de áreas que são territórios coletivos e avançar no número de licenciamentos para atividades produtivas rurais. “Com as informações das propriedades validadas, nós temos um panorama produtivo e ambiental do Estado, que nos possibilita agir no monitoramento, no planejamento de ações de preservação da floresta e incentivo à produção. Por isso, o Regulariza Pará, tem um papel estratégico dentro do Plano Estadual Amazônia Agora”, conclui o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O’de Almeida. [ura.com.br](http://www.ura.com.br) e com respeito ao meio ambiente.

Sudema desenvolve projeto para recuperação de nascentes



Projeto de recuperação de nascentes do Rio Paraíba deve ter início em 2021

A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), autarquia estadual da Paraíba, espera dar início, em 2021, a seu projeto de recuperação das nascentes do Rio Paraíba. A iniciativa, até então prevista para este ano, precisou ser adiada em razão da atual pandemia do novo coronavírus.

As ações se darão através de compensação ambiental, exigência feita pelo órgão a empresas que desenvolvam atividades que impliquem em supressão ambiental no estado.

“Percebemos a possibilidade de usar essa compensação na recuperação das nascentes do rio. Ele está com a vazão pequena e a região possui um índice pluviométrico anual de, aproximadamente, 600mm. Recuperando as nascentes, podemos até pensar em diminuir o volume que temos recebido do São Francisco, que é uma água mais cara”, explicou o diretor superintendente da Sudema,

Marcelo Cavalcanti de Albuquerque. O Rio Paraíba, com nascente no Cariri paraibano, corta 26 municípios do estado.

Ao longo do ano, foram feitas visitas técnicas a 13 nascentes da Bacia do Rio Paraíba, em cidades como Monteiro, São Domingos do Cariri e São Sebastião do Umbuzeiro. Nas visitas, as equipes identificaram os locais onde o projeto deve ser implantado e conversaram com proprietários de terras e moradores do entorno.

Para desenvolver o projeto, a Sudema está contando com o apoio técnico das universidades federais do estado, bem como da Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), em um trabalho conjunto.

“Estamos apoiando na parte científica, definindo como o projeto pode ser desenvolvido e por meio de um

acompanhamento ao longo do tempo”, comentou o professor Eduardo Viana, do Departamento de Geociências da UFPB.

O professor Bartolomeu Israel de Souza, também do Departamento de Geociências da UFPB, contou que as nascentes se encontram em um estado de profunda deterioração. Algumas, inclusive, já se encontram secas.

“Os principais problemas que afetam as nascentes são a retirada da cobertura vegetal. Isso faz com que sua recuperação seja ainda mais urgente. O reflorestamento, a ser desenvolvido posteriormente, é fundamental para que elas continuem exercendo seu papel”, comentou.

Ainda segundo o professor, o processo de recuperação deve ser realizado a partir de técnicas simples, que poderão ser feitas pelos próprios produtores.

Produtores locais poderão manter suas atividades

Segundo o diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da UFCG, o professor Hugo Morais de Alcântara, as próximas visitas técnicas servirão para dar início a um trabalho de conscientização junto aos produtores rurais. “É importante mostrar que eles podem continuar com suas atividades, mantendo a renda deles, sem degradar o meio ambiente, com sistemas de irrigação mais eficientes para se reduzir o consumo de água e

usando uma quantidade menor de insumos”, declarou.

No espaço, os produtores locais investem também no cultivo de feijão, milho e hortaliças, além da pecuária, com a criação de caprinos e ovinos. “Em razão da pecuária, eles precisam produzir capim e, por isso, removem a cobertura vegetal. Queremos mostrar que eles podem continuar com essa atividade de forma sustentável, respeitando a legislação”, finalizou.



Vista aerofotogramétrica de olho d'água no município de Monteiro/PB

Sudema visitou laboratório da UFCG em Sumé

Em dezembro de 2019, técnicos da Sudema estiveram no Campus Sumé da UFCG para visitar os laboratórios de campo do CDSA com o objetivo de conhecer os estudos da instituição acerca dos métodos de recuperação de vegetação. Na ocasião, também estiveram no local representantes da UFPB e da SEIRHMA.

“A bacia do rio apresenta perdas significativas de vegetação e seus cursos estão bem degradados. Há

perda dos recursos naturais, dos componentes biológicos, do volume e da diversidade aquática. É preciso entender as características daquele sistema para que se possa devolver os recursos bióticos do rio”, resumiu a professora Aleksandra Vieira de Lacerda, coordenadora do Laboratório de Ecologia e Botânica (LAEB/CDSA/UFCG) e líder do grupo de pesquisa Conservação Ecosistêmica e Recuperação de Áreas Degradadas no Semiárido.



Ações de recuperação se darão através de compensação ambiental

Pesquisas foram intensificadas durante a pandemia

Desde o mês de março, em razão da pandemia do novo coronavírus, o projeto de intervenção nas nascentes do Rio Paraíba precisou ser replanejado. No âmbito do CDSA, as atividades se voltaram à pesquisa, tendo em vista que não será possível, neste momento, estabelecer um contato direto com os atores sociais.

“No final deste ano, teremos a defesa de três dissertações que trabalharam no monitoramento da dinâmica das comunidades biológicas e matas siliares. Esse tipo de pesquisa serve para subsidiar as estratégias de intervenção para recuperação de

áreas degradadas”, pontuou Aleksandra, destacando que outros dois novos alunos de pós-graduação da instituição de ensino irão integrar este eixo de pesquisa.

Em paralelo, a UFCG está intensificando seu trabalho de coleta para avançar com seu banco de sementes.

“O banco de sementes é fundamental para realizar a produção vegetal e atender o projeto de recuperação de áreas degradadas. Pensando nisso, estamos ampliando nossos pontos de coleta como forma de fortalecer essas estratégias”, finalizou.

“No final deste ano, teremos a defesa de três dissertações que trabalharam no monitoramento da dinâmica das comunidades biológicas e matas siliares. Esse tipo de pesquisa serve para subsidiar as estratégias de intervenção para recuperação de áreas degradadas”, pontuou Aleksandra



Paraná

Paraná ocupa 3ª colocação em ranking de sustentabilidade ambiental

O Ranking de Competitividade dos Estados, publicado pelo Centro de Liderança Pública, definiu o Paraná como 4º colocado geral. O estudo leva em consideração 10 pilares com 69 indicadores individuais.

O Paraná ocupa o 3º lugar no quesito Sustentabilidade Ambiental, atrás apenas do Distrito Federal e São Paulo. A classificação é do Centro de Liderança Pública (CLP), que realiza um levantamento anual sobre a competitividade dos Estados brasileiros. No ranking, o Paraná ocupa a 4ª colocação geral.

A pesquisa tem por finalidade pautar a atuação dos líderes públicos no país e estimular a otimização da competitividade entre os Estados, bem como estabelecer prioridades de gestão para o funcionalismo público. As colocações finais são resultado da análise de 10 pilares, separados, por sua vez, em 69 indicadores de abrangência nacional e atualização anual.

Para a composição do pilar de Sustentabilidade Ambiental, foram analisados os indicadores de emissão de CO2, destinação do lixo, serviços urbanos, tratamento de esgoto e perda de água.

“Essa classificação de Sustentabilidade Ambiental é a confirmação de que estamos no caminho certo e promovendo ações que refletem na vida dos paranaenses”, declara o Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), Márcio Nunes.

De acordo com o Secretário, programas como o de gestão de resíduos sólidos, Rio Vivo, Descomplica Rural, Paraná Mais Verde e outros desenvolvidos pela Sedest, têm se mostrado importantes ferramentas não apenas para o cidadão, mas, também, para o meio ambiente.



Gestão ambiental nas Unidades de Conservação

Com mais de 1,2 milhão de hectares de área preservada e 71 Unidades de Conservação (UC's), o Estado é o 6º do país em quantidade de UC's. O trabalho desenvolvido dentro de uma Unidade de Conservação tem o objetivo de proteger extensões dos biomas de Mata Atlântica, Cerrado e Marinho.

Para garantir o funcionamento e a execução da tarefa de preservar o meio ambiente, o Instituto Água e Terra (IAT), vinculado à Sedest, é o órgão responsável por realizar estudos e trâmites necessários para definir as áreas destas Unidades de Conservação. O órgão também é responsável pela gestão da flora e fauna silvestre e define as políticas de compensação ambiental no Estado.

Somente para este ano, estão planejadas contratações de 17 Planos de Manejo para otimizar a gestão, o controle e os recursos de UC's. O documento se assemelha a um manual do usuário para definir quais atividades são permitidas nas áreas abrangidas, qual é a extensão da

unidade, como devem ser destinados os investimentos, entre outras determinações.

A elaboração destes documentos ocorre por meio de parceria do IAT com empresas de gestão ambiental (responsáveis por elaborar os estudos durante o processo), prefeituras municipais e a sociedade que vive no entorno das Unidades.

Dessa maneira, todas as instâncias são contempladas, ouvidas e consideradas na versão final de um Plano de Manejo, para que a conservação ambiental ocorra da forma mais benéfica possível a cada uma das partes envolvidas.

“Temos Unidades de Conservação que têm prioridades diferentes em relação às necessidades ambientais, sociais e econômicas. Os Planos de Manejo são ferramentas que demonstram as necessidades das áreas, para que seja possível manejar recursos de forma mais eficiente para cada uma delas”, explica o diretor de Patrimônio Natural do IAT, Rafael Andreguetto.



Governo de Pernambuco investe em projetos de sustentabilidade com participação popular

O Estado de Pernambuco possui 86 unidades de conservação (UCs), sob a administração da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Para fortalecer a educação ambiental e melhorar a participação social nessas áreas, o Governo do Estado, por meio da CPRH, vem trabalhando na formação de agentes populares em educação ambiental. As ações estão sendo desenvolvidas em cinco unidades de conservação, localizadas em diferentes regiões de Pernambuco: na Região Metropolitana do Recife (RMR), na Mata (Sul e Norte) e no Sertão do Pajeú, com recursos na ordem de R\$ 1,2 milhão, provenientes da compensação ambiental.

“Essa rede colaborativa é fruto de muito trabalho e do envolvimento de muitas parcerias. As ações de educação ambiental são estratégicas para as interações dialógicas que levam à construção e ao fortalecimento de conhecimentos e das competências sobre o meio ambiente. E sabemos que a interação com as comunidades, assim como com outros segmentos sociais, é de suma importância para a gestão das UCs”, explicou o diretor presidente da CPRH, Djalma Paes. O processo de maior aproximação e interação da CPRH com as comunidades das UCs e do entorno acontece por meio da realização de ações educativas. Executado por meio do Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan) da Associação Águas

do Nordeste (ANE), o projeto de formação dos agentes populares em educação ambiental contempla cinco unidades de conservação: Estação Ecológica de Caetés e Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (na Região Metropolitana do Recife), Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (Litoral Sul), Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz (Litoral Norte) e Parque Estadual da Pimenteira (Sertão). As instituições desenvolvedoras concorreram ao edital de chamamento público para seleção de projetos com foco em educação ambiental para unidades de conservação, lançado pela CPRH em 2016, com início de execução no ano seguinte.



A Formação dos Agentes Populares em Educação Ambiental

Nesta linha de ação de formação dos agentes populares em educação ambiental foram envolvidos diversos setores representativos das comunidades locais e do entorno das unidades de conservação: gestores públicos, representantes dos Conselhos Gestor das UCs, lideranças comunitárias, professores e outros representantes de setores estratégicos da sociedade.

Para participar do curso, os interessados precisaram atender a alguns requisitos básicos, como residir no entorno de uma unidade de conservação, ser comprometido com as questões ambientais e com a unidade de conservação, ter a capacidade de identificar e construir, de forma crítica, soluções para os problemas socioambientais, além de colaborar com o processo de gestão participativa. Assim, foram selecionadas 50 pessoas, em cada uma das cinco unidades participantes do projeto. O curso foi realizado em duas etapas: formação - com aulas teóricas sobre temas relacionados com a biodiversidade, serviços ambientais, gestão e legislação ambiental - e intervenção - quando os participantes colocam em prática as ações que foram planejadas na fase da formação. Uma das exigências da CPRH para os executores do projeto foi a elaboração de materiais didáticos com conteúdos adaptados às características dos participantes e adequados ao contexto das UCs. O material produzido está disponível no portal da CPRH (www.cprh.pe.gov.br).

As atividades educativas com a proposta lúdica do "aprender brincando" suscitaram a criação e a encenação de peças teatrais, sessões de contação de histórias, poemas, gincanas e jogos ambientais. Em todas as etapas do curso foram adotadas metodologias participativas, que propiciaram o máximo de intercâmbio entre as instituições responsáveis pelo projeto, os participantes e a comunidade

Atividade de campo na Mata da Pimenteira



Descobrimo as riquezas e as belezas da Estação Ecológica de Caetés



local do entorno das unidades de conservação, sempre com o acompanhamento de equipes da CPRH. Ao concluírem o curso, a proposta é que os agentes, voluntariamente, desenvolvam ações multiplicadoras de práticas sustentáveis e de educação ambiental, realizando ações com o sentimento de pertencimento, voltadas para a proteção da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. "Depois deste curso vou olhar para a mata e para a natureza com outros olhos. Esse foi o primeiro passo de muitos que estão por vir", revelou o professor Salomão da Silva Ferreira, 61, que participou da capacitação realizada na APA de Santa Cruz. Ele ressaltou a necessidade do homem em preservar a natureza e de como a formação de agentes populares ambientais transforma as pessoas. "Sentir a natureza é pensar a vida. A terra é nossa mãe que nos dá tudo e não pede nada em troca, nos presenteia com a vida. A natureza é a gente, o mal do ser humano é pensar no hoje, explorar de forma errada e não proteger", avaliou.

Para o gerente da Unidade de Gestão das Unidades de Conservação (UGUC) da CPRH, Gleydson Castelo Branco, o resultado esperado é que haja mais participação na gestão das unidades de conservação: "a gestão participativa traz ganhos para todos. Esperamos que os resultados positivos do projeto possam ser replicados em outras unidades de conservação, não só de Pernambuco, mas de outros Estados",

comentou. O Curso de Formação de Agentes Populares Ambientais na Estação Ecológica de Caetés (Abreu e Lima) e no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú (Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Moreno), está na segunda fase de execução. A formação, nessas duas UCs, está sendo realizada pela Associação Águas do Nordeste (Ane). No Parque Estadual Mata da Pimenteira (Serra Talhada) e nas Áreas de Proteção Ambiental de Guadalupe (Tamandaré, Rio Formoso, Barreiros e Sirinhaém) e de Santa Cruz (nos municípios de Goiana, Itamaracá e Itapissuma), onde a Capanatuou, os projetos foram desenvolvidos até o ano de 2019, com ações que trouxeram contribuições importantes para a gestão das UCs, pois se constata a ampliação do envolvimento das pessoas nas áreas protegidas. O principal ganho foi a formação de 150 agentes ambientais multiplicadores de práticas sustentáveis e de Educação Ambiental. "Pessoas que moram no entorno da UC descobriram o valor da Mata da Pimenteira. Têm outro olhar para a área e, mais que isto, elas envolvem outras pessoas e são nossas parceiras nas atividades que realizamos na unidade. Hoje, essas pessoas têm o sentimento de pertencimento em relação à Mata", comemorou o gestor do Parque, Rodrigo Ferraz. Como resultado da formação na Apa de Guadalupe, os agentes populares criaram a organização não governamental Eco Educar, com atuação nos municípios que compõem a Apa.



Piauí

Secretaria de Meio Ambiente do Piauí trabalha na estruturação das Unidades de Conservação

Programa prevê a integração turística e ambiental em todo o estado

O Piauí é um estado com variações ecológicas que formam zonas biogeográficas distintas: cerrado, caatinga, mata de cocais e manguezais. Além disso, o Piauí guarda um dos principais patrimônios naturais do mundo, que é a Serra da Capivara, com importantes sítios arqueológicos. Na região litorânea, os visitantes podem conhecer o Delta do Parnaíba, a única formação existente nas Américas.

Esta variedade de biomas reflete a enorme riqueza da flora e da fauna do Piauí - um estado com belezas naturais preservadas e paisagens que incluem praias, cânions, serras e sítios arqueológicos pronto para encantar, aliados, ainda a um pôr do sol incrível.

O Piauí possui, atualmente, 12,41% do seu território protegido por Unidades de Conservação (UC's). Ao todo, são 29 unidades de conservação - 13 de gestão estadual e 16 de gestão federal - incluídas nos grupos de Proteção Integral e Uso Sustentável, que ocupam uma área de 3.165.976,04 hectares.

A primeira Unidade de Conservação do Piauí foi criada no ano de 1997. O Parque Ecológico Cachoeira do Urubu fica localizado a 180 km da capital, Teresina, próximos aos municípios de Batalha e Esperantina. Entre as UC's mais recentes, criadas em 2019, estão o Parque Estadual da Serra do Santo Antônio, no município de Campo Maior, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Lagoa do Portinho, no litoral e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Nazaré localizada entre os municípios de Nazaré e São Francisco do Piauí.



Fauna e flora nativa no Parque Serra da Capivara



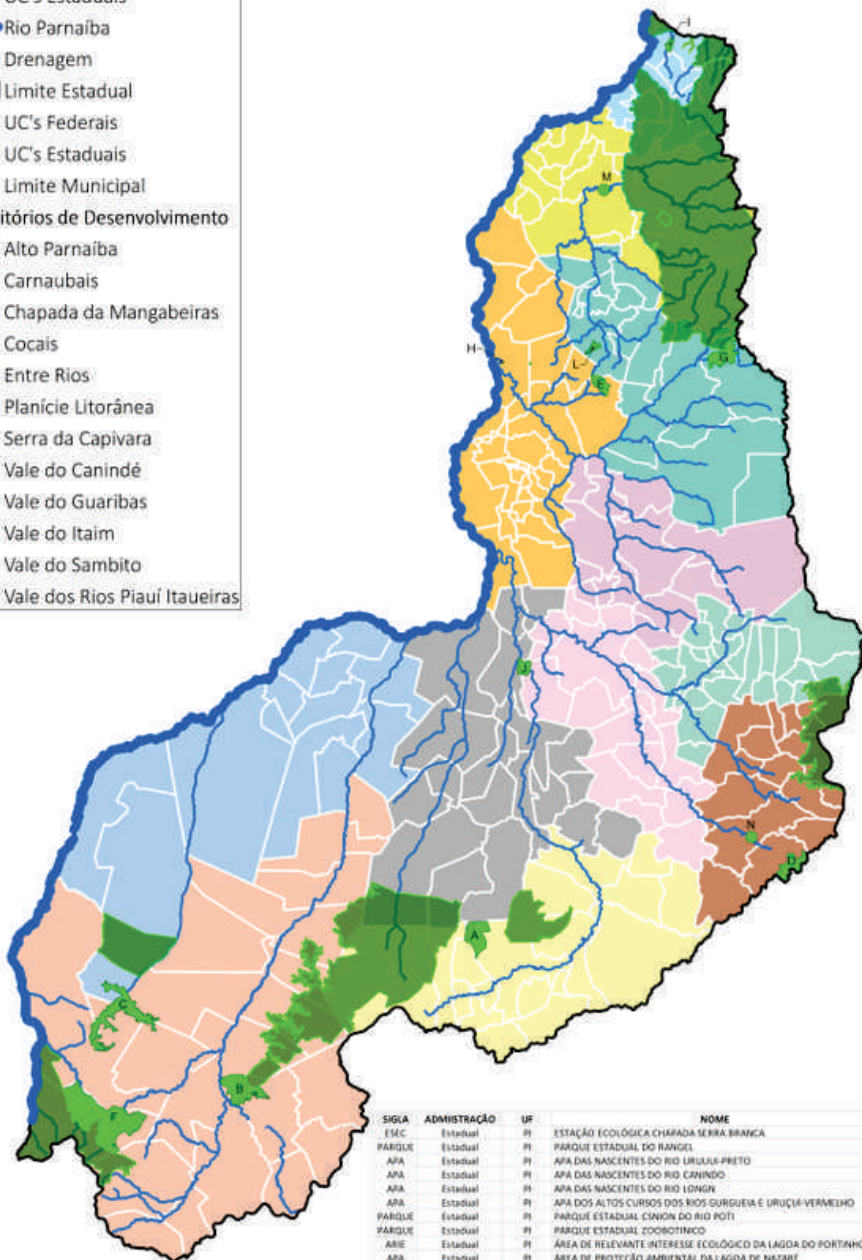
Paredão rochoso no Parque Serra da Capivara



Lagoa do Portinho

Unidades de conservação estaduais mais recentes

Mapa Território Desenvolvimento



SIGLA	ADMINISTRAÇÃO	UF	NOME	COORD
ESEC	Estadual	PI	ESTACÃO ECOLÓGICA CHAPADA SERRA BRANCA	A
PARQUE	Estadual	PI	PARQUE ESTADUAL DO RANGEL	B
APA	Estadual	PI	APA DAS NASCENTES DO RIO URUBU-PRETO	C
APA	Estadual	PI	APA DAS NASCENTES DO RIO CANINDÉ	D
APA	Estadual	PI	APA DAS NASCENTES DO RIO LONGIN	E
APA	Estadual	PI	APA DOS ALTOS CURSOS DOS RIOS GURGUÊIA E URUÇU-VERMELHO	F
PARQUE	Estadual	PI	PARQUE ESTADUAL SINON DO RIO POTI	G
PARQUE	Estadual	PI	PARQUE ESTADUAL ZOOMBOTNICO	H
ARIE	Estadual	PI	ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DA LAGOA DO PORTINHO	I
APA	Estadual	PI	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DE NAZARÉ	J
PARQUE	Estadual	PI	PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO SANTO ANTÔNIO	L
APA	Estadual	PI	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA CACHOEIRA DO URUBU	M
APA	Estadual	PI	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE INGAZEIRAS	N

Parque Estadual da Serra do Santo Antônio situado no Complexo Vegetacional de Campo Maior, totalizando uma área aproximada de 3.664,03 hectares. A região é marcada por grande diversidade de ecossistemas resultante dos contatos entre diferentes tipologias vegetais, destacando-se a presença de muitas áreas de enclave e de tensão ecológica de elevada relevância biológica e paisagística, apresentando-se ecossistemas naturais de grande relevância ecológica.

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Lagoa do Portinho, fica localizada nos municípios de Parnaíba e Luís Correia com características naturais extraordinárias, abrigando exemplares raros da biota regional. A área de pequena extensão, tem pouca ou nenhuma ocupação humana, totalizando uma área aproximada de 3.731,7916 hectares.

Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Nazaré, localizado entre os municípios de Nazaré do Piauí e São Francisco do Piauí, tem uma área aproximada de 9.279,8288 hectares. A importância ecológica desta área se dá por ter domínio vegetacional singular, apresentando ampla variação geomorfológicas e de flora, sendo ainda, local de reprodução de muitas espécies.

A demarcação destas novas unidades de conservação reforça uma convicção do Governo do Piauí: áreas protegidas são motores para o desenvolvimento econômico.

“O desenvolvimento do Piauí vem através dos nossos recursos naturais, da nossa diversidade de biomas. Temos o Parque Nacional Serra da Capivara, que é uma das unidades de conservação mais bem administradas do Brasil, nossas áreas preservadas são de uma beleza cênica marcante. Temos a maior área de caatinga preservada e

pautamos o crescimento do nosso turismo focado nos nossos recursos naturais, que é o que temos de mais valioso”, afirma a governador Wellington Dias.

O desafio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar) é, portanto, fazer os planos de manejo e estruturar as unidades conservando a biodiversidade, os patrimônios naturais, históricos e culturais, mas também fazendo com que haja impactos econômicos positivos para as pessoas que moram dentro ou no entorno das áreas.

“Vislumbramos a importância natural e social da estruturação destas UCs. Os investimentos em conservação resultam em geração de empregos e renda. Muitas unidades estão localizadas em regiões rurais onde os impactos econômicos de visitantes geram fontes alternativas de renda para as comunidades locais”, ressalta a Secretária de Meio Ambiente, Sádía Castro.

Outro ponto considerado fundamental para a delimitação e estruturação de mais áreas protegidas são relacionados aos efeitos das mudanças climáticas, já que as unidades de conservação representam um grande estoque de carbono e mantêm o funcionamento do ecossistema, preservando polinizadores e os recursos hídricos.

“Nosso trabalho considera os contextos regionais que influenciam na vulnerabilidade e no planejamento de



ações de conservação. A Semar está atenta a necessidade de incluir as mudanças climáticas no planejamento governamental para essas áreas, buscando favorecer a conectividade entre as reservas, pois o ideal é ter corredores de áreas protegidas, onde um núcleo se conecta com outro, oferecendo uma proteção maior e expandindo o habitat das espécies” explica a Secretária de Meio Ambiente, Sádía Castro.

Além da biodiversidade, cabe destacar que muitas dessas áreas são povoadas por populações tradicionais, como ribeirinhos e produtores agrícolas e esse é um ponto especial de atenção, pois é preciso delinear o manejo e adaptação dessas populações frente às mudanças do clima, de modo que elas e seu modo de vida continuem existindo.

Uma unidade de conservação bem

estruturada presta um serviço econômico e ambiental para o estado pois promove o patrimônio natural e o desenvolvimento socioambiental. Por isso, essa ação conjunta das secretarias de meio ambiente e turismo é essencial para que sejam oferecidas uma infraestrutura básica com trilhas, banheiros, acampamentos e centro de visitantes.

“Nossa ideia é que elas sirvam como destinos recreativos para visitantes de todo o país. Em férias ou em passeios, os visitantes gastam nas comunidades de acesso aos parques e essas despesas geram e mantêm considerável atividade econômica nas comunidades de acesso às UCs”, afirma a Diretora de Parques e Florestas da Semar, Naila Fortes.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí está focada na viabilização dos planos de manejo, através de recursos de compensação ambiental. A partir disto será estabelecido o uso da área e a gestão dos recursos naturais para a implantação das estruturas e dos programas no entorno desses parques, garantindo a conservação de áreas inseridas em relevantes patrimônios naturais, com diversidade de fauna, flora e demais formas de vida - mas, também, sem esquecer das interações com os ambientes físicos nos quais estão inseridas, aliados, à manutenção do patrimônio histórico e cultural das comunidades presentes.



Ave no Parque Zoológico



Rio de Janeiro



Secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, no lançamento da primeira etapa do programa Florestas do Amanhã.

O maior programa de reflorestamento do Brasil

Pioneirismo do “Florestas do Amanhã” leva o Rio de Janeiro a ser o primeiro estado da federação a cumprir o Acordo de Paris

Conservar, recuperar e proteger o patrimônio natural e a biodiversidade são importantes desafios para o ser humano e o Brasil tem papel estratégico nesta missão. Com 59% do seu território coberto por florestas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país fica atrás apenas da Rússia. O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, possui 30% de sua área coberta por florestas naturais de acordo com o último levantamento do Ministério do Meio Ambiente, sendo todo o território fluminense inserido na Mata Atlântica, bioma reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio natural da humanidade.

Para fazer frente à mobilização nacional e mundial em torno da recuperação da biodiversidade, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) lançou este ano o programa “Florestas do Amanhã”. Por meio da iniciativa, o estado do Rio de Janeiro vai reflorestar 1,1 mil

hectares de Mata Atlântica com o plantio de 2,5 milhões de mudas de espécies endêmicas do bioma. Nesta fase serão abrangidas pelo programa 29 unidades de conservação administradas por municípios, pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) - órgão vinculado à Seas e ICMBio, além da região hidrográfica da Baía de Guanabara e outras áreas prioritárias espalhadas por todo o território fluminense.

O primeiro edital do programa contempla 544 hectares para o reflorestamento. Os municípios inicialmente beneficiados serão os localizados na Região da Bacia Hidrográfica V, na Baía de Guanabara: Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá, Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

O programa reafirma o compromisso do governo estadual do Rio de Janeiro com o meio ambiente e geração de emprego

para inúmeras famílias de diversos municípios. Mesmo em um período de grande desafio econômico, o estado do Rio tem olhado com responsabilidade para as questões ambientais em seu território com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável e econômico do estado no longo prazo e de maneira estruturante. Além da restauração de parte relevante da Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em diversidade do mundo e o segundo mais ameaçado de extinção, a iniciativa terá um grande impacto na economia do estado, pois vai gerar renda para a população por meio de 1.600 empregos diretos, apenas nessa primeira fase.

A iniciativa foi aprovada pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA) do Rio de Janeiro no dia 5 de junho de 2020, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Entre as instituições da CCA do Fundo da Mata Atlântica que analisaram e aprovaram o programa estão a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan),

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA). No dia 29 de outubro deste ano, o edital para o programa foi lançado em cerimônia realizada no Palácio Guanabara, sede do governo estadual.

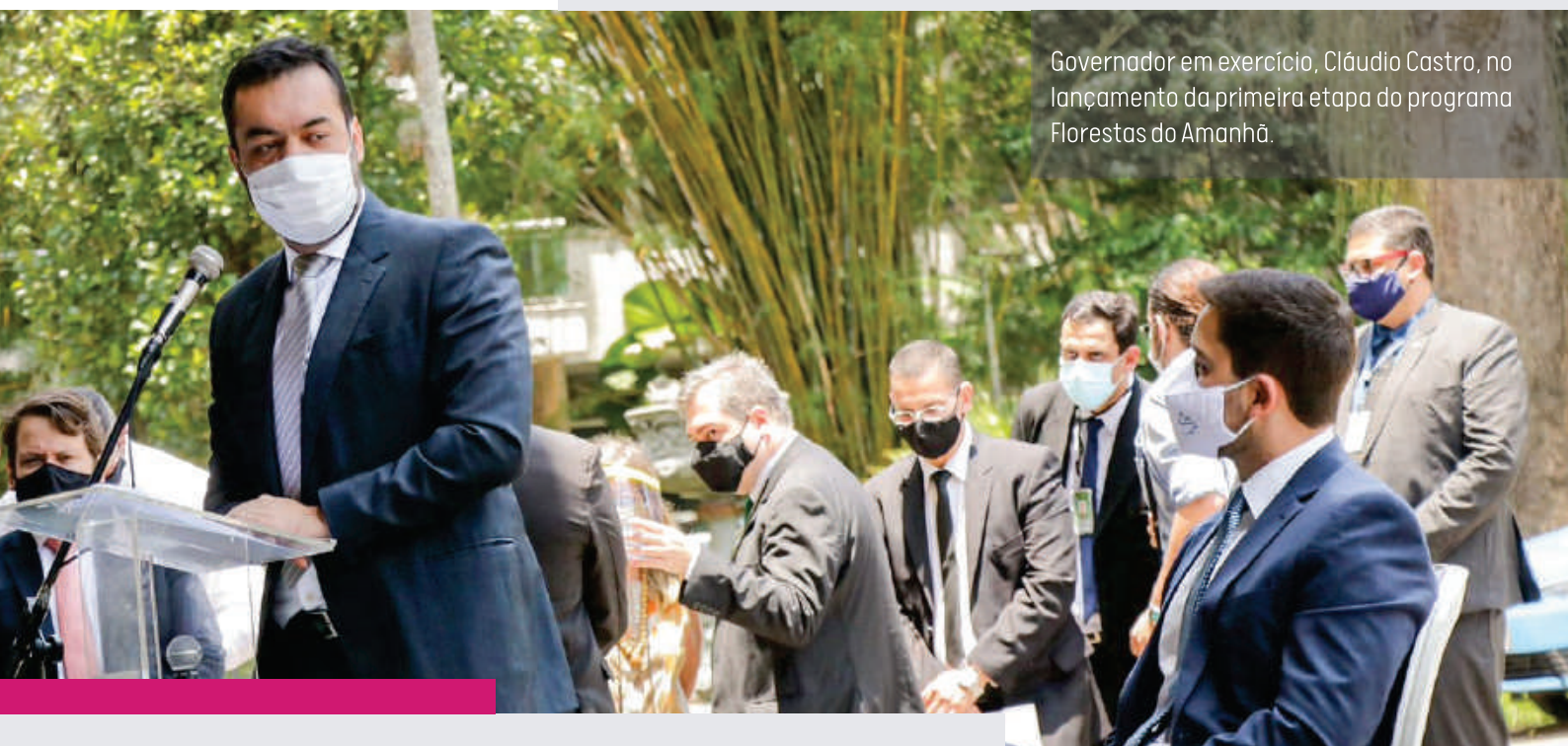
“Temos que aprender a unir o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Eles precisam ser complementares. Quando o Rio de Janeiro adere ao programa, sai na frente e assume uma pauta relevante. Não

adianta divulgarmos as riquezas ambientais e o setor turístico e não cuidar da natureza. Este programa nos orgulha muito.”, afirma o governador em exercício Cláudio Castro.

“Queremos que este programa leve a uma mudança de paradigma. Nosso objetivo é chegar a todas as regiões do estado, com parcerias para salvar a Mata Atlântica. Queremos um Rio mais verde. Reafirmamos, desta forma, o compromisso do Estado do Rio com o meio ambiente e promovemos também a geração de empregos para inúmeras famílias de diversos municípios”, explica o Secretário de Estado do Ambiente e

Sustentabilidade, Thiago Pampolha.

Para a realização do Florestas do Amanhã, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas) conta com recursos do Termo de Ajustamento de Contas (TAC), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) depositados no Fundo da Mata Atlântica e tem o IDG (Instituto de Desenvolvimento e Gestão), como gestor operacional do programa. Ricardo Piquet, presidente do IDG, expressa o desejo de “que este projeto possa ser levado para frente como um programa do estado por muitos anos e para uma área muito maior.”



Governador em exercício, Cláudio Castro, no lançamento da primeira etapa do programa Florestas do Amanhã.

Com o programa “Florestas do Amanhã”, o estado do Rio de Janeiro será o primeiro do Brasil a cumprir o Acordo de Paris, estabelecido com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes das mudanças climáticas. Assinado em 2015 pelos 195 países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima com o objetivo de se reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável, o Acordo de Paris prevê a redução da emissão de gases, justamente com o

plantio e recuperação do bioma Mata Atlântica, patrimônio natural da humanidade reconhecido pela UNESCO que abriga uma biodiversidade incrível.

Mais de 1.300 espécies de animais vertebrados já foram identificadas no bioma, que também é considerado um dos mais ameaçados no planeta. Dessas, aproximadamente 620 são espécies de aves, 200 de répteis, 280 de anfíbios e 260 de mamíferos, como a onça pintada e o mico-leão-dourado, atualmente ameaçados de extinção. Dentre as espécies identificadas, mais de 560 são consideradas endêmicas, ou seja, só

ocorrem na Mata Atlântica. Em 2018 a SEAS com apoio de diversos pesquisadores e colaboradores identificaram em seu território 884 espécies da flora endêmica. As riquezas naturais do estado do Rio de Janeiro sempre se destacaram a nível nacional e internacional, o que colocou o estado na vanguarda das políticas públicas ambientais. Em 1992, sediou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, e posteriormente, a Rio+20, que contou com a participação dos 193 Estados-membros da ONU e com milhares de participantes dos mais variados setores da sociedade civil.



O Programa Florestas do Amanhã faz parte da estratégia da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade de fomentar ações sustentáveis em nível regional, alinhadas com a integração entre a pasta e os municípios, apostando na parceria com as prefeituras para colocar em prática as políticas ambientais e alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o território fluminense.

Importante destacar o lançamento de plataformas digitais que buscam a celeridade, eficiência e transparência na gestão ambiental. Em setembro deste ano, o Observatório do ICMS Ecológico, plataforma inédita que reúne informações sobre boas práticas ambientais executadas pelos municípios, foi lançado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Por meio da nova plataforma, estará à disposição de gestores municipais e de toda a sociedade um conjunto de dados sobre o mecanismo financeiro e que permitirá às Secretarias Municipais de Meio Ambiente

realizarem pesquisas sobre o desempenho nos diferentes indicadores que compõem o ICMS Ecológico do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, a base de dados irá municiar o órgão ambiental do município, por meio de gráficos, relatórios e informações, na formulação de análises dos indicadores de acompanhamento do ICMS Ecológico, a fim de fortalecer as ações sustentáveis locais, aumentar a arrecadação dos municípios e, sobretudo, a proteção ao meio ambiente. Na ocasião do lançamento da plataforma digital, a pasta ambiental também homenageou os 15 primeiros municípios que se destacaram pelas ações ambientais realizadas em prol da proteção do patrimônio ambiental e da qualidade de vida da população.

Em outubro, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) lançou o Sistema de Gestão de Licenças Municipais do Estado do Rio de Janeiro, banco de dados referente ao licenciamento ambiental permitirá às prefeituras o acesso a uma gama de informações relevantes que

poderão ser usadas em pesquisas, monitoramento da qualidade ambiental, ações de fiscalização e de educação ambiental, além de uma série de atividades sustentáveis fundamentais para a população. Outra importante iniciativa foi a criação do portal *^GEOINEA*, uma plataforma que torna dados geoespaciais acessíveis aos município, facilitando a gestão ambiental em todo o estado.

A Secretária de Estado de Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro tem trabalhado incessantemente na construção de políticas públicas ambientais que aliam desenvolvimento econômico e sustentável. Uma agenda que precisa ser constantemente discutidas e institucionalizadas. A responsabilidade com o meio ambiente é de todos, é compartilhada: governos, sociedade civil organizada e empresas. Juntos, vamos fazer a nossa parte e garantir o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro.



Licenciamento Ambiental Eletrônico moderniza processos no Rio Grande do Norte

Atualmente, o empreendedor que necessita do licenciamento ambiental em solos potiguares pode iniciar o processo de forma totalmente virtual.



Aquisição de um novo servidor possibilitou a implantação do Novo SISLIA

Agilizar trâmites processuais, reduzir burocracia e economizar com despesas são algumas das vantagens que proporciona a nova formatação do Sistema de Licenciamento Ambiental Eletrônico (SISLIA). Com o objetivo de fortalecer o Licenciamento do Estado do Rio Grande do Norte e permitir a legalização ambiental das empresas, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - Idema otimizou a ferramenta para que o Sistema alcance todas as atividades, autorizações, certidões e licenças ambientais.

Para a governadora Fátima Bezerra, é preciso pensar em formas de contribuir com a classe produtiva, além de ser um compromisso do Governo do RN, a modernização dos órgãos e secretarias

estaduais. "O Idema é um órgão estratégico e foi uma prioridade nossa suprir essa deficiência histórica de investimento neste órgão. Esse investimento permite não somente aos grandes empreendedores desburocratizar os processos, como também há o alcance para os pequenos, porque evita que as pessoas tenham que se deslocar de regiões mais afastadas da capital para iniciar o processo que até então só era feito presencialmente. Com a implantação da tecnologia, nós desburocratizamos e interiorizamos uma parte essencial no processo de investimento no setor produtivo", destacou.

A iniciativa faz parte do planejamento da atual administração e pôde ser

alcançada ainda no segundo ano da gestão. A ideia da diretoria do órgão é modernizar para gerar mais eficiência na prestação dos serviços e redução dos custos. Em janeiro deste ano, o Idema adquiriu um novo servidor de informática, o que permitiu manter o sistema de teletrabalho, quando surpreendidos pela pandemia. Como parte deste processo, o Instituto Ambiental aderiu também à Rede Giga da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cujas instalações da rede são em fibra ótica e possuem capacidade em decagiga, o que estabilizou a conexão de rede ultrarrápida e ampliou a capacidade da internet de 50 MB para fluxos com mais de 700 MB, tanto para upload como para download.

A abertura e acompanhamento dos processos administrativos de licenciamento ambiental, outros atos administrativos de viabilidade e/ou autorizativos passam a contar com essa importante ferramenta, que garante o requerimento, análise e conclusão do processo de maneira totalmente eletrônica e pode ser acessada de qualquer lugar através da internet. O SISLIA é acessado por meio do site: sistemas.idema.rn.gov.br/sislia.

Segundo o diretor geral do Idema, Leon Aguiar, a Lei do Licenciamento Ambiental, datada de 2013, estipulava a informatização do processo em prazo de três anos, entretanto, só se tinha feito a primeira fase para empreendimentos de menor porte. Agora, nesta gestão, a ferramenta atende a todos os tipos de empreendimentos, garantindo mais eficiência no licenciamento e mais agilidade para o órgão ambiental e o setor produtivo.

A equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Idema melhorou os fluxos, criando padronizações e com isso, simplificou as etapas iniciais do licenciamento. Além das funcionalidades novas implantadas no Sistema, a equipe integrou o SISLIA à plataforma Comunic@, para facilitar a experiência do usuário, onde o empreendedor ou seu representante pode trocar informações com o órgão em seus processos.

“Todas as atividades licenciadas pelo Idema se enquadram no SISLIA. Anteriormente, o Sistema atendia somente alguns tipos de modalidades simplificadas, mas com as mudanças que fizemos e os investimentos em tecnologia, é possível dar entrada em praticamente todos os processos que tramitam no Idema na atual versão do sistema. Quem deseja empreender no RN pode realizar o pedido de licença por meio do Sistema e dessa forma facilitar o acompanhamento das etapas do processo pelo interessado”, disse Aguiar.

O novo SISLIA possui diversos benefícios para os usuários, servidores e toda a sociedade. Entre as vantagens oferecidas estão a interação entre órgão ambiental e empreendedor, via sistema; comunicação integrada dos usuários do sistema com o órgão ambiental; a padronização e automatização das exigências; disponibilização automática da licença; a eliminação de pastas físicas; facilidade de acesso e acompanhamento das etapas do processo pelo solicitante.

Além dessas vantagens, o novo SISLIA é um sistema que possibilita mais transparência com o fornecimento de informações, promove a gestão de forma mais segura, análises simultâneas de processos e também gera economia para o órgão e empreendedor. Uma vez dado esse importante passo para o Licenciamento no Rio Grande do Norte, as mudanças são inúmeras e com benefícios a longo prazo para todos os setores.

Economia

O setor Financeiro do Idema realizou um levantamento ao final do mês de outubro de 2020, acerca de gastos que o órgão apresentou nos últimos meses, bem como uma estimativa de economia de materiais para o Estado. Um dado positivo relacionado ao formato eletrônico do licenciamento ambiental é a economia de papel, que anteriormente era utilizado em todas as etapas, desde a entrada do processo, na Central de Atendimento, até a emissão de uma licença ambiental. Segundo a coleta de dados, 32,9% de resmas de papel foram economizadas este ano no Idema, após a nova formatação do SISLIA. Outra informação relevante que o setor apresentou foi a redução de 73% dos custos com impressões. A substi-

tuição do papel branco por papel reciclado também é um fator importante a ser considerado. A redução do uso desses materiais representa, também, um benefício para o meio ambiente, com a economia de energia elétrica, cartuchos, selos, produzindo, consequentemente, menos resíduos sólidos no planeta.

Atrelado a isso, foram reduzidas as viagens necessárias de pessoas do interior do Estado para a capital Natal, onde fica a sede do órgão, ou mesmo na unidade do município de Mossoró. Isto porque, o empreendedor e a consultoria não precisam mais se deslocar para entregar ou buscar documentos, uma vez que, a licença é digital.



Leon Aguiar
Diretor-Geral do Idema

A possibilidade de dar entrada no processo e acompanhar o seu andamento, bem como todos os trâmites, é uma forma transparente do Estado atuar pensando em melhorias para o setor produtivo, tornando as etapas mais eficientes.

Para Silvania Magalhães, geóloga, formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e com mais de 25 anos de experiência em trabalhos junto ao meio ambiente, a ideia de utilizar o desenvolvimento sustentável é uma consciência vinda desde a época de universidade. Tal entendimento a fez percorrer uma trajetória de pesquisa, trabalhos em órgão ambiental e atualmente, como uma das sócias de CRN-Bio Consultoria Ambiental, possui vivência com as questões de

licenciamento ambiental em vários Estados do Nordeste.

“Com a utilização do Licenciamento Eletrônico - SISLIA, o Rio Grande do Norte demonstra um avanço considerável nesse segmento, considerando a praticidade da ferramenta, tendo em vista a análise, enquadramento e abertura dos processos de forma virtual. Podemos também citar o respeito ao meio ambiente com a aceitação de toda a documentação em PDF, evitando assim a impressão de vários documentos. Além das questões do licenciamento eletrônico e todos seus benefícios, é válido também ressaltar o bom atendimento do setor de Protocolo do órgão ambiental, tanto presencialmente como por via telefônica, chat e/ou e-mails. Parabéns ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio

Ambiente do Rio Grande do Norte - Idema pela iniciativa de modernização e excelentes resultados na utilização da ferramenta SISLIA”.

De acordo com o diretor geral do Idema, Leon Aguiar, o momento de pandemia, requer a responsabilidade com a saúde dos que frequentam o órgão, tanto dos empreendedores, colaboradores e seus familiares. Portanto, priorizar a abertura de processos de Licenciamento Ambiental, através da plataforma eletrônica, se tornou imprescindível. “Organizamos nossa Central de Atendimento, assim como os outros setores, para que o empreendedor não fosse prejudicado. A evolução do SISLIA chega para contribuir efetivamente com a classe produtiva e toda a sociedade”, completou o diretor.

SISLIA

O Sistema de Licenciamento Ambiental Eletrônico permite ao empreendedor realizar o licenciamento ambiental de forma virtual para os diversos tipos de licenças ambientais existentes. O empreendedor deve fornecer informações e anexar documentos digitais, os quais serão analisados a fim de verificar a conformidade da atividade com a legislação ambiental e a viabilidade ambiental do empreendimento.

Confira os tipos de procedimentos administrativos atualmente acessíveis via sistema:

Licença Simplificada (LS), Licença Simplificada Prévia (LSP), Licença Simplificada de Instalação e Operação (LSIO), Renovação de Licença Simplificada (RLS), Licença de Regularização de Operação (LRO), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO), Licença de Instalação e Operação (LIO), Renovação de Licença de Operação (RLO), Declaração de Inexigibilidade (INEX), Declaração de Dispensa de Licença (DL), Autorização Especial (AE), Autorização de Captura de Material Biológico (ACMB), Autorização para Uso do Fogo Controlado (AFOG), Certidão Negativa de Débitos Ambientais e Declaração de Tramitação Processual.



PASSO A PASSO

O SISLIA fica disponível no link sistemas.idema.rn.gov.br/sislia/, mas também pode ser acessado na página inicial do site www.idema.rn.gov.br. O interessado deve escolher o seu tipo de documento, baixar o checklist que contém as informações essenciais para abertura do processo, preencher, anexar a documentação solicitada pela Central de Atendimento do Idema para dar entrada em seu pedido. Todo o processo que antes era realizado presencialmente agora será feito de forma eletrônica. O empreendedor receberá avisos pela ferramenta Comunic@ até a sua finalização, por isso deverá manter sempre atualizado seus dados cadastrais como razão social, telefone, endereço e e-mail.



Rio Grande do Sul

Mudanças climáticas: RS atua em políticas públicas para reduzir emissão de gases de efeito estufa



Rio Grande do Sul trabalha em estudos que darão subsídios para desenvolver um plano de combate às mudanças climáticas.

O enfrentamento das mudanças climáticas é uma pauta de todos e, para a diminuição de seus impactos globais, é necessário pensar em iniciativas e criar políticas públicas eficientes. O assunto está no centro das ações desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) do Rio Grande do Sul, que aposta em alternativas que, por meio do desenvolvimento sustentável, garantam a preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações.

Uma das iniciativas foi estruturada em 2020 com a criação de um Grupo de

Trabalho (GT) que integra uma equipe técnica multidisciplinar de profissionais da Sema e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), vinculada à Secretaria. O principal objetivo é avaliar metodologias e pesquisas já existentes para qualificar as estimativas de emissões de gases de efeito estufa no Rio Grande do Sul. Os estudos darão subsídios para desenvolver um plano de combate às mudanças climáticas.

Por meio da parceria com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do

Observatório do Clima e do Centro Brasil no Clima (CBC), o GT vem reunindo informações e cruzando dados nacionais para identificar as atividades que mais emitem gases de efeito estufa no Estado. Até o momento, o mapeamento identificou os quatro setores da economia responsáveis pela maior parte das emissões em solo gaúcho, sendo eles: agropecuária, energia, resíduos e uso da terra e florestas.

Pelas estimativas previstas pelo SEEG, pelo Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) e pelo 3º Relatório Brasileiro

de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no RS o setor que mais contribui com emissões, em função da vocação gaúcha, é a agropecuária. O setor de energia corresponde a 23% das emissões, sendo o transporte rodoviário responsável por 45% delas. Já os gases emitidos pelo setor de resíduos, juntamente com processos industriais, representam a menor parcela de emissões, com 5%. O segmento uso da terra e florestas representa 18% das emissões no Rio Grande do Sul. No Brasil a atividade aparece com maior potencial poluidor (44%).

Responsabilidade de todos

As políticas ambientais sempre integraram a proposta do atual governo do Estado, que reforça que o Rio Grande do Sul não está dissociado do restante do país e do mundo quando o assunto são as mudanças climáticas. Por isso, o RS está alinhado aos acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris (COP21), em que as metas só serão atingidas com ação integrada.

Dados comprovam a necessidade da união de todos os entes federados nessa construção. Em 2015 os estados conseguiram reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% se comparado com 2005, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA). E, apenas com esforços nacionais, será possível cumprir a meta de 2030 e atingir o percentual de redução em 43% abaixo dos níveis de 2015.

“Nesse sentido cito a experiência do atual governo, um ente federado envolvido em complexas tarefas de ajuste administrativo e estrutural. Acoplamos ao movimento de redesenho da infraestrutura estatal e de recuperação da nossa capacidade financeira uma estratégia de ação ambiental específica, que reforça a fiscalização e os mecanismos de compensação, sem perder o foco no desenvolvimento sustentável”, pontua o secretário Artur.

O secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior, explica que, com informações mais precisas, será possível entender o que é viável minimizar, utilizando estratégias fundamentais como a ampliação do uso de fontes renováveis e adoção de boas práticas de manejo, contemplando a realidade econômica do Estado.

“Cada estado deve estabelecer seus estudos para concretizarmos uma base de dados efetiva, que certifique as principais atividades poluentes e iniciativas de mitigação”, ressalta Artur.

Para a presidente da Fepam, Marjorie Kauffmann, os órgãos de controle dos estados têm papel fundamental na reunião de dados. “Por meio do licenciamento ambiental os órgãos são capazes de reunir séries históricas de dados importantes para traçar os panoramas de cada região. No RS, a Fepam integra o GT trazendo dados pretéritos que têm relação direta com o clima e são importantes para fundamentar políticas no cenário atual e, no futuro, integrar ações de mitigação que possam ser demandadas dentro do próprio licenciamento ambiental como condicionantes para os empreendedores”.



No Brasil, o bioma Pampa só ocorre no Rio Grande do Sul. O Estado trabalha com políticas de preservação.

Artur acrescenta que é preciso medidas cuja efetividade será melhor dimensionada em curto, médio e longo prazo, apostando na ideia de agir antes de ter que administrar perdas e tragédias, como as que já vêm ocorrendo no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, com estiagens severas, ciclone-bomba, enchentes e risco de invasão de nuvem de gafanhotos.

Programas e projetos pelo clima

A pauta mudanças climáticas está no núcleo das ações desenvolvidas pela Sema RS, que atua para conectar programas

e projetos que incentivem e promovam a redução dos gases de efeito estufa na atmosfera e avancem na criação de um estado ambientalmente sustentável. Uma das metas da secretaria a curto prazo é a regulação da Lei Estadual nº 13.594 de 2010, que instituiu a política sobre mudanças do clima e permitirá avançar na implementação efetiva de uma agenda climática, aliada ao desenvolvimento sustentável em três dimensões: econômica, social e ambiental. Confira alguns programas e projetos em desenvolvimento:

Proteção das águas

Trabalhando dentro de diretrizes relacionadas à preservação de recursos hídricos e sustentabilidade ambiental, a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), outra vinculada da Sema, vem atuando também nas áreas de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética. O projeto está em fase de captação de recursos financeiros, que serão aportados em conhecimento e tecnologias que possibilitarão evitar vazamentos a partir de uma melhor gestão das vazões e pressões nos sistemas e renovação de redes,

motores e equipamentos. Desta forma a Corsan garantirá a qualidade e a continuidade do abastecimento, benefícios ao meio ambiente e preservação dos rios e lagos.

Outras medidas vêm sendo desenvolvidas pela Sema para a proteção das águas e do meio ambiente. Uma delas é o desenvolvimento do Plano Estadual de Saneamento (Planesan), um instrumento de planejamento na construção de estratégias do Estado para o saneamento básico, de forma a

promover melhorias na saúde pública, na qualidade de vida da população e no uso sustentável dos recursos naturais.

Além disso, o Rio Grande do Sul passou a integrar o Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) por meio do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que prevê um investimento de R\$ 4,5 milhões. A proposta é garantir a segurança hídrica e melhoria das águas.

Incentivo às boas práticas ambientais

Incentivar o uso sustentável do solo e as boas práticas ambientais é outra proposta central da Sema RS. Por isso, em 2020 um dos programas lançados foi o Campos do Sul. O objetivo é preservar os campos nativos inseridos nos biomas Pampa e Mata Atlântica mediante a adoção de práticas sustentáveis de manejo. O programa está em fase de cadastramento dos proprietários e a intenção é desenvolver um selo de qualidade do produto gaúcho.



Até junho de 2020, a potência elétrica instalada de renováveis no RS era de 79,6% e, de toda energia gerada, 92,3% representam fontes renováveis.

Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam),
Marjorie Kauffmann

Secretário do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS,
Artur Lemos Júnior



Energia limpa para desenvolver e proteger

O Rio Grande do Sul também se destaca no desenvolvimento das energias renováveis. A política energética estadual está orientada ao incentivo da geração e consumo de energias provenientes de fontes limpas, à eficiência energética, à inovação, bem como à diversidade de fontes de geração para garantir o bem-estar e a saúde da população.

A capacidade instalada em energias renováveis vem crescendo sensivelmente nos últimos anos no país e, de acordo com o Balanço Energético Nacional, em 2019 o Rio Grande do Sul atingiu 83% de participação.

A transição para uma matriz energética limpa é uma realidade que ocorre de maneira gradual e o Rio Grande do Sul vem diversificando para tornar sua matriz mais eficiente e menos dependente de combustíveis fósseis, trilhando novos caminhos em energia

solar e eólica. Até junho de 2020, a potência elétrica instalada de renováveis era de 79,6% e, de toda energia gerada, 92,3% representam fontes renováveis.

O RS também é o maior produtor nacional de biodiesel e um dos estados pioneiros no seu desenvolvimento. Recentemente, para fomentar a utilização de biocombustíveis visando seu potencial e estimulando os benefícios econômicos e ambientais, a Sema atualizou a Lei nº 15.377 de 2019 que institui a Política Estadual do Biometano e o Programa Gaúcho de Incentivo à Geração e Utilização de Biometano (RS Gás). Além disso, foi possível equiparar a alíquota de ICMS aplicada ao gás natural ao biometano, de forma a não desestimular o uso do combustível considerado mais limpo e renovável.

A Companhia de Gás do RS (Sulgás), também vinculada à Sema, planeja

adquirir biometano e distribuir em regiões que atualmente não têm acesso ao gás natural. A geração deste energético obtido a partir de material orgânico é vista como uma opção de fornecimento de energia a partir de 2021.

O secretário Artur finaliza dizendo que “todas essas mudanças são implementadas com o cuidado de garantir um período de transição. Enquanto fomentamos as energias eólica, solar, biogás e do biometano, que irão demandar ainda muitos anos para sustentar a procura da sociedade, mantemos o uso de fósseis que garantam essa mudança, porém exigindo a adoção de tecnologias modernas e que minimizem seus impactos ambientais. Somente atingiremos as metas climáticas aderindo ao avanço tecnológico e, principalmente, comprometendo toda a sociedade. É uma responsabilidade de todos, principalmente dos estados”.



A transição para uma matriz energética limpa é uma realidade que ocorre de maneira gradual no Rio Grande do Sul.



“Estamos vivendo um momento diferente. Esse cenário de pandemia nos faz buscar alternativas para tudo aquilo que já estávamos habituados. O desafio sempre foi conciliar o desenvolvimento com o meio ambiente, e nós temos buscado executar políticas que apontam esse caminho, a partir da implementação de um Projeto de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação da Floresta) em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável”. Marcílio Leite Lopes, Secretário da SEDAM.

A conservação da floresta gera créditos de carbono e promove pagamento por serviços ambientais.

Rondônia na Vanguarda do mercado voluntário de carbono em Unidade de Conservação

O Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), realizou a pedido da comunidade extrativista da Reserva Rio Cautário, um chamamento público para manifestação de interesse para a execução/elaboração de um Projeto de Conservação na Reserva de Uso Sustentável.

Trata-se de um projeto de Pagamento Por Serviços Ambientais na Modalidade REDD+ com objetivo de reduzir as emissões de carbono e implementar ações para a conservação da UC, associadas ao

desenvolvimento social e econômico dos povos que ali se encontram.

O Projeto pioneiro recebeu 03 manifestações de interesse - Rioterra, Biofílica e Permiam Global - para execução do projeto. No processo de licitação apenas as empresas Biofílica e Permiam Global apresentaram proposta no prazo estipulado.

As propostas foram apresentadas às comunidades da Reserva Rio Cautário, durante Assembleia, onde foram apreciadas e deliberado por meio de

comissão nomeada, qual das duas propostas das empresas classificadas seria implementada. Nesse processo, a PERMIAM GLOBAL foi selecionada pelos comunitários.

Primeira unidade de conservação a ter um plano de manejo florestal, a Resex Rio Cautário tem área de 147 mil hectares de terras nos municípios de Costa Marques e Guajará-Mirim, e se divide em sete comunidades: Águas Claras, Canindé, Ilha/Jatobá, Lago Verde, Laranjal, Ouro Fino e Vitória Régia, com aproximadamente mil moradores.

O PROJETO

A PERMIAN GLOBAL está trabalhando conjuntamente para estabelecer projetos de conservação de florestas tropicais, e a partir deste ano passam a atuar no projeto de REDD+ da Resex do Rio Cautário, com a comunidade local, e com apoio e acompanhamento do Governo de Rondônia, através SEDAM.

O alinhamento para o início da execução do Projeto de REDD+ da Reserva aconteceu no mês de outubro na sua sede, a 700 quilômetros de Porto Velho, na fronteira brasileira com a Bolívia, com sucessivas reuniões entre o secretário estadual do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), Marcílio Lopes, o Coordenador das Unidades de Conservação (CUC/Sedam), Fábio França, a Coordenadora de Florestas Plantadas (CFP/Sedam), Julie Messias, e o diretor da firma de investimentos dedicada à proteção e à recuperação de florestas nativas - Permian Global, o engenheiro florestal Miguel Milano.

Durante 30 anos, a empresa, irá premiar as famílias de comunitários elegíveis, por suas ações de conservação dos recursos naturais, no valor de R\$ 1 mil por mês. No dia 29 de setembro, esse recurso começou a ser creditado, e assim será feito, sem interrupção, desde que não ocorra expansão de novas áreas e ações que vão de encontro com o marco do Projeto, que é a manutenção do estoque de floresta e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

A partir deste momento o Projeto REDD+ da Resex Rio Cautário foi iniciado. As famílias estão animadas com o recebimento da bolsa. Elas foram informadas que se trata do maior projeto de conservação na modalidade REDD+ executado em uma unidade de conservação estadual no País.

A empresa, Permian Global, contribuirá ainda com R\$ 1,116 milhão/ano para

apoiar as unidades de conservação do Estado que não são contempladas com projetos da mesma modalidade. No total, incluindo outras linhas de ação, investirá nas Unidades de Conservação R\$ 5,59 milhões.

“Vamos premiar essa gente simples nascida aqui, e pelo fato de conservarem receberão recursos mensais pelo compromisso de 30 anos”, anuncia Miguel Milano.

Incentivar as ações que visam reduzir a pressão sobre a floresta, compreendendo a dinâmica das comunidades, buscando assim, valorizar o meio de vida tradicional dos beneficiários, comunitários da Resex, é o objetivo do Projeto, e o foco do Estado por meio da SEDAM, avalia a coordenadora de Florestas Plantadas da Sedam, Julie Messias e Silva.

FORÇA DAS COMUNIDADES

O Projeto de REDD+ da Resex Rio Cautário, engloba diferentes programas como o do manejo que está estimado em R\$ 100 mil/ano, com ações de monitoramento da biodiversidade, enquanto o programa de extensão rural e fomento econômico irá dispor de R\$ 250 mil/ano.

A extensão rural prevê aos extrativistas a concessão de microcréditos, incluindo a agregação do valor dos produtos do extrativismo.

Já o Programa da Educação Ambiental do Projeto receberá investimentos de R\$ 100 mi/ano para atividades com as comunidades locais e entorno da reserva.

Serão eleitos 22 responsáveis pela gerência do projeto, assistentes em dois níveis, monitores ambientais, estagiários, viveiristas, brigadistas e um contador. O projeto inclui também a aquisição de dois veículos modelo picape, dois botes de alumínio e quatro motocicletas.



Casa de Farinha na Resex Rio Cautário. Uma das atividades de subsistência.

A torre de observação e vigilância ficará a 42 metros de altura: o pessoal do projeto irá dispor de três habitações com 100m² cada uma; e ainda: viveiros, sinalização da unidade, equipamentos em geral para operacionalização, equipamentos de proteção individual (EPI), gerador, computadores de mesa, laptops, manutenção de tecnologia de informação, e sistema de radiocomunicação.

Agora, sublinha o secretário Marcílio Lopes, a Resex detém o maior projeto de crédito de carbono do Brasil. "Fazendo valer o trinômio: mais florestas, mais conservação e mais benefícios socioeconômicos".

O Brasil dispõe atualmente de 560 milhões de hectares de florestas nativas, área maior do que todos os países da União Europeia.

Vale ressaltar que a unidade de conservação se enquadra na modalidade de uso sustentável, o que possibilitou que todos os procedimentos administrativos fossem baseados na Lei Estadual 4.437/2018 e nas boas práticas de governança, publicado no DOE 24, de 05 de fevereiro de 2020.

O secretário da SEDAM, Marcílio Leite Lopes, ressaltou a importância do projeto como uma forma de incentivo à conservação, preservação e recuperação. "Promover a gestão dessa UC, a partir de uma proposta inovadora, que agrega as ações de responsabilidade do Estado em uma parceria com uma empresa, tendo como beneficiário, o comunitário, compreendendo que os benefícios que chegam a ele estão associados às suas ações de

conservação, é uma forma de mudarmos a visão sobre as UCs e compreendermos uma nova forma de gestão onde tem valor tanto a Floresta, quanto o homem que está lá", disse Marcílio.

O Governador Marcos Rocha ressaltou sua preocupação em fomentar projetos sustentáveis nas unidades de conservação. "Por muitos anos as unidades de conservação foram consideradas áreas improdutivas e empecilho de crescimento, o Governo do Estado está demonstrado que é possível promover a sustentabilidade ambiental e econômica com projetos como esse, é apenas o começo de uma nova realidade para as comunidades extrativistas, iremos também promover a boa relação entre os pequenos, médios e grandes produtores com o meio ambiente", declarou o Governador.



Maiores Projeto de REDD+ do Brasil implementado em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Política de Governança Climática e Serviços Ambientais do Estado de Rondônia

Em dezembro de 2018, após um amplo processo consultivo e participativo, o Estado de Rondônia aprovou em sua Política de Governança Climática e Serviços Ambientais (PGSA), e instituiu o seu Sistema de Governança Climática e Serviços Ambientais. Desde lá, vem trabalhando na sua devida implementação conformes os seus instrumentos normativos.

a redução das emissões de gases do efeito estufa; Mitigar e adaptar frete aos impactos das mudanças climáticas; Assegurar a produção de alimentos; Assegurar a manutenção da biodiversidade; Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais; e Promover o desenvolvimento econômico sustentável de baixas emissões.

A lei prevê a criação de três programas: Programa de Incentivo à Conservação Programa de Incentivo à Conservação de Serviços Ambientais; Programa de Regulação do Clima, Adaptação às Mudanças Climáticas e Qualidade de Vida e; Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

A PGSA garantiu o arcabouço legal para a contratação e implementação do Projeto na Resex Rio Cautário, através do seu Programa de Incentivo à Conservação dos Serviços Ambientais, com devido alinhamento à Política Nacional de Mudanças Climáticas e a Estratégia Nacional de REDD+, contribuindo para alcançar a meta de redução de CO₂ do Brasil.

Todos os programas estão alinhados para o do objetivo da PGSA de Garantir



A extração da borracha é uma das atividades realizadas pelos comunitários da Resex Rio Cautário



Governador Antônio Denarium com os diretores do Ipam Eugênio Pantoja e Gabriela Savian

Estado lança projeto que possibilita a captação de recursos por preservação florestal

O governador do Estado de Roraima Antonio Denarium assinou no dia 21 de outubro, decreto que estabelece a política de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) em Roraima. O programa cria uma política de valorização de ativos ambientais que remunera os produtores pela manutenção da floresta em pé e fomenta a produção sustentável.

Para Denarium, a criação do REDD+ Roraima representa um grande avanço na preservação ambiental. “Essa política visa combater o desmatamento ilegal e diminuir o desflorestamento por intermédio de novas tecnologias de

produção e a valorização dos nossos ativos ambientais possibilitando a produção em harmonia com a sustentabilidade. E o melhor de tudo é que nossos produtores poderão valorizar os seus ativos mantendo a floresta em pé, podendo inclusive vir a ser remunerados por isso”, explicou ele.

O REDD+, ou redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, é um mecanismo que contempla incentivos positivos a partir da contabilidade das emissões de gases de efeito estufa evitadas pela redução do desmatamento e a degradação florestal nos países em desenvolvimento, com promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria

da qualidade de vida da população.

De acordo com Ionilson Sampaio, presidente da Femarh (Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), a instituição será um dos órgãos executores do projeto no Estado.

“A partir da assinatura desse Decreto, teremos uma oportunidade para o Estado de Roraima se destacar como modelo na gestão integrada do uso da terra, alavancando recursos internacionais e promovendo um desenvolvimento sustentável que resultará em benefícios financeiros, sociais e ambientais para todos os habitantes do estado”, disse.

Para Ionilson, o Estado irá valorizar ainda mais suas riquezas naturais. “Promover a produção sustentável é contribuir para o equilíbrio climático do mundo, garantindo um planeta saudável para as próximas gerações” explicou ele.

O presidente destacou ainda que a decisão do Governo de Roraima em tornar a política econômica ambiental parte integrante do processo de planejamento, desenvolvimento e modernização do Estado, estabelece uma sinergia entre economia e meio ambiente, com o fortalecimento das cadeias produtivas, diversificação dos arranjos produtivos locais, ordenamento territorial e conservação ambiental em um diálogo moderno com as tendências globais de desenvolvimento e mercados.

“Com isso, o desenvolvimento do Estado de Roraima passa a priorizar as riquezas naturais e ativos ambientais do seu território como fonte de geração de novos negócios, inclusão produtiva, implementação de modelos de bioeconomia, processos industriais e cadeias produtivas sustentáveis”, destacou Ionilson.

De acordo com o projeto, a proposta do REDD+ Roraima possui uma repartição de benefícios, objetivando que os ganhos financeiros sejam destinados a população do estado, trazendo benefícios para aqueles que preservam seus estoques florestais, mas também compensando aqueles que mudaram de comportamento e passaram a preservar as florestas.

O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) auxilia o Governo do Estado desde o início juntamente com a Femarh, na elaboração do REDD+ Roraima. O diretor sênior de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial da instituição, Eugênio Pantoja, explicou que o programa cria uma estrutura que proporciona segurança jurídica.

“A partir de agora vamos trabalhar em uma legislação, uma estratégia de repartição de benefícios, monitoramento e avaliação da implementação dessa política no Estado. Com os ativos valorados, precificados, poderemos trabalhar nas possibilidades de captação de recursos para Roraima”, disse.

O Ipam está historicamente ligado à construção e ao aprimoramento dos

projetos de REDD+ e de seus jurisdicionais. Em 2003, o instituto e parceiros apresentaram, pela primeira vez, na 9ª Conferência do Clima da ONU, o conceito de “redução compensada do desmatamento”, que serviu de base para a conceituação de REDD+. O Ipam ainda representou a sociedade civil da América Latina e Caribe no Programa das Nações Unidas para REDD (UN-REDD) de 2009 a 2012, além de ter prestado apoio técnico ao GCF (Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas) e coordenado inúmeros workshops e treinamentos sobre REDD+ e salvaguardas.

Para viabilizar essas ações são necessários recursos financeiros. Por isso, os países reunidos na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) resolveram direcionar recursos para isso criando o mecanismo REDD+. Assim, REDD+ também é um mecanismo desenvolvido na UNFCCC que dá incentivos financeiros a países em desenvolvimento por seus resultados verificados no combate ao desmatamento e à degradação florestal e na promoção do aumento de cobertura florestal.



Presidente da Femarh
Ionilson Sampaio

Plano ABC

Na ocasião da assinatura do decreto que criou o projeto REDD+ Roraima, o governador Antônio Denarium assinou também o decreto que regulamenta o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) no Estado. O objetivo é transformar o setor em exemplo de produção com baixa emissão de carbono visando diminuir os impactos das mudanças climáticas no mundo.

Denarium ressaltou que além de preservar o meio ambiente, o Plano ABC também possibilitará o desenvolvimento sustentável. "Com isso vamos aumentar a produtividade não esquecendo a preservação. Vamos orientar os produtores a como se desenvolver sem esquecer a sustentabilidade. Isso vai facilitar acesso a linhas de crédito rural com taxas menores, dando mais condições de aumentar a produtividade", disse.

O Plano ABC é uma política do Governo Federal, e Roraima é o primeiro Estado a lançar o plano com metas até 2030. "Nós trabalhamos na estruturação desse plano por meio de um comitê multi-institucional com a participação da sociedade e dos órgãos afins. Foi tudo muito bem planejado para que alcancemos as metas até 2030", explicou o titular da Seapa (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Emerson Baú.

Esses programas visam valorizar a produção em harmonia com a preservação ambiental de acordo com o plano. A Seapa é o órgão executor/coordenador que estabelecerá as metas programáticas, os programas executivos para os projetos estruturantes e as ações e atividades necessárias à difusão tecnológica do plano, podendo celebrar convênios, acordos, ajustes e contratos que se fizerem necessários para a execução, como a Instrução Normativa que implementará o projeto de ação com planejamento até o ano de 2030 no Estado de Roraima.

Governador Antônio Denarium assinando o decreto.



Governador Antônio Denarium



Solenidade de assinatura dos decretos





A gestão dos Recursos Hídricos em Santa Catarina: do planejamento ao enfrentamento da escassez hídrica

A gestão das ações ambientais é um instrumento relevante no desenvolvimento econômico sustentável das cidades e tem se tornado cada vez mais desafiadora, diante do crescimento da população e frente aos impactos de eventos extremos como estiagens e inundações.

Em Santa Catarina, no Sul do país, o Governo tem concentrado esforços no planejamento e na gestão de ações preventivas. Para isso, aposta em programas de monitoramento das condições climáticas e ainda no controle da qualidade de águas. O Estado se destaca pelas condições favoráveis geograficamente, bem como, o clima diversificado e a significativa disponibilidade de recursos hídricos.

A estiagem se torna um problema global que desafia entidades governamentais. Santa Catarina, desde meados de 2019, registra volumes de precipitação abaixo da média histórica, o que afeta o volume dos rios e prejudica o atendimento às demandas.

“A escassez hídrica jamais havia sido cogitada para a maioria da população do Sul do país, que sempre teve a imagem de abundância de água, a ideia de que ela nunca faria falta em Santa Catarina, e que a seca era um problema típico somente da região nordeste do país. No entanto, este ano as condições climáticas nos desafiaram e a falta d’água está atingindo o estado de uma forma muito severa. Por isso, a equipe de gestão dos recursos hídricos está desenvolvendo e colocando em prática políticas públicas ágeis, e estimulando os diferentes setores de usuários de água a adotarem medidas mais eficazes e responsáveis em relação ao uso da água”, enfatiza o Secretário Executivo do Meio Ambiente (SEMA), Celso Albuquerque.



Escassez Hídrica Prolongada

Com o objetivo de atenuar os impactos da estiagem o Governo de Santa Catarina criou o Comitê Gestor da Crise Hídrica que analisa e direciona ações, por meio da convergência de esforços das instituições governamentais, agências de saneamento e comitês de bacias hidrográficas.

O Comitê Gestor da crise hídrica está em processo para se tornar uma câmara técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Outra medida foi o lançamento do Boletim Hidrometeorológico Integrado, uma publicação periódica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) e da Defesa Civil do Estadual (DC), que acompanha a evolução da estiagem e seus impactos, com informações das condições dos rios, bem como os impactos no abastecimento de água dos municípios.

IMA LANÇA FERRAMENTA INOVADORA NO BRASIL PARA APRIMORAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA



Nova ferramenta auxilia empreendedor para a prospecção de áreas para instalação do empreendimento

Tecnologia, inovação e pioneirismo. Há anos o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) utiliza este tripé para consolidar-se como um dos órgãos ambientais de maior referência no país. Por meio de ferramentas digitais, normatizações e tecnologias, o IMA tornou-se modelo em vários procedimentos e agora pretender ser mais uma vez, a partir do lançamento de um novo recurso que tem por finalidade beneficiar os empreendedores para a prospecção de áreas a fim de instalar o empreendimento.

Desde agosto de 2020, o Instituto, de forma inovadora no Brasil, disponibiliza o Relatório de Informações Geográficas, por onde o empreendedor pode anexar o mapa do empreendimento pretendido, submetendo o polígono de uma área de interesse, e o IMA elabora automaticamente um relatório com informações geográficas específicas

sobre possíveis restrições em relação à localização do imóvel, por meio de ferramentas de geoprocessamento em nuvem.

É possível verificar, por exemplo, a posição do empreendimento em relação à proximidade com possíveis áreas de marinha, terras indígenas, áreas de preservação permanente, unidades de conservação e outros locais de preservação. Também pode-se analisar se o imóvel onde há interesse em executar a obra não afeta nascentes ou outros recursos que inviabilizem o projeto.

A ferramenta Relatório de Informações Geográficas, além de passar os dados da posição do empreendimento, ainda indica a legislação aplicável a cada caso, auxiliando consultores a identificar restrições ambientais, evitando assim falhas durante o processo e situações

que impeçam a realização da obra. Espera-se assim uma redução de projetos deficientes que são protocolados no órgão ambiental, o que deve contribuir para que o licenciamento como um todo torne-se mais célere.

Para o presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, Valdez Rodrigues Venâncio, o novo dispositivo torna mais eficiente todo o processo de licenciamento, desde a escolha da área, até a análise por parte dos técnicos. "Até então cerca de 80% dos nossos licenciamentos retornavam para a fase de consultoria, para o empreendedor, por deficiência nas análises iniciais. Essa ferramenta ajudará a evitar esse tipo de situação. Queremos eliminar esses detalhes mínimos para termos uma análise ambientalmente e economicamente favorável".

A medida traz mais segurança jurídica aos empreendedores, pois permite uma visualização de possíveis restrições antes mesmo da formalização do projeto junto ao órgão ambiental, o que gera economia de recursos e tempo aos empreendedores.

“O Relatório surgiu de uma necessidade de o IMA disponibilizar aos empreendedores e consultores uma plataforma que compilasse e reunisse

em um único documento todas as informações ambientais de maneira clara, didática, com gráficos, com a indicação das leis pertinentes e com a identificação das áreas”, enfatiza o diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental do IMA, Fábio Castagna da Silva.

Após o lançamento, em apenas 24 horas no ar, o programa já havia gerado 415 Relatórios de Informações Geográficas, comprovando a aprovação do sistema

por grande parte dos empreendedores. Atualmente, passados cerca de três meses da disponibilização da ferramenta, foram emitidos quatro mil documentos.

A ferramenta foi desenvolvida pela equipe do IMA, com tecnologias livres, portanto sem custos diretos de desenvolvimento, e tornou-se uma importante inovação para o Estado de Santa Catarina. Pode ser acessada em <https://consultas.ima.sc.gov.br/relatoriogeo>.



Relatório de Informações Geográficas compila dados específicos sobre possíveis restrições em relação à localização do imóvel.

Simulador

Além do Relatório de Informações Geográficas, o IMA lançou um novo recurso de Consultas que auxilia os empreendedores durante o licenciamento ambiental. Em outubro de 2020, o Instituto inovou mais uma vez ao desenvolver e disponibilizar o Simulador, plataforma pela qual o cidadão pode realizar consultas, simulando o processo e verificando situações que, geralmente, causam dúvidas.

Entre as facilidades está a possibilidade de verificar, por exemplo, se o processo deve ser aberto no IMA ou em órgão ambiental municipal, consultar o valor das taxas, a instrução normativa que apresenta todos os critérios para cada atividade e a documentação necessária por fase de licenciamento.

O cidadão pode pesquisar também informações como se determinado empreendimento é licenciado ou não, para quantos processos foi concedida licença no mês, licenças válidas, laboratórios reconhecidos pelo Instituto, entre outros.

Para ter acesso ao sistema basta acessar consultas.ima.sc.gov.br.

Relatório de Informações Geográficas





Estado de São Paulo recupera parte de sua vegetação nativa

Inventário Florestal 2020 aponta crescimento de 214 mil hectares de cobertura vegetal nos últimos 10 anos. Programas como o Nascentes, RPPNs, além da consciência ambiental, contribuem para o avanço



Trecho do Parque Estadual Serra do Mar na década de 1980 (à esq.) e área atual, recuperada

Dois mil e vinte ficará marcado para São Paulo como o ano em que o Estado se consolidou na recuperação de sua vegetação nativa. O novo Inventário Florestal, publicado recentemente pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), apontou que o território paulista aumentou em 4,9% a cobertura de áreas de vegetação natural. O crescimento em dez anos foi de 214 mil hectares, área maior do que a do município de São Paulo (152 mil ha).

O relatório da SOS Mata Atlântica, lançado em junho deste ano, já apontava que em 2019 houve desmatamento zero no bioma em São Paulo. Agora, com os dados globais sobre a vegetação nativa, pode-se afirmar que, ao longo da última década, os paulistas têm conseguido aumentar o volume de áreas naturais, com responsabilidade compartilhada entre todos os agentes sociais.

No total, São Paulo possui 5.670.532 hectares de vegetação em vários graus de conservação, o equivalente a 22,9% do território estadual.

Apenas no que se refere à Mata Atlântica, São Paulo é o território onde se encontra o maior contínuo do bioma preservado no mundo.

“Nós estamos sempre trabalhando para mitigar, em todas as intervenções no território, o crescimento desordenado sem preocupação com a conservação do meio ambiente. Um bom exemplo é o Programa Nascentes que, desde 2015, já restaurou mais de 20 mil hectares, uma área equivalente a quase 30 mil campos de futebol, cumprindo neste ano a meta prevista”, comemorou o secretário da SIMA, Marcos Penido.

Um dos protagonistas entre as políticas ambientais do Governo de São Paulo, o Nascentes contribuiu para os resultados do Inventário Florestal. Lançado em junho de 2015, o programa abrange mais de 400 municípios, une especialistas em restauração, empreendedores com obrigações ambientais e detentores de áreas a serem recuperadas.

Somente em conversão de multas administrativas em serviços ambientais foram firmados Termos de Compromisso para realização de projetos de restauração ecológica no montante de R\$ 70 milhões. Já são 327 projetos cadastrados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), com área total de mais de 800 ha.

Depois de ultrapassar no início deste ano a meta de restauração, o Nascentes entrou em sua segunda fase, com o lançamento do Ativo Verde. É mais um instrumento para orientar e apoiar a restauração ecológica no estado de São Paulo. A novidade é que os proponentes de Projeto de Prateleira podem dar início à implantação das ações antes da contratação e comercializá-los com a restauração ecológica em andamento ou já concluída. Dessa forma, o interessado que contrata um Projeto de Prateleira Ativo Verde tem como vantagem a verificação da qualidade da implantação do projeto, reduzindo o tempo, para o cumprimento da obrigação firmada.

As obrigações podem ser decorrentes de licenciamento ambiental, de compensações ou de conversão de multas. Ou seja, a qualquer momento, inclusive após a conclusão da recomposição da vegetação nativa, os Ativos Verdes poderão ser usados por terceiros para o abatimento desses passivos.

Como exemplo do Ativo Verde, se um empreendedor precisa fazer uma compensação ambiental por causa da construção de um complexo industrial, ele poderá realizar a restauração - com espécies nativas da Mata Atlântica ou Cerrado, a depender do bioma - contratando um ou mais projetos previamente aprovados na Prateleira de Projetos do Programa Nascentes. Outra alternativa é contratar um projeto Ativo Verde (que também está disponível na Prateleira de Projetos) e, caso ele já tenha atingido os parâmetros finais de recomposição da Resolução SMA 32/14, a obrigação de compensação ambiental

poderá ser encerrada de imediato.

O novo instrumento também poderá ser utilizado por aqueles que, voluntariamente, queiram apoiar a restauração ecológica ou em ações de responsabilidade socioambiental.

“É um programa de Estado, que protege nascentes e impulsiona a restauração, e agora se renova nessa segunda fase. O Ativo Verde vai atrair muitos parceiros para fazermos isso de forma mais célere, para que todos ganhem com a restauração e continuemos na trajetória correta da recuperação ecológica, como apontou o Novo Inventário Florestal”, disse a coordenadora do Programa Nascentes Helena Carrascosa von Glehn.

No início de outubro, foi aprovado o primeiro projeto nesta modalidade. Trata-se de uma área particular de sete hectares entre os municípios de Joanópolis e Piracaia que dificilmente seria recuperada naturalmente.

Mais sobre o Inventário Florestal

No penúltimo mapeamento do inventário Florestal, feito em 2010, São Paulo registrou 17,5% do seu território com vegetação nativa. No levantamento mais recente, a empresa especializada que atuou sob responsabilidade científica do Instituto Florestal (IF), coordenado pelo pesquisador Marco Nalon, utilizou satélites mais modernos, com alta resolução espacial, que conseguem aferir detalhes da superfície terrestre e detectou 185 mil fragmentos a mais se

comparado ao mapeamento anterior, por conta da precisão de detecção.

Desde o primeiro estudo, publicado em 1990, o Inventário tem fornecido suporte científico fundamental para o desenvolvimento sustentável de projetos e intervenções de base florestal.

O levantamento aponta a percepção dos municípios, que têm realidades muito diferentes em razão dos biomas em que estão inseridos, e a dinâmica de ocupação do solo pelas atividades econômicas ao longo das últimas décadas.

Dos 645 municípios paulistas, 48 estão em gradientes acima de 50% do território coberto com vegetação nativa; 151 estão na faixa entre 20% e 50%; 97 entre 15% a 20%; 216 entre 10% e 15%; e 133 se encontram na faixa com menos de 10% de cobertura. Há uma grande heterogeneidade na ocupação espacial, o que exige políticas diferenciadas para cada região.

“O desenvolvimento de programas e práticas de agricultura sustentável também contribuiu para esse resultado, sem perder sua pujança econômica”, relatou Marcos Penido.

“Este levantamento da realidade florestal do Estado é imprescindível para guiar as políticas públicas de proteção e conservação de nossa biodiversidade, ao mesmo tempo em que orienta as ações do licenciamento, da fiscalização e do uso sustentável de nossos ativos naturais pelos proprietários rurais, gestores públicos e sociedade civil”, explicou o subsecretário de Meio Ambiente Eduardo Trani.



RPPN Cachoeira da Luísa, com as reservas Olho D'Água e Jaguaré, protegem mais de 43 hectares de remanescentes florestais de Mata Atlântica.

Outra ação que contribuiu para o êxito de São Paulo no Inventário Florestal 2020 é a instituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Elas constituem também um instrumento fundamental para proteger a natureza e assegurar às futuras gerações um planeta mais equilibrado.

Em 2020, o estado de São Paulo atingiu o número de 105 RPPNs e a Fundação Florestal (FF), vinculada à SIMA, cumpre o

papel de fomentar, com os proprietários interessados em aderir à iniciativa, a proteção de seus remanescentes florestais, o ecoturismo, a educação ambiental e a pesquisa científica. A partir da criação da RPPN é formalizada a adoção de proteção nos órgãos de fiscalização e controle competentes.

Das 105 RPPNs no estado, 56 foram reconhecidas pela SIMA/Fundação Florestal, totalizando mais de 17 mil

hectares. As demais áreas foram tituladas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma delas pela Prefeitura de São Paulo. Juntas, essas reservas privadas somam mais de 22 mil hectares.

“Criar uma RPPN é fazer a diferença de forma bastante eficiente, que envolve dedicação e abraço da causa ambiental”, afirmou o presidente da FF, Gerd Sparovek.

NOVA MONA MANTIQUEIRA

A criação do Monumento Natural Mantiqueira Paulista, na Serra da Mantiqueira, entre os municípios de Cruzeiro e Piquete, Vale do Paraíba, é mais um projeto prioritário no âmbito da SIMA. A área, de 10,3 mil hectares, está sobreposta a outras Unidades de Conservação. Entre elas está a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, formando um contínuo de proteção integral. Mais de 96% do território está coberto por vegetação nativa, sem interferência nas áreas cultivadas da região.

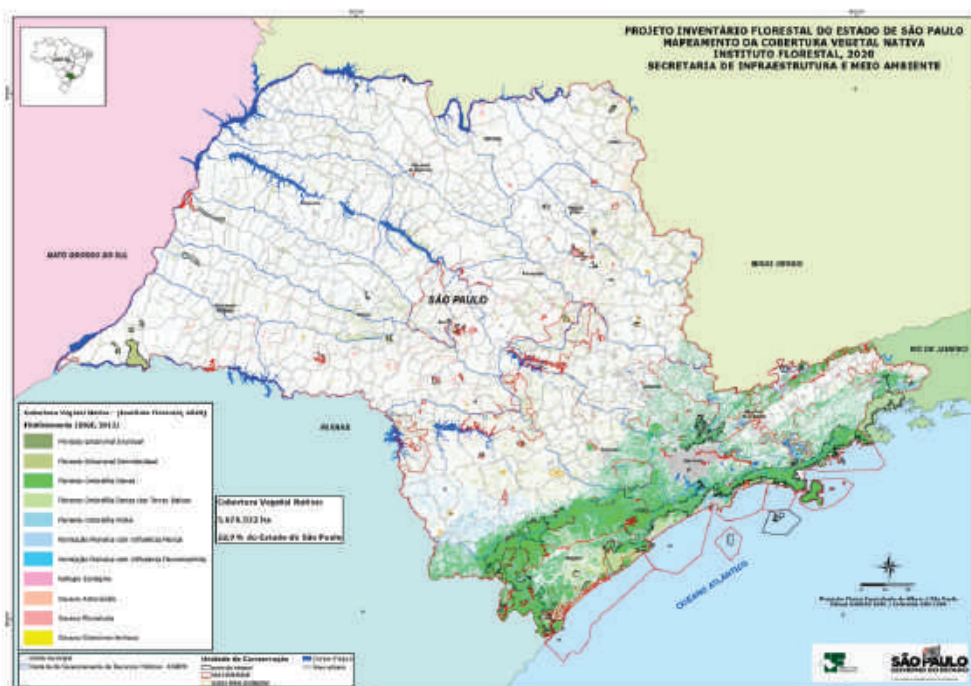
O principal atrativo é o Maciço Marins-Itaguaré, formado por alguns dos

pontos mais altos do estado de São Paulo: Pico dos Marins (2.420,7 m), Pico do Itaguaré (2.308 m) e Pico do Marinzinho (2.432 m). Outra atração turística é o Túnel da Mantiqueira, palco de uma das principais batalhas da Revolução Constitucionalista de 1932. A região também faz parte do circuito paulista da Estrada Real.

O Monumento Natural (MoNa) é uma categoria de UC que não gera nenhum tipo de desapropriação, assegurando aos proprietários a continuidade do uso atual de suas terras. “A criação deste MoNa conviverá em parceria com as

atividades já realizadas pela comunidade local. Por meio de uma gestão integrada, as ações da FF envolvem aprimoramento do ordenamento turístico, fomento às modalidades de atividades econômicas ambientalmente amigáveis, além da intensificação da fiscalização e da prevenção de incêndios”, afirmou o diretor executivo da FF, Rodrigo Levkovicz.

Quando criada, será a terceira UC na modalidade Monumento Natural gerida pela FF, juntamente com o MoNa Pedra do Baú, em São Bento do Sapucaí, e o MoNa Pedra Grande, em Atibaia e Bom Jesus dos Perdões.



INVESTIMENTOS

Para fazer frente aos crimes ambientais e intensificar o monitoramento das áreas verdes no estado, a SIMA adquiriu neste ano 295 tablets para a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Os equipamentos são utilizados nas atividades de fiscalização ambiental - preventiva e corretiva. Além disso, foram compradas também 152 novas viaturas para a Polícia Militar Ambiental e 18 drones para patrulhamento nas Unidades de Conservação e parques.



Sergipe implanta Centro de Tratamento de Animais Silvestres em Área de Proteção Permanente

Espaço amplo que une fauna e flora no coração da capital de Sergipe é o endereço do Cetas estadual que passa a funcionar seguindo todas as instruções e normas vigentes

Receber, identificar lesões e doenças, fazer a triagem para o tratamento, avaliar a progressão do estado de saúde, recuperar, reabilitar e destinar os animais silvestres da fauna, provenientes da ação da fiscalização, resgate ou entrega voluntária, para uma nova vida de reabilitados é a função do Centro de Tratamento de Animais Silvestres (Cetas), o novo investimento do Governo de Sergipe na área de meio ambiente. O centro de tratamento foi criado no segundo semestre deste ano e está instalado em uma área de proteção ambiental, onde também está localizado o zoológico da capital sergipana.

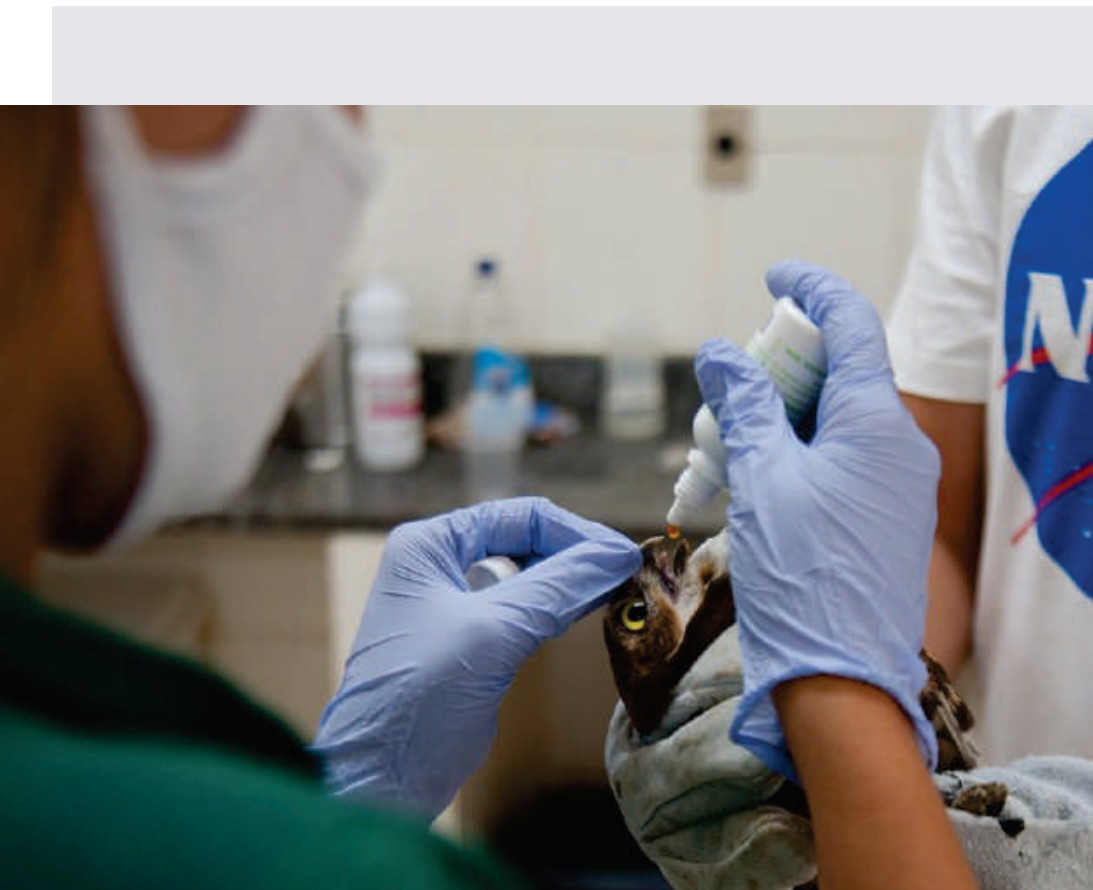
No Cetas estão em tratamento e cuidados atualmente mais de 400 animais silvestres, entre os que moram no zoológico e os que

passam uma temporada para se recuperarem de maus-tratos, a exemplo de uma coruja buraqueira (Athene cunicularia) que foi resgatada em um bairro da capital sergipana depois de ter sido apedrejada na rua e ter uma asa lesionada. A coruja teve a asa tratada, foi medicada e logo que estiver curada será solta em uma reserva ambiental. Com o centro de tratamento, o estado passa a ter um espaço adequado para cuidar da saúde, tanto dos animais que moram no zoológico, quanto dos que chegam, através das equipes de resgate da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema). Os tratamentos são realizados no local e, quando reabilitados, os animais são devolvidos para áreas de proteção ambiental.

De acordo com secretário estadual do desenvolvimento urbano e sustentabilidade, Ubirajara Barreto, a implantação do centro deu um reforço significativo no cuidado com a saúde da fauna sergipana. "Implantamos o Cetas justamente em uma área de preservação ambiental administrada pelo Governo do Estado, através da Sedurbs, a fim de trazer os animais para se recuperarem em um ambiente mais propício. Além de veterinários, a equipe é composta por biólogos, engenheiros florestais, engenheiros agrônomos e engenheiros ambientais", ressalta.

A coordenadora de fiscalização da fauna e flora da Adema, Rosana Fernandez, explica como é feito o trabalho de

atenção e cuidado com os animais que passam pelo Cetas para reabilitação e dos que já habitam o zoológico. "Aqui nós tentamos recuperar os animais que chegam doentes e vítimas de maus-tratos, para depois reinseri-los de volta à natureza. Caso isso não seja possível, fazemos o possível para garantir que ele tenha um fim de vida digno. Com os animais do zoológico, o trabalho é acompanhar o cotidiano deles e oferecer todos os cuidados para que tenham uma vida saudável e tranquila", detalha.





Sedurbs CETAS

Parque da Cidade fica em reserva de Mata Atlântica

Em uma área de 213 hectares, o Parque José Rollemberg Leite, também conhecido como Parque da Cidade, fica na zona Norte de Aracaju, e abriga a última reserva de Mata Atlântica da capital sergipana, uma área protegida pelo Governo de Sergipe que sedia também algumas atrações turísticas. O parque foi construído em 1979, mas só foi aberto à população em 1985.

A Apa Morro do Urubu foi criada por Decretos Estaduais e é uma importante área da biodiversidade preservada na região. O Zoológico abriga 400 animais de diversas espécies. É na jaula do leão a parada obrigatória dos visitantes que tem o

Léo como a figura mais cativante do passeio. Ele tem 25 anos e muito encantamento, um macho adulto que veio do zoológico de Salvador, na Bahia e atualmente está solteiro, depois de ter ficado viúvo há alguns anos. Hoje, Léo está em busca de uma namorada, mas já tem uma idade avançada, levando-se em conta que a vida média de um leão é de 30 anos. No entanto, o felino está muito saudável e ainda pode encontrar uma nova parceira. Ele é a atração principal do zoológico, que abriga ainda outros mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes.

Área verde, ar puro e lugar ideal para lazer com família e amigos, além e um

ponto de encontro para quem pratica atividades esportivas, o Parque da Cidade é uma Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (APA), administrada pelo estado, por meio da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Serhma), onde o visitante encontra o zoológico, uma hípica, campos para futebol, locais de passeios para piqueniques e contemplação do estuário do rio Sergipe, além de uma vista privilegiada de Aracaju que pode ser apreciada através do passeio de teleférico em um trajeto de dez minutos, a 20 metros de altura, o que o torna o espaço um excelente convite para um dia inteiro de lazer. a vida saudável e tranquila”, detalha.

Parque da Cidade





Preservação e presença humana em suas unidades de conservação

O Estado do Tocantins possui uma área de 277.621 km², dos quais cerca de 15% são de unidades de conservação, criadas por leis específicas para proteger esses espaços territoriais e os recursos ambientais neles existentes. Administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), essas unidades garantem a preservação de milhares de espécies vegetais e animais, presentes nos vários biomas, especialmente no Cerrado.

Projetos desenvolvidos pelo Naturatins em parceria com comunitários das áreas protegidas têm obtido resultados

positivos, uma vez que possibilita a realização de atividades econômicas de baixo impacto ambiental, conciliando a natureza com a presença humana. A Rede Jalapão é um desses projetos.

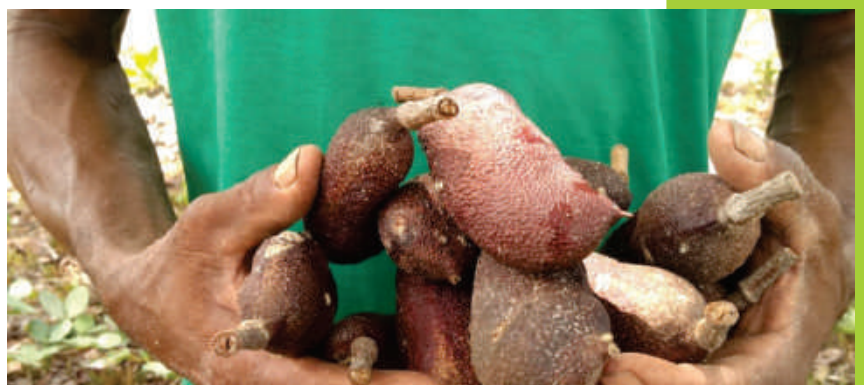
Criado em 2006, a Rede Jalapão se tornou um marco na vida das famílias agroextrativistas que vivem nas zonas rurais da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão. Se antes a subsistência dos moradores das comunidades locais era condicionada a uma forma de extrativismo nocivo ao meio ambiente e com baixo retorno

financeiro, desde a implantação da Rede Jalapão esses mesmos comunitários passaram a comercializar sua produção artesanal de forma sustentável e ordenada, com melhor qualidade.

Na prática, isso significa que o atual modelo de extrativismo causa impacto ambiental mínimo, fomenta a renda da população e agrega valor aos seus produtos, que são comercializados após passarem por processamento artesanal, como doces, óleos e farinhas, e não mais na forma in natura.



Buritis colhidos por comunitários serão transformados em doces e óleos



Minimim durante colheita de jatobá, uma das principais fontes de renda dos extrativistas da Rede Jalapão, que será transformado em farinha

A supervisora da APA do Jalapão, Rejane Ferreira Nunes, explica que além do processamento dos produtos extraídos da natureza pelos comunitários, eles também passam por treinamentos constantes, quando aprendem técnicas para garantir mais qualidade aos produtos, como apresentação das embalagens e cálculo para determinar o preço dos produtos, que são comercializados no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e nas casas dos produtores. “Hoje, os comunitários têm geração de renda, segurança alimentar e gestão comunitária, tudo isso em consonância com práticas sustentáveis”, diz a supervisora.

Rejane explica que a Rede Jalapão é composta por famílias agroextrativistas dos municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo. “A Rede Jalapão é formada por instituições parceiras, colaboradores e comunidades com interesses voltados para a conservação do Cerrado e que buscam alternativas de melhoria da qualidade de vida para os moradores rurais da região, que também fazem parte da Rede”, resume.



Extrativistas da Rede Jalapão durante colheita do jatobá



Óleo de pequi é um dos produtos vendidos pelos extrativistas da Rede Jalapão

Consciência ecológica com renda garantida

A Rede Jalapão também mudou a maneira como os comunitários se relacionam com o meio ambiente. Hoje, existe consciência de que essas práticas devem ser feitas de maneira a preservar os recursos para usufruir deles de maneira perene.

O extrativista comunitário José Mininim tem orgulho de dizer que, hoje, vive do Cerrado e de tudo que ele oferece. Mas nem sempre foi assim. “Foi o Naturatins, por meio da equipe do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), que nos mostrou sobre as possibilidades de renda que o Cerrado oferece, sem que a gente precise derrubar uma árvore”, lembra.

O extrativista reconhece a importância do Naturatins por meio da Rede Jalapão. “O projeto nos deu apoio, nos ensinou como viver do Cerrado, que é de onde tiro meu salário e o sustento de minha família”, acrescenta. Ele diz ainda que além do jatobá, também colhe buriti (para fazer doces e óleos), castanha de baru e mangaba. “Estamos sempre aprendendo sobre o Cerrado, como defender suas riquezas contra o fogo e como proteger suas águas”, destacou Mininim.

“O projeto apresenta resultados que mudaram a vida de muitas famílias, mas ainda precisamos de parceiros, apoio financeiro e técnico para ampliarmos a Rede para todo o mosaico do Jalapão” ,

Rejane Nunes, supervisora da APA do Jalapão

Turismo de Base Comunitária

O Jalapão é a região com maior potencial turístico do Tocantins, com dunas, Cachoeiras, e serras. Já cenário de novela, documentários programas de TV nacionais e até internacionais. Por se tratar de uma área protegida, com enorme biodiversidade, o Naturatins mantém rigorosa fiscalização para garantir que as visitas, mais numerosas a cada ano, não causem danos irreparáveis ao lugar.

O Turismo de Base Comunitária, seja através de hospedagens comunitárias, serviços alimentícios, guia e vivências, é uma atividade crescente na região contribuindo com a visão empreendedora das famílias beneficiadas da Rede Jalapão, que ajudam a promover ainda mais a biodiversidade do Cerrado, a cultura e a manutenção dos saberes tradicionais.

A supervisora da APA do Jalapão explica que o Turismo de Base Comunitária é uma atividade onde as famílias são protagonistas, são donas do seu próprio negócio. É uma atividade que leva em consideração a sustentabilidade social e ambiental.

O presidente do Naturatins, Sebastião Albuquerque, afirma que o Governo do Tocantins preza pela boa relação com as comunidades tradicionais do Jalapão, bem como incentiva ações que desenvolvam a sustentabilidade e riqueza dos recursos naturais de toda região. “O Jalapão é conhecido nacionalmente pelos seus atrativos turísticos e pela cultura local, por isso promovemos iniciativas que estimulam a economia local, mas que ao mesmo tempo contribuam para proteção ambiental do território”, reforça Albuquerque.

Jalapão muito além do capim dourado

Em 2006, o Naturatins assinou um Termo de Cooperação com a Associação Onça D'água, que atuava com famílias tradicionais do Jalapão. O Termo previa a criação do projeto Rede Jalapão, para apoiar as ações do Parque do Jalapão, na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável. “Antes, quando se falava em Jalapão se pensava imediatamente no capim dourado e a Rede Jalapão surgiu também para tirar um pouco a pressão sobre esse produto”, explica a Rejane Nunes, supervisora da APA do Jalapão.

Nesse período, moradores do PEJ que já trabalhavam com produção artesanal de farinha de jatobá, doces e óleos de frutos do Cerrado, foram selecionados para integrar um projeto piloto a Rede Jalapão. Hoje todas as famílias da região participam do projeto, que é uma experiência muito exitosa e que tem garantido a geração de renda através do uso sustentável de frutos do Cerrado.

Um exemplo de produto originário do Cerrado e que tem ganhado espaço no mercado estadual e até nacional é a farinha de jatobá. Produzida com as técnicas corretas, essa farinha substitui com vantagens o trigo para a produção de pães e bolos, tanto no preço final, quanto no valor de nutrientes, como o alto teor de fibras e cálcio.

Com a Rede Jalapão, as famílias receberam cursos com várias abordagens, desde técnicas de produção de doces, óleos e farinhas, obedecendo a padrões de higiene, embalagens e até o manejo correto da extração dos produtos da natureza. “O projeto apresenta resultados que mudaram a vida de muitas famílias, mas ainda precisamos de parceiros, apoio financeiro e técnico para ampliarmos a Rede para todo o mosaico do Jalapão”, finaliza Rejane.

Viveiro de mudas nativas ajuda a reflorestar área protegida

Outro projeto importante desenvolvido pelo Naturatins em uma área protegida é o viveiro de mudas nativas da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL). Criado no ano passado, o viveiro tem capacidade para produzir 10 mil mudas por ano, que são distribuídas gratuitamente nas comunidades abrangidas pela APASL e também usadas no reflorestamento de outras áreas protegidas.

O viveiro nasceu da necessidade de se produzir mudas suficientes para fazer com que árvores nativas voltassem a compor a paisagem local. A gestora da APASL, Camilla Oliveira Muniz, que é

engenheira florestal, conta que o viveiro foi criado em julho de 2019, quando foram contratadas equipes de brigadistas para trabalharem na prevenção e combate aos incêndios nas unidades de conservação.

A APASL recebeu doação de madeira e telas de uma empresa que estava construindo uma linha de transmissão de energia elétrica entre os municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado. Com o material doado, Camilla percebeu que era o momento de realizar o sonho de ter um viveiro de mudas para atender à comunidade da área da APASL.

Do Jalapão, veio à doação de tubetes,

sombrites e mais madeiras. De posse do material, os brigadistas que atuavam no combate aos incêndios na região da APASL, aproveitavam as horas de folga para construir a estrutura do viveiro. Além disso, eles também coletam sementes e fazem semeadura nos tubetes. Posteriormente, realizam a distribuição aos produtores rurais.

“O viveiro próximo à Miracema doou mais tubetes, a comunidade materiais como saquinhos, pregos e telas de proteção. E assim nosso sonho tornou-se realidade”, conta Camilla, enfatizando que as mudas são utilizadas na recuperação de áreas degradadas, em especial nas nascentes e margens de córregos.

Construção do viveiro pelos brigadistas contratados para atuarem no Parque Estadual do Lajeado



Material usado no viveiro, como tela e tubetes, foram todos frutos de doações



Viveiro tem capacidade para produção de 10 mil mudas por ano



Mudas ajudam a reflorestar outras unidades de conservação

Com um ciclo que varia entre quatro e seis meses, a primeira leva de mudas, no total de 10 mil, começou a ser distribuída no final de 2019. As comunidades beneficiadas com as mudas da APA do Lajeado foram os indígenas de Tocantínia, Itacajá e Lagoa da Confusão. O Naturatins também promoveu campanhas internas no órgão e nas escolas inseridas na APASL.

O administrador da Fazenda Vale do Segredo, Anízio Gouveia, foi um dos beneficiados com as mudas. “Além de recebermos mudas de várias espécies, recebemos também orientação técnica para o plantio e ainda sobre cuidados e preservação da natureza”, relatou.

As primeiras mudas produzidas foram de espécies nativas do Cerrado, entre elas as

frutíferas e floreiras, como o caju, baru, cajuí, jatobá, ipês, jacarandá, mangaba e pau de óleo. Para solicitar as mudas, deve-se enviar e-mail para apaserradolajeado@naturatins.to.gov.br

A distribuição dessas mudas ocorreu até agosto passado, quando foram plantadas novas mudas de baru e caju, que serão distribuídas em janeiro; também estão sendo semeadas sementes de ipês amarelo, rosa, roxo, branco e jacarandá, que estarão prontas para plantio a partir de fevereiro de 2021.

Periodicamente, o Naturatins, a quem compete à gestão das unidades de conservação do Tocantins, realiza encontros para troca de experiências e compartilhamento de informações.

O gerente de Unidades de Conservação, Parques Estaduais e Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, Gilberto Iris, explica que capacitações e as novas ferramentas apresentadas aos gestores das unidades, são estratégias de gestão, para garantir o nivelamento da equipe técnica para uma melhor operacionalização dos sistemas disponíveis.

No Tocantins são nove Unidades de Conservação como as Áreas de Proteção ambiental das Nascentes de Araguaína, Jalapão, Lago de Palmas, Ilha do Bananal/Cantão, Serra do Lajeado, Monumento das Árvores Fossilizadas (Monaf), além do Parque Estadual do Cantão, Jalapão e Lajeado.

Câmara Técnica do Clima da Abema

Na 89ª Reunião Ordinária da Abema (junho de 2019), foi criada a Câmara Técnica do Clima (CT Clima). Inicialmente, sua missão foi subsidiar a participação dos estados na Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMC), que reuniu organizações não governamentais, movimentos sociais, governos, comunidade científica, o setor privado e público brasileiro para três dias de diálogo e formulação de propostas para a implementação da NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas) brasileira para o atingimento do Acordo de Paris, em Recife, em novembro de 2019.

Ficou acordada a participação dos estados do AC, AM, BA, ES, MA, MG, MT, PB, PE, RJ, SC, SE e SP na Câmara, ficando Pernambuco como coordenador. Após o

debate inicial, a CT Clima expandiu a sua pauta para além da CBMC e passou a avaliar o papel dos estados na agenda do clima e os mecanismos para sua implantação.

A CT elaborou a Carta da Abema pelo Clima lançada durante a CBMC e teria com isso concluído sua atuação. No entanto, durante a reunião da Abema, realizada durante a Conferência, em Recife, ficou estabelecido que a Câmara deveria continuar seus trabalhos, apoiando os estados na implementação dos compromissos assumidos através da Carta da Abema pelo Clima.

Assim, a Câmara passa a contar com a participação de todos os estados, elabora um plano de trabalho para apoio à implementação dos compromissos

pactuados, composto por 3 etapas: I - construção do conhecimento: com o objetivo de conhecer o que está sendo desenvolvido pelos estados na agenda do clima; II - aplicação do conhecimento: para apoiar a construção dos planos de ação de cada estado para alcançar os compromissos da Carta da Abema; e III - monitoramento, reporte e avaliação: visando estabelecer uma rotina de acompanhamento e divulgação das ações pactuadas, além das trocas sobre os sucessos e dificuldades de cada estado nessa caminhada, para que este se torne um processo de aprimoramento contínuo.

A primeira etapa foi finalizada em setembro de 2020, dando início à segunda etapa e a previsão é que em 2021 este Plano de Trabalho seja concluído.

Diagnóstico da Política Climática nos Estados

Logo na primeira reunião da CT Clima foi debatida a necessidade de conhecer melhor a situação dos estados em relação à pauta climática. Com isso foi realizado um levantamento sobre os principais marcos da política do clima nos estados. O resultado deste trabalho, que contou com a participação de todos os 26 estados e do Distrito Federal, mostrou que, em novembro de 2019:

- 8 estados ainda não possuíam política de clima publicada;
- 12 estados já haviam desenvolvido algum tipo de plano para implementação da política climática;
- 10 estados já tinham seus inventários de gases de efeito estufa;
- 19 estados estabeleceram seus Comitês ou Fóruns de Mudança do Clima, mas apenas 7 destes estavam ativos;

- 21 estados tinham equipe exclusiva para a implementação da política do clima, e essas equipes variaram de 2 a 6 pessoas; com algumas exceções de equipes maiores.

Esses resultados, junto com a Carta da Abema pelo Clima, foram apresentados pelo então presidente da Abema, Germano Vieira, (à época Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais) durante a Conferência Brasileira de Mudança do Clima (novembro, 2019) na COP25, em Madri (dezembro, 2019).

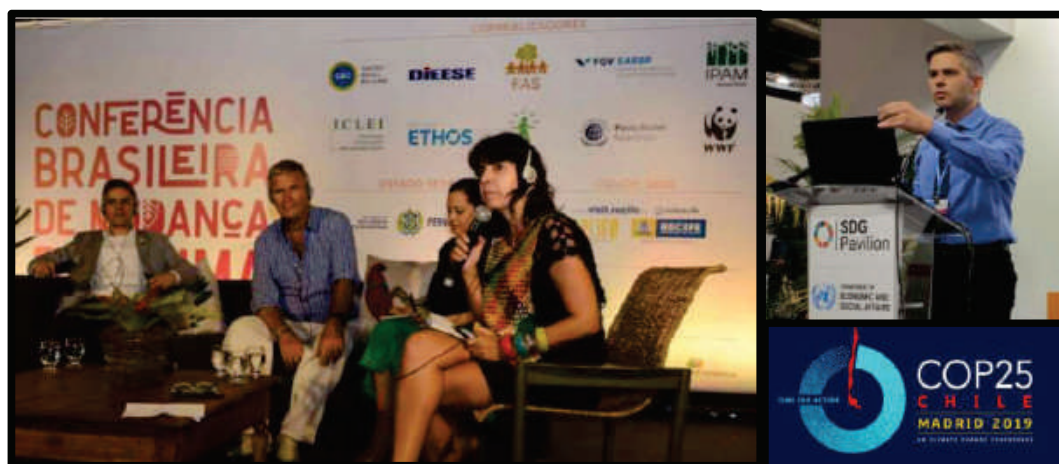


Figura 1. Imagem da Esquerda: Painel realizado durante a Conferência Brasileira de Mudança do Clima com a participação de (da esquerda para a direita), Germano Vieira, Presidente da Abema e Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Alfredo Sirkis, do Centro Brasil no Clima, Bruna Cerqueira, do Iclei e Inamara Melo, Coordenadora da CT Clima da Abema e Secretária-Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco. Imagem da Direita: Germano Vieira, Presidente da Abema e Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, apresentando os resultados da CT do Clima na COP25 (Madri, 2019).

Com base na NDC brasileira, na Carta de Santa Fé (2019); na Carta Aberta ao Brasil do Fórum de Ação Empresarial pelo Clima (2015); nos Princípios e Compromissos da US Climate Alliance (2019); e na Declaração de Recife (produto da própria CBMC, 2019) a CT Clima trabalhou para estabelecer quais seriam os compromissos dos estados na pauta climática. Como resultado foi elaborada a “Carta dos órgãos estaduais de meio ambiente pelo clima”, que foi ratificada pelos 26 estados e o Distrito Federal, durante a Conferência Brasileira de Mudanças do Clima, em novembro de 2019.

Os compromissos dessa Carta partem do princípio de que “continuar emitindo Gases de Efeito Estufa nos níveis atuais terá impacto sobre o clima, a biodiversidade e a qualidade de vida de toda a população, e que os governos têm um importante e influente papel de liderança na adaptação aos impactos das mudanças climáticas e na transição para uma economia de crescimento limpo e de baixo carbono. Reconhece-se também a necessidade de impulsionar um diálogo sobre a ação climática com impacto em nível regional e global, fortalecendo a cooperação entre governos e desenvolvendo uma forte rede brasileira”.

A Carta traz compromissos relacionados aos instrumentos necessários para o desenvolvimento da política do clima nos estados, como leis, decretos, fóruns, planos, inventários. Também apresenta compromissos relacionados às florestas, como a implantação do CAR e do PRA, recuperação, conservação, combate ao desmatamento, agricultura sustentável e mercado de carbono, além de compromissos relacionados à energia, transporte, ao setor produtivo, à educação climática e comunicação.

Durante a Conferência Brasileira de Mudança do Clima, de 2019, a CT Clima promoveu um painel sobre “O papel do poder executivo estadual frente à mudança climática” com representantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tocantins e Pernambuco. Foi um momento muito rico onde foram compartilhadas experiências dos estados na implementação da política climática, quando se percebeu que era necessário conhecer e aprender mais com o que os estados já vinham realizando na pauta. Dessa forma, a primeira etapa pactuada para o Plano de trabalho da CT Clima foi “Construção do conhecimento”.

Essa etapa, contou com o apoio da GIZ (organização do governo alemão para a implantação da cooperação técnica) e teve início com a elaboração de um questionário com o objetivo de filtrar o

que cada estado já vinha desenvolvendo na pauta climática, que poderia contribuir para o cumprimento dos compromissos da Carta da Abema. Foi possível reunir um total de 69 ações, de 24 estados. As ações foram relacionadas aos compromissos da Carta da Abema, e algumas delas foram selecionadas para apresentação durante quatro webinários com os seguintes temas: Energias Renováveis e o Setor Produtivo; Agricultura Sustentável e Recuperação Ambiental; Mercado de Carbono e Inventários para a mitigação dos GEEs; e Clima, Cidades e desenvolvimento econômico.

O conteúdo dos formulários e o resultado da discussão ao longo dos webinários foram sistematizados na publicação “Boas práticas dos estados na pauta climática”, lançada em setembro de 2020 e encontra-se disponível no site da Abema.

Figura 2. Capa da publicação “Boas práticas estaduais pelos compromissos climáticos” de setembro de 2009. Disponível no site da Abema.



O projeto SPIPA - Parcerias para a implementação do Acordo de Paris, visando apoiar o debate dos estados acerca do seu papel na agenda climática, elaborou o estudo intitulado "Parcerias Estratégicas para implementação do Acordo de Paris: Competências Estaduais e Municipais para Criação e Execução de Políticas Públicas sobre Mudança do Clima". Para o desenvolvimento deste estudo, os estados membros da CT Clima, responderam um questionário sobre a legislação ambiental, em dezembro de 2019,

também foi realizada uma reunião da Câmara e um webinar para apresentação e discussão dos resultados obtidos.

O documento foi lançado na II Edição da Conferência Brasileira de Mudança do Clima (novembro/2020) e traz relevantes questões sobre as competências jurídicas e administrativas para a implementação dos compromissos climáticos, além de uma visão acerca dos instrumentos regulatórios, econômicos e financeiros disponíveis. Fez também uma

análise acerca da implantação da política climática em 13 estados e sua relação com as metas assumidas pelas NDCs brasileira, concluindo que há uma regulamentação climática já estabelecida no nível estadual frente a uma baixa quantidade de recurso captado para a execução dessas políticas.

O estudo encontra-se disponível no site da Abema, em duas publicações: um resumo executivo e o volume completo.

Por fim...



Figura 3. Publicações sobre as competências subnacionais na agenda climática, de novembro de 2020. Disponível no site da Abema.

Nessa trajetória ainda cabe destacar a participação da Câmara Técnica na elaboração da Agenda Urbana Mínima do Clima para as Eleições Municipais (setembro, 2020), iniciativa do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, iCS - Instituto Clima e Sociedade, Purpose e RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, entre outras organizações, com o apoio da Bloomberg Philanthropie (<https://www.agendaurbanadoclima.com/>). Em novembro de 2020, a Abema também passa a integrar a integrar o Conselho consultivo da ACA (Alliances for Climate Action) (novembro, 2020) uma rede de alianças dedicadas a impulsionar ações climáticas que, por meio da articulação do WWF, iCS, Iclei e CDP, está sendo implantada no Brasil.

Neste momento, a CT Clima trabalha no detalhamento das etapas II e III do seu plano de trabalho, apoiando os estados em busca de estratégias claras para progresso na pauta, possibilitando monitorar e aprender com os avanços.

Por fim, salienta-se o importante e exitoso trabalho realizado pela CT do Clima da Abema, que continua empenhada para apoiar o fortalecimento da agenda do clima nos Estados.

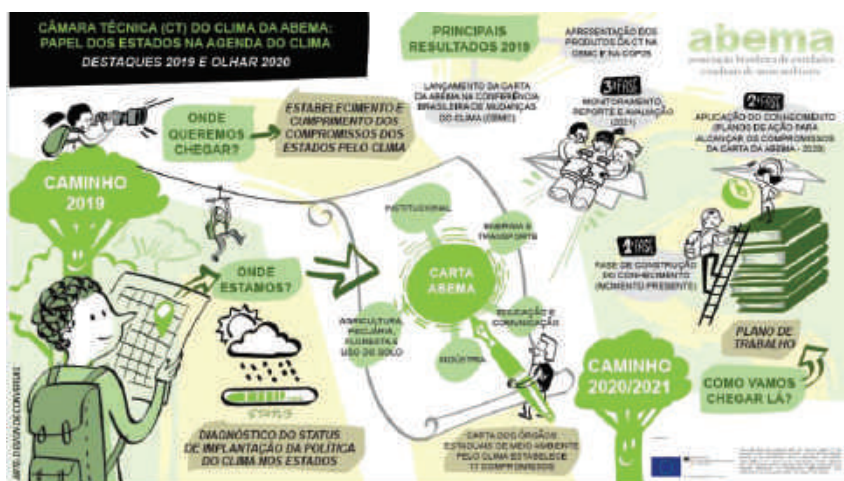


Figura 4. Facilitação Gráfica representando a trajetória da CT Clima, elaborada durante webinars realizado em abril 2020.

Zona Costeira Brasileira: gestão e governança

Resumo

No início da década de 1980, momento em que o país vivia a retomada da democracia, após anos de ditadura militar, o Governo Brasileiro deu início a ações que levaram a implantação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) em 1988. O PNGC estrutura e orienta as responsabilidades interfederativa entre União, Estados e Municípios costeiros, para a devida gestão do patrimônio costeiro do País. Este texto tem por objetivo resgatar um pouco do processo de implementação do PNGC, culminando com a estratégia atual que envolve mais diretamente os estados costeiros nos processos de planejamento das ações e dos instrumentos da política, para inserir as necessidades e expectativas deste nível de gestão. E esta possibilidade está se descortinando a partir da articulação dos Estados costeiros na Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema, contando também com a experiência adquirida com o funcionamento de outros grupos de trabalho sobre temas diversos que a Abema tem historicamente feito.



Praia de Serra Grande, localizada no interior da APA Costa de Itacaré/Serra Grande

Introdução

Em 16 de maio de 1988 foi sancionada a Lei nº 7.661 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC I, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional de Meio Ambiente. A Lei definiu a Zona Costeira como “[...]o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre [...]” a ser delimitada pelo Plano. Estabeleceu, também um conjunto de instrumentos a serem elaborados e implementados pela União, Estados e Municípios, que deveriam orientar o uso e ocupação do território costeiro, com

prioridade para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

A Lei determinou a criação de um Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro a ser dirigido pela Secretaria Executiva da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM), cuja composição e forma de atuação foi estabelecida pelo Decreto nº 96.660, de 06 de setembro de 1988. O Grupo passou a realizar suas reuniões no 3º pavimento do Bloco B do Ministério da Marinha, sob a direção do Secretário da CIRM. Os órgãos integrantes do grupo, além da própria SECIRM eram: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Marinha; Ministério

da Fazenda; Ministério da Agricultura; Ministério da Indústria e do Comércio; Ministério do Interior; Ministério da Cultura; Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social; Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e; Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema). O Grupo de Coordenação tinha como função principal elaborar e manter atualizado o PNGC.

A participação da Abema no Grupo de Coordenação teve como objetivo viabilizar a aplicação do Plano, como determina a Lei, com a participação dos Estados, dos Territórios e Municípios

através dos órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O PNGC deveria contemplar todos os aspectos de uso e ocupação do solo, inclusive de urbanização, orientando os estados e municípios a elaborarem seus Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, como forma de normatização do uso do solo, do subsolo e das águas.

No mesmo ano da publicação da Lei 7.661, é promulgada a nova Constituição Brasileira tratando especificamente do meio ambiente

no seu Capítulo VI, Artigo 225. Explicitou no parágrafo 4º do inciso VII deste artigo, que a Zona Costeira, assim como a Mata Atlântica, a Serra do Mar e o Pantanal Mato-Grossense, [...] são *Patrimônio Nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais*". Desta forma é inserida na constituição princípios da Lei de Gerenciamento Costeiro, integrando-a a Política Nacional de Meio Ambiente.

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro GI-GERCO e Abema

Criado no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) com o objetivo de promover a articulação das ações federais incidentes na Zona Costeira, a partir da elaboração e aplicação de Planos de Ação Federal, tendo por princípio a harmonização de políticas, via instrumentos de ordenamento ambiental com a previsão de elaboração de planos de gestão nas diferentes esferas de governo. O MMA assumiu conjuntamente com a SECIRM a função de Coordenação do GI-GERCO e do Subgrupo de Integração dos Estados Costeiros (G-17). O G17 deveria promover a integração dos estados entre si e com a União, em todas as questões relativas ao Gerenciamento Costeiro. Desde a sua criação, a composição do GI-GERCO tem variado de 13 a 17 representações de ministérios e outros setores federais, incluindo sempre a Abema, a Anamma, uma representação da sociedade Civil indicada pelo CONEMA e a comunidade científica. Geralmente os representantes da Abema no GI-GERCO tem sido Coordenadores do Gerenciamento Costeiro Estaduais.

Nesse sentido, a atuação da Abema no GI-GERCO, tem sido de fundamental importância, pois sua atuação contribui para o fortalecimento do SISNAMA, na busca pela gestão integrada da Zona

Costeira, promovendo o fortalecimento na articulação entre diferentes setores e níveis de atuação governamental. Tal processo de articulação estende-se desde a definição de prioridades, construída com a sociedade civil, até a implementação de programas, ou à organização de uma base político-institucional para a gestão costeira, que envolva, necessariamente, uma articulação mais harmônica e eficiente entre os três níveis de governo.

No contexto da gestão costeira do país, a Abema foi representada no GI-GERCO por gestores que atuavam diretamente no contato direto com a área técnica dos estados e municípios costeiros. Esta atuação permite um acompanhamento permanente dos problemas e conflitos, e

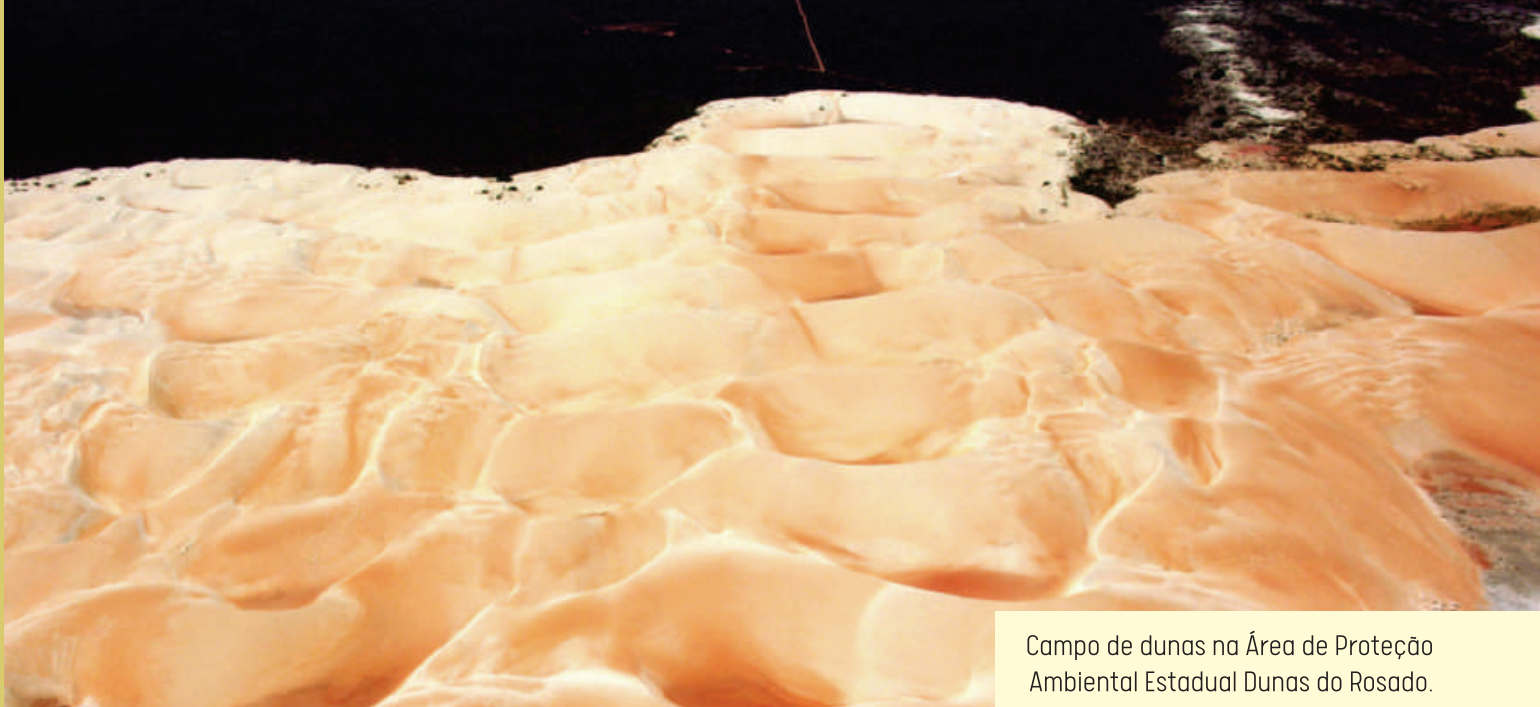
para um encaminhamento nacional de algumas questões e decisões, os temas eram levados ao debate do GI-GERCO, instância onde se definiam as ações federais para a zona costeira, relativas ao

planejamento ambiental e às ações integradas de gestão, resultando na instrumentalização de compromissos compartilhados.

Para a implementação do PNGC, destinava-se aos estados a responsabilidade do desdobramento das diretrizes gerais federais em planos estaduais para a implementação da lei de gerenciamento costeiro, ficando à CIRM e ao MMA a função de coordenação do processo. O envolvimento da sociedade civil na gestão costeira se daria por meio da criação de colegiados costeiros com representatividade múltipla, como mecanismo de mobilização e de participação (um dos princípios do PNGC), com atuação na fase de implementação dos seus instrumentos, notadamente o zoneamento ecológico-econômico costeiro (ZEEC) e planos de gestão, como fóruns de equacionamento dos conflitos de usos atuais e projetados.

Pescadores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão na procissão da padroeira





Campo de dunas na Área de Proteção Ambiental Estadual Dunas do Rosado.

Atividades do GT Abema GERCO

PNGC tem passado nos últimos anos, por processos que requerem uma reflexão sobre o seu atual momento com vistas ao aperfeiçoamento da sua condução, tanto dos executores dessa política em nível do governo central, quanto do ponto de vista dos gestores estaduais, executores diretos desta ação nacional. Entre tais processos, destacam-se alguns fatores importantes em execução nas três décadas de existência do Gerenciamento Costeiro no país, iniciadas pela instituição do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/88, regulamentada pelo Decreto nº 5.300/04); pelas reorientações de atuação institucional do MMA - especialmente na temática de gestão da costa e apoio e articulação dos estados; a descontinuidade na atuação do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) a partir de 2019 e a consequente desmobilização no desenvolvimento das ações propostas no IV Plano de Ação Federal para Zona Costeira (IV PAF); o crescente interesse da sociedade civil em participar dos processos decisórios, estimulada, principalmente, pela elaboração dos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC), elaboração e implantação dos zoneamentos ecológicos-econômicos e dos planos de gestão integrada, especialmente os da orla marítima.

Em 2018 o G17 avaliou que seria importante que a Abema fosse representada no GI-GERCO por secretários, tendo em vista o caráter político e de decisão do Grupo. A partir daquele ano, nas reuniões do GI-GERCO e no Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro de 2018 realizado em Florianópolis, contamos com a presença do representante Titular da Abema, o Sr. Secretário José Antônio Bertotti Junior, da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco como também, em reunião do GI-GERCO, com a participação do representante suplente da Abema, o Sr. Leonlene Aguiar, Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA).

Em 2019 o GI-GERCO, sob críticas dos Estados costeiros, foi extinto pelo governo federal, até que o Ministério da Marinha o recriou em agosto e editou a Portaria nº 114, em dezembro, como Grupo Técnico de Trabalho e definiu a sua composição com dezesseis instituições federais, incluindo novamente a Abema, sem as três representações regionais do G17 (Norte, Nordeste e Sul-Sudeste). A estratégia construída pelo G17 em 2018 para a participação de secretários na representação da Associação no GI-GERCO foi descartada, voltando ao formato do início do GI-GERCO: coordenadores estaduais de equipes do GERCO, representando a Associação.

O G17 reconhece a demanda reprimida no sentido da ampliação e consolidação das ações de gerenciamento costeiro no país, bem como pelo realinhamento das estratégias de reforço à continuidade e fortalecimento do GERCO nas três esferas de governo. Assim sendo, buscou se organizar para abrir um diálogo junto à Abema, para a criação de um Grupo de Trabalho que, com a contribuição da Associação, facilitasse a troca de informações e, a partir dos esforços conjuntos dos estados e apoio mútuo, viabilizasse a retomada da execução de ações do IV PAF, elaborado para o período de 2017 a 2019. A paralização do GI-GERCO deixou os estados sem articulação para a implementação das ações do IV PAF, eleitas como importantes para a gestão costeira do ponto de vista do G17, ponto de partida para os trabalhos do GT: (i) Ampliar o número de Estados com Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC); (ii) Identificar e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelo G17 e municípios costeiros relacionadas à gestão da zona costeira, marinha e flúvio-estuarina; (iii) Identificar os estados que ainda não implantaram o ZEEC e acompanhar os que estão em fase de elaboração e implantação, visando o fortalecimento deste instrumento do PNGC; (iv) Avaliar as ações efetivas dos Comitês da Orla Marítima e dos PGIs, considerando as modificações recentes determinadas pela Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão; (v) Regular o tráfego de veículos automotores e embarcações em área de praia.

Participação e inserção do GT GERCO Abema em trabalhos encaminhados por ministérios

Uma das ações que demandaram a participação do GT, foi a análise sobre a proposta do Projeto Político Pedagógico para a Zona Costeira e Marinha (PPPZCM), apresentado ao G17 pela equipe pedagógica do projeto, ao tempo que fazia uma consulta aos estados sobre o interesse de adesão. O PPPZCM pretende criar diretrizes pedagógicas e institucionais que possam contribuir para o desenvolvimento de processos educativos com foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade. É parte dos Projetos Terramar e Gef-Mar (Global Environment Facility), ancorados no MMA e no Instituto Chico Mendes (ICMBio), contando com o apoio da Agência de Cooperação Alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

O PPPZCM já contava com a adesão dos estados do Paraná, Bahia e Pernambuco que também fazem parte do Projeto TerraMar. Após a exposição para o G17, os estados do Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pará, Ceará, Piauí, apresentaram seus Termos de Adesão, com a possibilidade da inserção do Amapá, que pelo problema de falta de energia no Estado, não conseguiu cumprir o prazo. Assim sendo, são dez ou onze estados costeiros integrados ao PPPZCM, cada um com plano de trabalho específico, do seu interesse, em consonância com os objetivos do projeto.

Outro convite ao GT GERCO ABEMA, foi realizado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia. Trata-se da revisão do Projeto Orla, previsto no Decreto 5.300/2004, destinado a implantação da gestão integrada da orla marítima. Considerando que a atribuição da SPU se refere à gestão do patrimônio da União, entendeu a Superintendência que

haveria de ter um setor com capilaridade nos estados e estes com os municípios, para inserir a variável ambiental na formatação em curso do futuro Programa Nacional da Orla Marítima.

No conjunto das discussões sobre a gestão da orla marítima, está a revisão dos manuais de gestão para inserir as determinações da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, a sessão da gestão de praias aos municípios. Esta determinação é condicionada à elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima em três anos contados a partir da oficialização da sessão e ao funcionamento do Comitê Gestor. Tudo isto está sendo rediscutido por universidades contratadas pela SPU através de Termo de Execução Descentralizada (TED), mas entende a Superintendência que a expertise dos estados na implantação dos PGIs e acompanhamento dos Comitês do Orla, não podem deixar de ser considerados nesta fase dos trabalhos.

Ainda está sendo construído o caminho pelo qual a Abema, através da representação do G17, poderá efetivar a inserção dos interesses e necessidades dos estados, nessa nova orientação para a gestão integrada da orla marítima.

O GERCO São Paulo, compartilhou com o G17 a sua experiência no planejamento e implantação e gestão de Planos de Manejo de Áreas de Proteção Ambiental Marinha, um passo importante para a implementação do Planejamento Espacial Marinho (PEM), o qual deverá ser estendido ao litoral brasileiro, tendo-se em vista a demanda crescente sobre a economia azul, as discussões da Lei do Mar e a necessidade de se utilizar este espaço costeiro com atividades econômicas apoiadas em processos sustentáveis.

Por fim, o GT ABEMA GERCO manifesta sua preocupação com as dificuldades recorrentes na aplicação dos acordos firmados entre os membros do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA. A ausência de interlocução com os Estados, quando da definição de programas, projetos e ações relativas à política ambiental, configura uma tendência de reservar aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente o papel de executores de decisões tomadas no plano federal, retirando-lhes a condição principal de gestores ambientais. É contrariamente a esta prática histórica que o GT e o G17 se colocam à disposição da Abema para um exercício de governança participativa e articulada conforme preconiza o PNGC.

A partir da análise e experiências desenvolvidas pelos estados costeiros na implantação de ações previstas no Plano e na elaboração dos instrumentos, este trabalho poderá contribuir com o estabelecimento de diretrizes estratégicas comuns entre as políticas setoriais da própria União e em sua aplicação na zona costeira.

Sabemos e reconhecemos a atual dificuldade na implementação da pauta ambiental. Sabemos que depende muito de nós, estados, a continuidade das ações do nosso interesse. O apoio da Abema é fundamental para que possamos concretizar as nossas demandas, fazendo com que cheguem diretamente até os secretários e abrindo a possibilidade da efetivação de uma gestão costeira a partir dos Estados, dos seus instrumentos já elaborados e também do incentivo e colaboração com os que ainda não avançaram na definição dos seus instrumentos básicos para o planejamento e a gestão costeira.

Grupo de Trabalho da Abema traz ganhos para a gestão de fauna brasileira



Espécie: *Ramphastos toco*

Criado há três anos, o Grupo de Trabalho, criado no âmbito da Abema, para tratar das demandas de fauna (GT Fauna), composto por representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal, vem realizando significativo trabalho com embasamento técnico, proporcionando ganhos sem precedentes para a gestão de fauna brasileira.

O GT tem por objetivo tratar das demandas pertinentes à gestão de fauna em cativeiro, repassadas aos estados pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, assim como os conflitos de competência não contemplados na citada lei. “O GT é importante para troca de experiências e levantamento de problemas decorrentes da gestão de fauna, buscando uma sincronia e uniformização dos procedimentos”, destaca a coordenadora do GT, Tainan Bezerra Oliveira.

A institucionalização do Grupo de Trabalho aproximou e facilitou as negociações dos estados e do DF com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) nos assuntos relevantes da gestão de fauna.

Resoluções CONAMA

Dentre as primeiras ações do GT, destaca-se a necessidade de aproximação dos representantes dos estados na Câmara Técnica de Biodiversidade do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), tendo em vista que as propostas de Resolução que estavam sob sua análise impactavam diretamente a gestão da fauna em cativeiro. Neste contexto, os representantes do GT passaram a

analisar e decidir sobre o posicionamento de seus representantes junto ao CONAMA, de forma a abarcar as peculiaridades de cada estado dentro das propostas de Resolução.

Foram, até o momento, publicadas três Resoluções CONAMA, que resultaram deste trabalho em grupo. São elas:

- Resolução CONAMA nº 487/2018, que define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo;

- Resolução CONAMA nº 489/2018, que define as categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna exótica; e

- Resolução CONAMA nº 496/2020, que disciplina o uso e o manejo sustentáveis das abelhas-nativas-sem-ferrão em meliponicultura.

Atualmente, o GT encontra-se em plena discussão da proposta de Resolução CONAMA para o estabelecimento da lista das espécies da fauna silvestre que poderão ser criadas como animais de estimação, conhecida como "Lista Pet". Uma das atividades foi a realização, em

novembro de 2020, de uma Oficina que contou com a participação de especialistas acadêmicos para dar clareza aos critérios para inclusão ou exclusão de animais na "Lista Pet", buscando diminuir o risco de judicialização de ações relacionadas à guarda e/ou manutenção de espécies de animais silvestres em cativeiro com a finalidade de animais de estimação. Os resultados da Oficina estão sendo processados e serão encaminhados ao

MMA como contribuição para a Resolução.

Ademais, em parceria com o Ibama, ICMBio e MMA, o GT vem trabalhando na elaboração da lista de animais dispensados de autorização ambiental para criação, os chamados animais domésticos. Atuando de forma propositiva junto ao CONAMA nos temas relacionados a sua competência ordinária, deverá encaminhar a matéria para discussão no citado Conselho.

Os subgrupos de trabalho

Com o advento da pandemia da Covid-19 e com o novo formato de reuniões virtuais, os membros do GT deliberaram pela criação de sete subgrupos de trabalho: (1) animais de estimação; (2) animais domésticos; (3) plataforma nacional; (4) marcação; (5) conservação; (6) serviços de fauna; e (7) competências.

Os subgrupos buscam construir uma gestão de fauna mais homogênea entre os estados, respeitando as peculiaridades de cada ente, o que trouxe celeridade às discussões e agilidade na tomada de decisões. "Como existiam muitos temas a serem discutidos, criamos os subgrupos com técnicos dos estados com maior afinidade na matéria, os quais debatem e levam os resultados para discussão e deliberação no GT, agilizando o trabalho", explica a coordenadora do GT.



Espécie: Ara

Outros resultados e objetivos futuros

Atualmente, o GT vem participando das reuniões coordenadas pelo Ibama para construção da Plataforma Nacional, prevista na Resolução Conama nº 487/2018, que pretende integrar os sistemas de fauna, com possibilidade de informatização das consultas entre os estados, como a verificação da legalidade de um animal, permissibilidade de transferência de animais entre estados e sua rastreabilidade, com previsão de lançamento em janeiro de 2021.

Os representantes do Grupo vêm levantando as necessidades dos estados na gestão da fauna em cativeiro, apresentando-as ao Ibama, esperando que sejam contempladas na Plataforma Nacional.

Ainda, em parceria com o Ibama, o GT vem trabalhando e elaborando a revisão da

norma de credenciamento de fábricas de anilhas, que deve ser concluído até março de 2021, quando será publicado novo edital de credenciamento, no qual pretende-se identificar novas tecnologias a serem adotadas, como o selo federal, mais confiável, além de facilitar a verificação de autenticidade.

Por fim, após a realização de várias reuniões ao longo dos últimos três anos, que culminaram em profusas ações, em 2021 o GT continuará trabalhando para aproximar ainda mais os estados, sem deixar de atender as particularidades de cada região, focando na definição das competências entre os entes federativos e na proposta de normativas e procedimentos para promover a gestão de fauna em cativeiro por todo o Brasil.



Presidente

Mauren Lazzaretti

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso



Secretário-geral

Eduardo Costa Taveira

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas



1º Secretário

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia



2º Secretário

Valdez Rodrigues Venâncio - Coronel Venâncio

IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina



Vice-Presidente para a Região Centro-Oeste

Andrea Vulcanis

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás



Vice-Presidente para a Região Nordeste

Artur José Vieira Bruno

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará



Vice-Presidente para a Região Norte

Jose Mauro de Lima O' de Almeida

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará



Vice-Presidente para a Região Sudeste

Mário Stella Cassa Louzada

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo



Vice-Presidente para a Região Sul

Marcio Fernando Nunes

SEDEST - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná



Coordenador para o Bioma Caatinga

Leonlene de Sousa Aguiar (Leon)

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte



Coordenadora para o Bioma Cerrado

Marília Marreco Cerqueira

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal



Coordenador para o Bioma Mata Atlântica

Valdez Rodrigues Venâncio - Coronel Venâncio

IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina



Conselheiro Fiscal Titular

Marcos Rodrigues Penido

SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo



Conselheira Fiscal Titular

Sádía Gonçalves de Castro

SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí



Conselheira Fiscal Suplente

Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão



Conselheira Fiscal Suplente

Inamara Santos Melo

SEMAS - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco



Conselheiro Fiscal Suplente

Ionilson Sampaio de Souza

FEMARH - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima

ASSOCIADOS DA ABEMA

Geraldo Israel Milani Nogueira
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do
Acre/Sema

André Luiz Pereira Hassem
Instituto de Meio Ambiente do Acre/Imac

João Paulo Tavares
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos
Recursos Hídricos de Alagoas/Semarh

Gustavo Ressurreição Lopes
Instituto do Meio Ambiente do Estado de
Alagoas/IMA

Robério Aleixo Anselmo Nobre
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do
Amapá/Sema

Eduardo Costa Taveira
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do
Amazonas/Sema

Juliano Marcos Valente de Souza
Instituto de Proteção Ambiental do
Amazonas/Ipaam

João Carlos Oliveira da Silva
Secretaria do Meio Ambiente da Bahia/Sema

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
da Bahia/Inema

Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Meio Ambiente do Ceará/Sema
Carlos Alberto Mendes Júnior

Superintendência Estadual do Meio Ambiente
do Ceará/Semace

José Sarney Filho
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do
Distrito Federal/Sema

Cláudio José Trinchão Santos
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos
Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental

Fabricio Hérick Machado
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos
Hídricos do Espírito Santo/Seama

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
do Espírito Santo/Iema

Mário Stella Cassa Louzada
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do
Espírito Santo/Idaf

Andrea Vulcanis
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável de Goiás/Semad

Diego Fernando Mendes Rolim
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Recursos Naturais do Maranhão/Sema

Mauren Lazzaretti
Secretaria de Estado de Meio Ambiente de
Mato Grosso/Sema

Jaime Elias Verruck
Secretaria de Estado de Meio Ambiente,
Desenvolvimento Econômico, Produção e
Agricultura Familiar de Mato Grosso do
Sul/Semagro

André Borges Barros de Araujo
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do
Sul/Imasul

Marília Carvalho de Melo
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável de Minas
Gerais/Semad

Renato Teixeira Brandão
Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas
Gerais/Feam

Antonio Augusto Melo Malard
Instituto Estadual de Florestas de Minas
Gerais/IEF

José Mauro de Lima O' de Almeida
Secretaria de Meio Ambiente e
Sustentabilidade do Pará/Semas

Deusdete Queiroga Filho
Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos
Hídricos e do Meio Ambiente da
Paraíba/SEIRHMA

Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de
Albuquerque
Superintendência de Administração do Meio
Ambiente da Paraíba/Sudema

Márcio Fernando Nunes
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e
do Turismo do Paraná/Sedest

Everton Luiz da Costa Souza
Instituto Água e Terra do Paraná/IAT

José Antônio Bertotti Júnior
Secretaria de Meio Ambiente e
Sustentabilidade de Pernambuco/Semas

Djalma Souto Maior Paes Júnior
Agência Estadual de Meio Ambiente de
Pernambuco/CPRH

Sádía Gonçalves de Castro
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos
Hídricos do Estado do Piauí/Semar

Thiago Pampolha Gonçalves
Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade do
Rio de Janeiro/SEAS

João Eustáquio Nacif Xavier
Instituto Estadual do Ambiente do Rio de
Janeiro/Inea

João Maria Cavalcanti
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos
Hídricos do Rio Grande do Norte/Semarh

Leonlene de Sousa Aguiar
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e
Meio Ambiente do Rio Grande do Norte/Idema

Artur José de Lemos Junior
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura
do Rio Grande do Sul/Sema

Marjorie Kauffmann
Fundação Estadual de Proteção Ambiental
Henrique Luiz Roessler do Rio Grande do
Sul/Fepam

Marcílio Leite Lopes
Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Ambiental de Rondônia/Sedam

Ionilson Sampaio de Souza
Fundação Estadual do Meio Ambiente e
Recursos Hídricos de Roraima/Femarh

Rogério Siqueira
Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Econômico Sustentável de Santa Catarina/SDE

Valdez Rodrigues Venâncio - Coronel Venâncio
Instituto do Meio Ambiente de Santa
Catarina/IMA

Marcos Rodrigues Penido
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
de São Paulo/SIMA

Patrícia Fagalglecias Lemos
Companhia Ambiental do Estado de São
Paulo/Cetesb

Ubirajara Barreto Santos
Secretaria de Estado do Desenvolvimento
Urbano e Sustentabilidade de Sergipe/SEDURBS

Gilvan Dias dos Santos
Administração Estadual do Meio Ambiente de
Sergipe/Adema

Renato Jayme da Silva
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos
Hídricos do Tocantins/Semarh

Sebastião Albuquerque Cordeiro
Instituto Natureza do Tocantins/Naturatins

Quer continuar a respirar?

COMECE A PRESERVAR!

FOTO: Frank Nery Menezes

abema
associação brasileira de entidades
estaduais de meio ambiente

abema
associação brasileira de entidades
estaduais de meio ambiente

Setor Hoteleiro Sul/SHS | Quadra 6 - Conjunto A - Bloco E - Sala 513
Edifício Brasil 21 - Asa Sul | Brasília-DF - CEP: 70316-100

Telefones: 61-3045-4334 -4335 | Site: www.abema.org.br | E-mail: abema@abema.org.br